

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração, alterada em cumprimento do Despacho n.º 271/2020, de 08.06., proferido pelo SET, sobre o Relatório de Análise 350/2019, de 05.12, da UTAM

15.07.2020 *Luís Goes Pinheiro*
Presidente do Conselho de Administração

Sandra Cavaca
Vogal do Conselho de Administração

Domingos Pereira
Vogal do Conselho de Administração



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano de Atividades e Orçamento 2020

PROPRIEDADE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

AUTOR e PAGINAÇÃO

Planeamento e Desenvolvimento Organizacional

CONTACTOS

Morada: Avenida da República 61

1050-189 Lisboa

Tel.: 21 154 5600

E-mail: dpdo@spms.min-saude.ptwww.spms.min-saude.pt

CONTROLO DE VERSÕES

VERSÃO	DATA	OBSERVAÇÕES
1ª versão	outubro 2019	Submissão em resposta Ofício Circular n.º 3879, de 1 de outubro de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças do Ministério das Finanças
2ª versão	julho 2020	Revisão da 1ª edição do PAO para 2020, em cumprimento do Despacho n.º 271/2020, de 08 de junho de 2020, proferido pelo SET, sobre o Relatório de Análise 350/2019, de 05 de dezembro, da UTAM

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
CAPÍTULO I IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	8
1.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SPMS	8
1.2 ORGÂNICA DA SPMS	9
1.3 MISSÃO, VALORES E PRINCÍPIOS	10
1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS	10
1.5 ESTRUTURA ORGANIZATIVA	12
1.6 PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES.....	13
1.7 COMPRAS E LOGÍSTICA	14
1.8 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	17
1.9 COMUNICAÇÃO	20
1.10 TELESSAÚDE	21
1.11 CONFERÊNCIA E ANÁLISE DE FATURAÇÃO	26
1.12 ACADEMIA DE FORMAÇÃO DA SPMS – ACADEMIA	27
1.13 ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	28
CAPÍTULO II PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020	41
2.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	41
2.2 MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2020	43
CAPÍTULO III DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	59
ANEXOS.....	93



GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AQ	Acordo-Quadro
CCMSNS	Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde
CNTS	Centro Nacional de Telessaúde
CSH	Cuidados de Saúde Hospitalares
CSP	Cuidados de Saúde Primários
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGS	Direção-Geral da Saúde
EHR	<i>Electronic Health Records</i>
ENESIS	Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde
eProcurement	<i>Easy Procurement</i>
ePrescription	Prescrição Eletrónica de Medicamentos (no contexto europeu)
eDispensation	Dispensa Eletrónica de Medicamentos (no contexto europeu)
EM	Estados-Membros da União Europeia
LOE	Lei do Orçamento do Estado
mHealth	<i>Mobile Health</i> (Aplicações móveis de Saúde)
I&D	Investigação e Desenvolvimento
MCDT	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
mHealth	<i>Mobile Health</i> (Aplicações móveis de Saúde)
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Objetivo(s) Estratégico(s)
OOP	Objetivo(s) Operacional(is)
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAO	Plano de Atividades, Investimento e Orçamento
PE	Plano Estratégico
PDS	Plataforma de Dados de Saúde
PENTS	Plano Estratégico Nacional para a Telessaúde
PNS	Plano Nacional de Saúde
RGPD	Regulamento-Geral sobre a Proteção de Dados
RNU	Registo Nacional de Utentes
SAD	Sistema de Aquisição Dinâmico
SICO	Sistema de Informação dos Certificados de Óbito
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SNS24	Centro de Contacto do SNS
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
ULS	Unidade Local de Saúde
UMC	Unidade Ministerial de Compras



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento apresenta as alterações ao Plano de Atividades e Orçamento de 2020 (**PAO 2020**), em cumprimento do Despacho n.º 271/2020, de 08 de junho, proferido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, sobre o Relatório de Análise 350/2019, de 05 de dezembro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (Anexo I), tendo a SPMS diligenciado no sentido de proceder à reformulação face ao Orçamento do Estado 2020 e ao Contrato-Programa 2020.

Para o efeito, procedeu-se a uma revisão das atividades planeadas, da matéria concernente a recursos humanos e aos ajustamentos das demonstrações financeiras, por forma a que reflitam a informação económica e financeira conhecida na presente data, como seja, a constante nos documentos da Prestação de Contas do exercício de 2019 e o Orçamento aprovado para 2020, no montante total de 76,4M€. Nesta matéria salienta-se que o montante aprovado para 2020 corresponde a uma diminuição de 10,5% face ao orçamento inicial de 2019 (85,3M€), sendo de 15,3% se se compararem os orçamentos respetivos com os reforços autorizados, em 2020, de 81,6M€, em 2019, de 96,3M€ (mais detalhe na Nota Prévia ao Capítulo III | Demonstrações Financeiras).

No contexto da revisão das atividades, e conforme *timeline* de acontecimentos que direta e indiretamente impactaram a ação da SPMS (Anexo II), serão enunciadas as principais atividades do primeiro semestre de 2020 - com destaque para as atividades extraplano decorridas no âmbito da resposta da SPMS à COVID-19, bem como as atividades previstas para o segundo semestre.

Para o ano 2020, enquanto entidade predominante nas áreas dos Sistemas de Informação da Saúde, das Compras Públicas na Saúde, da Segurança de Informação e Cibersegurança na Saúde, da Telessaúde e Controlo e Monitorização do SNS, e em linha com as atuais exigências que se fazem sentir, a SPMS mantém a ambição de continuar o seu trajeto de continuidade e consolidação, com particular enfoque na melhoria dos serviços prestados e na aproximação dos seus serviços ao SNS; nos seus clientes, e destes para com os Cidadãos.

Em matéria de recursos humanos, e considerando os objetivos delineados para 2020, a SPMS continuará a apostar no mapeamento de competências, nomeadamente em termos de competências individuais, organizacionais, técnicas e processuais, com intuito de promover o potencial das competências internas existentes na SPMS, bem como a consolidação da estratégia corporativa.

A valorização das competências dos recursos humanos é um fator determinante à prossecução dos objetivos definidos para 2020, em alinhamento com a estratégia da SPMS, em matéria do investimento no capital humano e no reforço de competências dos seus ativos.

Atendendo ao crescimento das competências e atribuições da SPMS, e prosseguindo uma estratégia orientada para a excelência continuidade e consolidação, torna-se necessário reforçar a sua estrutura de recursos humanos. Há, assim, que dotar cada uma das áreas de atuação com os recursos adequados e essenciais, para assegurar a inexistência de disrupções na atividade da SPMS e a manutenção dos atuais e futuros serviços com qualidade, sendo que para o efeito será necessário o provimento dos lugares previstos.

Em face do exposto, este aumento de recursos traduz a necessidade de reforço das diversas áreas de negócio e suporte da SPMS, como comprovadamente decorre de articulação com a tutela, assegurando-

se, contudo, que este quadro de recursos humanos, com evidente repercussão na despesa do agrupamento 01 - gastos com o pessoal no orçamento de 2020, não colocará em risco a regra do equilíbrio orçamental, tal como se demonstra financeiramente.

Em **matéria de recursos financeiros**, no que respeita às principais fontes de financiamento da Empresa, salientar que da aprovação do Orçamento do Estado para 2020, resultam verbas globalmente menores face ao ano anterior como acima referido, o que poderá condicionar a capacidade de execução de algumas atividades cuja responsabilidade impende sobre a SPMS, com possíveis impactos nas entidades do SNS.

Seguidamente evidencia-se, pelos principais instrumentos de financiamento, o orçamento aprovado:

- No **Acordo de Manutenção**, destinado a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, aprovado um montante de 22M€ (em 2019, 24M€), com proposta de 44M€;
- No **Contrato-Programa**, celebrado com a ACSS e destinado aos projetos de desenvolvimento dos sistemas de informação do SNS, aprovado o montante de 32,7M€ (igual a 2019), e coincidente com o proposto;
- No **PRESI-CSP** (Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários), aprovado o montante de 3,9M€, com proposta de 12,5M€;
- No **CCSNS24**, aprovado o montante de 8,3M€ (igual a 2019), com proposta de 15,3M€;
- No **CCMSNS**, aprovado o montante de 2,4M€ (igual a 2019), com proposta de 4,6M€.

Referir neste âmbito, que o nível de financiamento efetivamente aprovado, poderá limitar a satisfação de necessidades transversais das entidades do Sector da Saúde, em ordem a permitir criar condições para consolidação do esforço que já se vem verificando na modernização das respetivas infraestruturas em matéria de tecnologias de informação e comunicação, com vista a propiciar, assim, maior qualidade na prestação de serviços de cuidados de saúde ao cidadão.

Por término, e considerando os resultados setoriais traçados para a SPMS e traduzidos no incremento significativo da sua atividade, é possível levar a cabo projeções de negócio que variam em comparação com o ano de 2019 e 2020, muito acima dos indicadores como o consumo privado e a evolução dos preços.

A clara evidência da melhoria da eficiência operacional da SPMS é demonstrada nos indicadores apresentados no quadro *infra*:



Indicadores	2018	2019	2020
Volume de Negócios	19 936 703,13 €	23 797 389,99 €	29 637 962,08 €
Subsídios à exploração	50 516 581,59 €	37 142 265,66 €	38 230 536,23 €
Rendimentos operacionais (Volume de Negócios + Subsídios à exploração)	70 453 284,72 €	60 939 655,65 €	67 868 498,31 €
Resultado Líquido do período	3 048 987,56 €	- 3 608 842,55 €	3 478 410,81 €
Gastos operacionais (FSE + GCP)	64 585 927,52 €	57 524 839,04 €	60 671 749,68 €
EBITDA	5 642 970,48 €	- 647 198,02 €	7 017 382,24 €
Eficiência Operacional (Gastos Operacionais / Rendimentos Operacionais)	92%	94%	89%
% Gastos Operacionais / Volume de Negócios	324,0%	241,7%	204,7%
PRC	1 333 831,50 €	1 210 636,12 €	1 146 629,79 €
Deslocações e Estadas	349 450,57 €	413 456,90 €	349 450,57 €
Estudos, Pareceres e Projetos e Consultadoria	984 380,93 €	797 179,22 €	797 179,22 €

Da leitura no quadro *supra* resulta uma tendência de crescimento de 2019 para 2020 do volume de negócios em **24,5%**, do EBITDA que passa para um valor positivo e uma redução do peso dos gastos operacionais em **15** pontos percentuais face ao volume de negócios e de **5** pontos percentuais face aos rendimentos operacionais.

CAPÍTULO I | IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

1.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SPMS

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. foi criada em 2010 pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de Março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com um capital estatutário de 26.260.689 euros, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

De acordo com o quadro jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, 209/2015, de 25 de setembro, 32/2016, de 28 de junho, e 69/2017, de 16 de junho, e 38/2018, de 11 de junho, tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS em matéria de prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde (MS) e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

Constituem atribuições da SPMS a prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação; o funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS); e, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabe, ainda, à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

1.2 ORGÂNICA DA SPMS

ESTATUTOS	<p>DECRETO-LEI N.º 19/2010, ALTERADO POR: DECRETO-LEI N.º 108/2011 DECRETO-LEI N.º 209/2015 DECRETO-LEI N.º 32/2016 DECRETO-LEI N.º 69/2017 DECRETO-LEI N.º 38/2018 DESPACHO N.º 11013/2016</p>
NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> • ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL INTEGRADA NO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO • AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DE PATRIMÓNIO PRÓPRIO • DEPENDÊNCIA TUTELAR DOS MEMBROS DO GOVERNO RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS DAS FINANÇAS E SAÚDE
ÓRGÃOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO • FISCAL ÚNICO
ESTRUTURA INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • 13 DIREÇÕES • 33 UNIDADES
RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> • 3 MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E 1 FISCAL ÚNICO • 13 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL I • 33 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL II • 202 TÉCNICOS SUPERIORES E ESPECIALISTAS DE INFORMÁTICA • 70 ASSISTENTES TÉCNICOS E TÉCNICOS DE INFORMÁTICA • 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS
RECURSOS FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • ORÇAMENTO ANUAL NO VALOR DE 76.364.823€, DO LADO DA RECEITA, E DE 76.364.823€, DO LADO DA DESPESA
LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • SPMS LISBOA (SEDE): AVENIDA DA REPÚBLICA, 61. 1050-189 LISBOA • SPMS LISBOA: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 125. 1050-052 LISBOA • SPMS PORTO: RUA DO BRENER, 121. 4050-124 PORTO • CCSNS: AVENIDA DE MADRID, 8-A. 1000-193 LISBOA • CCM SNS: RUA DE JOAQUIM DIAS ROCHA, 170 ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I, SETOR X. 4470-211 MAIA

*Dados atualizados à data de 08/07/2020.

1.3 MISSÃO, VALORES E PRINCÍPIOS

A SPMS tem por **Missão** a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, independentemente da respetiva natureza jurídica, sejam entidades EPE's, sejam entidades do Setor Público Administrativo (SPA), bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades na área da saúde.

É, ainda, missão da SPMS assegurar o funcionamento do CCSNS e CNTS, bem como a prestação de serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, no âmbito do CCMSNS.

Importa assegurar que a prossecução da missão atribuída à SPMS esteja enquadrada em normas e princípios gerais de atuação, consubstanciando os valores primordiais a salvaguardar, os quais deverão servir de enquadramento ao desenvolvimento da atividade dos seus colaboradores, que se assumem como a face visível da empresa.

Atendendo às suas especificidades, a SPMS rege a sua atividade de acordo com os seguintes **Valores**: Legalidade, Não discriminação, Igualdade de tratamento e imparcialidade, Proporcionalidade, Coerência, Boa-fé e transparência, Comunicação e partilha de informação, a Excelência profissional, bem como a Cordialidade e solidariedade.

É, assim, **Visão** da SPMS “Ser uma empresa de excelência na prestação de serviços partilhados do Ministério da Saúde”.

1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, a SPMS conta com a seguinte estrutura:

-  O Conselho de Administração
-  O Fiscal Único

O Modelo de Governo da SPMS cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios são divulgados publicamente.

O **Conselho de Administração** é composto por três membros, um presidente e dois vogais executivos, nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. O mandato dos membros do Conselho de Administração (CA) tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição.

Conforme exposto na *Nota Introdutória* do presente documento, tendo o ano de 2020 dado início a um novo triénio de gestão, o período em análise identifica na gestão da SPMS dois corpos de gestão, um num período de cessação e outro num período de início de mandato, nomeadamente:

 **Até março de 2020 - Conselho de Administração cessante**

Nomeado através de Resolução do Conselho de Ministros, de 22 de junho de 2017 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2017, publicada no Diário da República n.º 126/2017, Série I de 2017-07-03), o Conselho de Administração foi composto pelos membros:

Henrique Martins | Presidente

Artur Trindade Mimoso | Vogal Executivo

João Martins | Vogal Executivo

 **A partir de março de 2020 – Conselho de Administração em funções**

Nomeado através do Despacho n.º 3202/2020 das Finanças e da Saúde, de 04 de março de 2020 (Gabinetes do Ministro de Estado das Finanças e da Ministra da Saúde – publicado no Diário da República n.º 50/2020, Série II de 2020-03-11), o Conselho de Administração é atualmente composto pelos membros:

Luis Goes Pinheiro | Presidente

Domingos da Silva Pereira | Vogal Executivo

Sandra Cavaca | Vogal Executiva

Compete ao **Conselho de Administração**, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e respetivo anexo, na sua atual redação.

O **Fiscal Único** é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da SPMS. Conforme Despacho de 4 de maio de 2015, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, foram nomeadas as Sociedades António Maria Velez Belém – SROC n.º 96, Unipessoal, Lda., como fiscal único efetivo e Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., n.º 67, como fiscal único suplente.

Dr. António Maria Velez Belém, ROC n.º 768 | Efetivo

Dr. Carlos António Lisboa Nunes, ROC n.º 427 | Suplente



1.5 ESTRUTURA ORGANIZATIVA

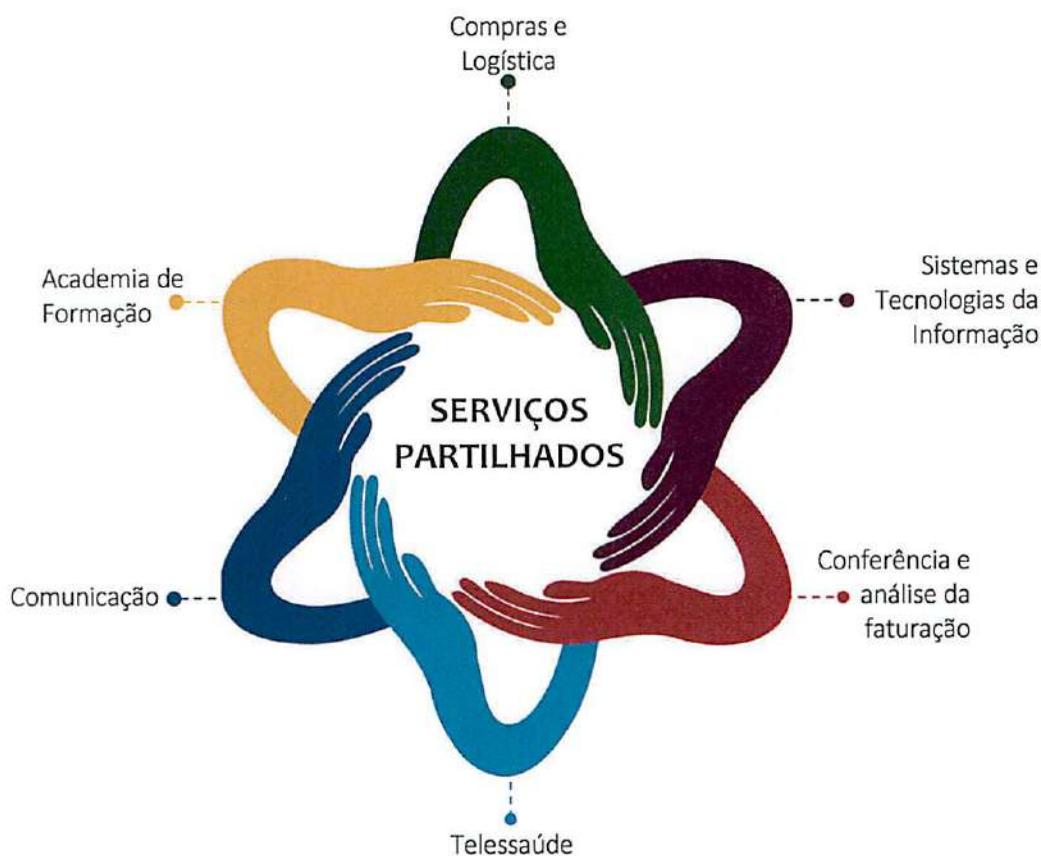
Tendo em vista dotar cada uma das áreas de atuação com os recursos adequados e essenciais, de forma a assegurar a inexistência de disrupções na atividade da SPMS e a manutenção dos atuais e futuros serviços com qualidade, procedeu-se no corrente ano à alteração do modelo organizacional, encontrando-se este definido no Regulamento Interno, derivando na estrutura organizativa consubstanciada no seguinte organograma:





1.6 PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES

Atendendo às atribuições e competências identificadas no ponto 1.1., a SPMS presta não apenas, mas em grosso modo, os serviços abaixo aduzidos num contexto de Serviços Partilhados para as Instituições do Ministério da Saúde e Serviço Nacional de Saúde:



1.7 COMPRAS E LOGÍSTICA

A. CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE ACORDOS-QUADRO

Compreende a celebração de um contrato entre a SPMS e um ou vários fornecedores para as áreas da saúde e transversais, podendo ser renovado conforme firmado em sede do Procedimento. Neste tipo de procedimentos são definidos os parâmetros e regras que irão disciplinar as relações contratuais futuras entre as partes contratantes das compras ao abrigo do Acordo-Quadro (AQ).

OFERTA DE ACORDOS-QUADRO A JULHO DE 2020	
SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS
70 Acordos-Quadro em vigor 13 Acordos-Quadro em preparação (pela Direção de Compras de Bens e Serviços da Saúde, onde a maioria se divide pelas áreas de Medicamentos e Dispositivos Médicos)	34 Acordos-Quadro (pela Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais)

No contexto da gestão da oferta deste serviço, a SPMS dispõe ao SNS um portefólio de Acordos-Quadro, disponível para consulta nos seus canais digitais, permitindo às Instituições do SNS/MS a consulta da oferta e dos parâmetros e regras de cada AQ.

No âmbito do **Contrato Programa 2020**, encontra-se prevista a entrada em vigor de mais 14 Acordos-Quadro **pela área da Saúde**, que se englobam nas 32 metas previstas desde a elaboração dos mesmos até à sua efetiva entrada em vigor. Já **pela área transversal**, prevê-se a entrada em vigor de 5 novos Acordos-quadro, o que se traduz no total de 10 metas a realizar.

B. CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS

O Sistema de Aquisição Dinâmico (SAD), à semelhança do AQ visa estabelecer uma rede estável de fornecedores, ao abrigo do qual é possível celebrar contratos de locação, e aquisição de bens/ serviços, e de empreitadas. Todavia, ao contrário dos AQ, é possível integrar novos fornecedores durante a sua vigência. Sendo um circuito aberto, o SAD coaduna-se com a dinâmica de mercado, promovendo assim a concorrência e consequentemente a possibilidade de obtenção de propostas mais competitivas e inovadoras.

OFERTA DE SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS A JULHO DE 2020
BENS E SERVIÇOS
Pela Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais encontram-se vigentes 5 SAD

C. COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)

Na modalidade de aquisições centralizadas, a SPMS é mandatada pelas instituições do MS para concretizar compras firmes, recorrendo aos instrumentos legalmente existentes (na sua maioria a Acordos-Quadro).

OFERTA DE COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)	
SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (BENS E SERVIÇOS)
A SPMS assegura a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde para todos os serviços e instituições do SNS e dos órgãos e serviços do MS, de acordo com o disposto no Despacho n.º 1571-B/2016 ¹ .	Enquanto Unidade Ministerial de Compras (UMC), a SPMS assegura a centralização da aquisição de bens e serviços das Instituições do MS vinculadas e voluntárias ao SNCP, assegurando a contratação centralizada das categorias elencadas na Portaria n.º 103/2011, de 14 de março. A compra centralizada das categorias na área das tecnologias de informação e comunicação, encontra-se definida na Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro ² .

No âmbito da aquisição centralizada de 2019, foram realizadas adjudicações em 368 processos de compra num total de 396 procedimentos desenvolvidos, relativos a 67 instituições e 16 categorias terapêuticas distintas para a área específica da saúde. No que se refere a agregação centralizada de 2020, foram desenvolvidos 372 procedimentos de aquisição até à data, compreendendo um volume financeiro adjudicado em mais de 630M €.

Pela área transversal, em 2019 foram desenvolvidos 369 processos de compra com adjudicação em 24 categorias distintas e relativamente à aquisição centralizada para 2020, e até à presente data, foram concluídos, com adjudicação, 252 procedimentos de bens e serviços transversais, compreendendo um volume financeiro de cerca de 90M€.

D. CATÁLOGO ELETRÓNICO DE COMPRAS PÚBLICAS

Enquanto elemento centralizador em matérias de Compras Públicas, a SPMS disponibiliza um Catálogo Eletrónico ao qual as Instituições podem recorrer, de forma independente e descentralizada, no seu trajeto de realizar aquisições beneficiando das condições negociais estabelecidas nos Acordos-Quadro.

¹ Após a publicação da circular, as entidades do SNS registam as suas previsões de consumo no Catálogo Eletrónico de Compras na Saúde. A SPMS analisa e solicita eventuais esclarecimentos, de modo a definir os mapas finais de necessidades da totalidade das instituições do SNS.

² A Portaria n.º 87/2013 define as categorias de bens e serviços cujos procedimentos de aquisição são conduzidos pela SPMS, na qualidade de UMC, designadamente: Equipamento informático; Licenciamento de software; Serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção de software; Cópia e impressão; Comunicações de voz e dados em local fixo; Serviço móvel terrestre e Plataforma eletrónica de contratação. O processo de aquisição centralizada inicia com a agregação de necessidades.

No que concerne a outras categorias de bens e serviços transversais (nomeadamente eletricidade, gás natural, combustíveis, higiene e limpeza, segurança, papel e economatos, entre outras), o processo é igual ao acima descrito.

Atendendo às especificidades dos bens e serviços transversais objeto de aquisição centralizada, encontra-se previsto em Contrato Programa 2020, o desenvolvimento do Catálogo por forma a acomodar os pedidos de compras da área transversal, permitindo, desta forma, uma uniformização de práticas perante as Entidades do MS.

À data de julho, o **Catálogo Eletrónico de Compras** engloba um total de 346 fornecedores, compreendendo 4271 artigos na área da saúde. Pela área Transversal, encontram-se disponíveis cerca de 5600 artigos referentes aos cerca de 227 fornecedores habilitados.

E. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA RESPOSTA À COVID-19

As compras públicas exigiram maior rapidez para reforçar os stocks de medicamentos, testes, equipamentos de proteção individual e equipamentos para unidades de cuidados intensivos, de forma a mitigar carências existentes nas unidades de saúde.

As atividades centrais, no contexto em apreço, compreenderam:

- Constituição da reserva estratégica de equipamentos de proteção individual (EPI) e dispositivos médicos;
- Constituição da reserva estratégica de medicamentos;
- Aquisição de Ventiladores e outros Equipamentos para Unidades de Cuidados Intensivos;
- Cooperação com a Comissão Europeia para aquisição conjunta de equipamentos;
- Construção de mecanismos ágeis de gestão de informação quase em tempo real fundamentais para conhecer a realidade nacional, e, por conseguinte, tomada de decisões estratégicas devidamente planeadas e eficazes;
- Atividades relacionadas a monitorização e logística.
- Apoio nas aquisições efetuadas por Mecenas e destinadas a doações ao SNS.

O papel da SPMS não se limitou ao âmbito das aquisições, tendo dado também resposta em matéria de gestão, análise e agregação de informação oriundas de fontes diferentes, criando assim ferramentas de *Business Intelligence* para facilitar na uniformização, avaliação e tratamento dos dados.

No que se refere aos medicamentos e EPI's foram desenvolvidos 107 procedimentos, sob Contrato Mandato Administrativo do INSA – Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) e da DGS, tendo sido contactados mais de 290 fornecedores.

No que concerne à aquisição de ventiladores e outros equipamentos para as Unidades de Cuidados Intensivos para utilização pelas instituições de Saúde, tendo a SPMS sido mandatada pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP, foram efetuados contactos com 77 fornecedores, nacionais e internacionais, para a aquisição de equipamentos para unidades de cuidados intensivos, o que originou o desenvolvimento de 28 procedimentos.

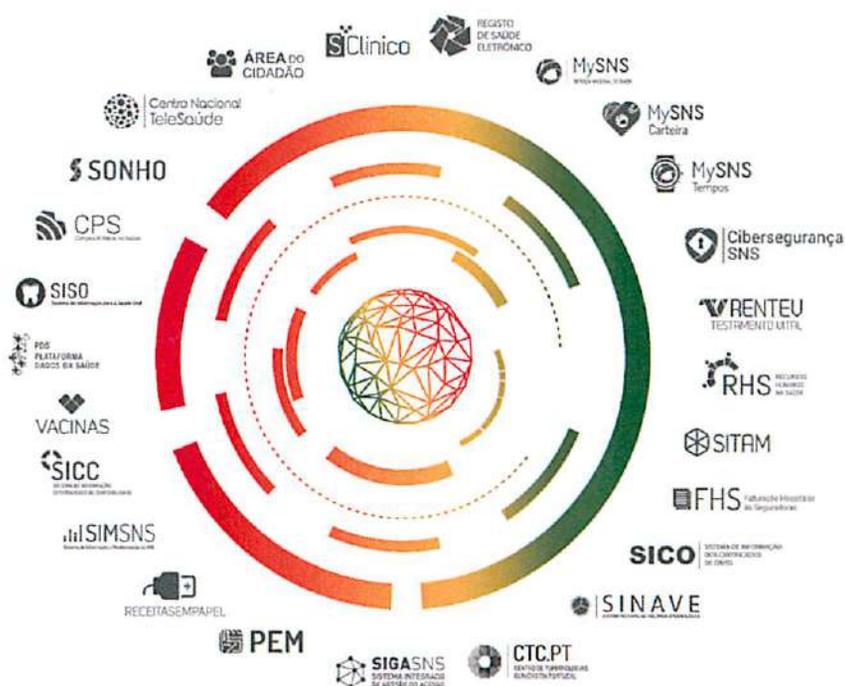
Ainda na conjuntura de resposta à COVID-19, foram ainda desenvolvidos 6 procedimentos para aquisição de equipamento informático necessário para garantir a exequibilidade do teletrabalho.

1.8 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os serviços prestados pelas três secções da Direção de Sistemas de Informação da SPMS, mais representativos compreendem os seguintes âmbitos:

A. SUPORTE, MANUTENÇÃO APLICACIONAL CORRETIVA E EVOLUTIVA E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Neste âmbito destacam-se alguns serviços/produtos do portefólio da SPMS, conforme figura abaixo:



Os serviços mais representativos prestados são:

- Os serviços prestados na área de exploração, manutenção e suporte do datacenter e infraestruturas centrais TIC do MS;
- Os serviços transversais na área da administração de sistemas - licenciamento, suporte, configuração e operacionalização: office365, proxy; dns; file server; ad; correio eletrónico e acessos à internet;
- Os serviços transversais na área da operação, manutenção e configuração de infraestruturas locais de suporte aos produtos de SW;
- Os serviços de ativação, manutenção e suporte de produtos de SW disponibilizados aos profissionais e instituições prestadoras de cuidados de saúde, de âmbito clínico, financeiro e administrativo;
- Os serviços de ativação, manutenção, suporte e exploração de produtos de SW disponibilizados às instituições regionais e centrais do ministério da saúde, de âmbito financeiro e de gestão;



- Os serviços prestados na área da cibersegurança e *compliance* legal (para apoio transversal no âmbito das políticas de privacidade e segurança e prática de auditorias, de forma a monitorizar e apoiar o cumprimento do RGPD);
 - Os serviços prestados na área da governação do eSIS (na articulação interministerial e no acompanhamento e monitorização da estratégia nacional – ENESIS 2020)
 - Os serviços prestados na área da arquitetura de sistemas de informação e da engenharia de software;
 - Os serviços prestados na área da gestão de serviço e suporte aplicacional;
 - Os serviços prestados no desenho, operação e manutenção de projetos de interoperabilidade (semântica e técnica);
- B. **MANUTENÇÃO E EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE QUE PERMITE A COMUNICAÇÃO SEGURA EM TODO O SNS**
- C. **PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, COORDENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROMOÇÃO DE NORMAS, METODOLOGIAS E REQUISITOS QUE GARANTAM A INTEROPERABILIDADE E INTERCONEXÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE, ENTRE SI E COM OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TRANSVERSAIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- D. **CENTRALIZAÇÃO DE INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA DO SNS E DO MS; CONTINUAÇÃO E MELHORIA DAS DIVULGAÇÕES, APOIO E CONTROLO AO NÍVEL DE POLÍTICAS, NORMAS E PROCESSOS DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E CIBERSEGURANÇA, JUNTO DAS ENTIDADES DO SNS; PROMOÇÃO DE FORMAÇÃO, TREINO E AWARENESS EM RELAÇÃO A TEMAS DE CIBERSEGURANÇA, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**
- E. **PARA ALÉM DA ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO NACIONAL, A SPMS PARTICIPA EM DIVERSOS PROJETOS DE ÍNDOLE INTERNACIONAL, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA AOS REGISTOS CLÍNICOS ELETRÓNICOS E UNIFORMIZAÇÃO DE TERMINOLOGIA CLÍNICA, STANDARDS E INTEROPERABILIDADE, SEMÂNTICA E AINDA COLABORAÇÃO COM A COMISSÃO EUROPEIA EM VÁRIOS GRUPOS DE TRABALHO (EXEMPLO SUBGRUPO PARA MHEALTH), BEM COMO ASSIM FOI ESCOLHIDA COMO COORDENADOR PARA A NOVA JOINT ACTION FOR EHEALTH 2018-2021**
- F. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA RESPOSTA À COVID-19**

A pandemia do COVID-19, impulsionou as seguintes atividades e iniciativas no âmbito das TIC:

- i. o desenvolvimento da solução Trace-COVID-19, que constitui uma solução desenhada especificamente para a COVID-19 no sentido de dar suporte à monitorização e acompanhamento do ciclo de vigilância dos utentes para COVID 19 que permite suportar os profissionais dos Cuidados de Saúde Primários a realizarem registo de informação e realização de vigilância epidemiológica e de vigilância clínica;
- ii. a adaptação da ferramenta BI Hospitalar, uma ferramenta de *Business Intelligence* para reporte e monitorização da ocupação de camas nas Instituições de Saúde, consolidando a visão transversal da capacidade do SNS para internamentos
- iii. o desenvolvimento de melhorias para disponibilizar nos Certificados de Incapacidade Temporária, a indicação de Baixa por Suspeita de COVID-19 ou com Infeção por COVID-19;



- iv. a integração semântica dos códigos de diagnóstico e tratamento da COVID-19 nos sistemas clínicos;
- v. a parametrização de profissionais de saúde ao nível da PEM Privados para garantir a continuidade da Prescrição Eletrónica de Medicamentos;
- vi. o suporte aos Profissionais de Saúde para emissão de Receitas Sem Papel Totalmente Desmaterializadas;
- vii. o suporte no registo da PEM Móvel e parametrização da CMD para acesso à PEM Móvel;
- viii. a melhoria de ferramentas de Apoio aos Médicos de Saúde Pública, como o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica);
- ix. as alterações de Sistemas Clínicos ao nível dos Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Hospitalares;
- x. a disponibilização do Portal COVID-19 e do Portal Saúde Mental, bem como atualização dos conteúdos do site SNS 24 (atualização dos conteúdos de acordo com a norma da DGS; atualização das áreas de transmissão comunitárias ativas, na triagem telefónica e no Symptom Checker do SNS 24);
- xi. a disponibilização de WebApp Multi-Profissional de Suporte à atividade COVID-19, para médicos, psicólogos, farmacêuticos e enfermeiros;
- xii. o desenvolvimento do SIGA para referência desmaterializada de utentes, entre instituições prestadoras de cuidados de saúde;
- xiii. o reforço e reestruturação de um conjunto alargado de sistemas, implementando novas Infraestruturas e arquiteturas, por forma a garantir a disponibilidade e funcionalidade dos sistemas perante esta altura crítica;
- xiv. a disponibilização de um conjunto de ferramentas adicionais para garantir que os profissionais da saúde tivessem todas as ferramentas necessárias para executar o seu trabalho (por ex. o Teams, que permite o trabalho remoto e em conjunto de diversos profissionais. Neste momento temos ativos cerca de 30000 utilizadores a utilizar este tipo de ferramentas colaborativas de trabalho remoto.

1.9 COMUNICAÇÃO

Pela Comunicação e Relações Públicas, a SPMS presta um serviço que contempla três áreas de atuação: **Comunicação Interna, Comunicação Externa e Serviços Partilhados de Comunicação para o Ministério da Saúde.**

Em todos os segmentos, desempenha um papel relevante que integra a oferta da SPMS, designadamente na produção de conteúdos para diferentes canais, no desenvolvimento de diversos suportes gráficos, multimédia, manuais, *flyers*, planos e campanhas comunicacionais, entre outros produtos e serviços.

Inerente à área da Comunicação Externa, a área de **Assessoria de Imprensa** assegura funções essenciais à organização, nomeadamente na relação com os media e na apresentação e consolidação de informações pertinentes de interesse institucional. Relativamente à vertente de Relações Públicas e Protocolo garantem o relacionamento institucional com entidades externas, bem como a representação e acompanhamento dos processos relativos à participação da SPMS em iniciativas diversas, desde conferências a eventos.

Assim, nas áreas de atuação é importante realçar:

- Comunicação Interna - engloba ações direcionadas ao público interno, com o objetivo de informar, simplificar, organizar e otimizar as relações no ambiente de trabalho, recorrendo a plataformas digitais audiovisuais e boletins/newsletters;
- Comunicação Externa - tem como prioridade divulgar a atividade desenvolvida pela SPMS nas suas diferentes áreas de competências, através de plataformas e canais distintos, tendo como denominador comum a transparência e a capacidade de adequação da linguagem, aliadas a uma imagem apelativa e coerente, de modo a tornar a comunicação mais eficaz, eficiente e clara para os diversos públicos-alvo: cidadãos, profissionais e entidades de saúde.
- Serviços Partilhados de Comunicação para o Ministério da Saúde - contemplam um conjunto de atividades como a organização de eventos, a gestão diária do Portal do SNS, o alinhamento diário das redes sociais do SNS (Facebook, Twitter, Instagram), que abrange o desenvolvimento de gráficos, infografias e imagens, entre outras solicitações.

O *modus operandi* deste serviço envolve uma relação direta com as entidades do SNS manifestantes da necessidade do serviço, por forma a ser levantada uma análise adequada e alinhada às especificidades de cada iniciativa, cumprindo o objetivo de um maior envolvimento do público-alvo a atingir.

Neste âmbito, a estratégia comunicacional assenta num modelo de rigor e de transparência informativa e a oferta da SPMS cumpre ainda um trajeto de promoção da literacia digital em saúde, procurando descomplicar a informação mais complexa sobre o digital, com um apelo evidente para a ação, sobretudo em questões de saúde pública.

1.10 TELESSAÚDE

Na esfera da Telessaúde, a oferta da SPMS materializa-se em três serviços, nomeadamente:

A. CENTRO DE CONTACTO DO SNS (SNS 24)

O SNS24 compreende as seguintes linhas de atuação:

SERVIÇOS CLÍNICOS

Os serviços clínicos englobam os serviços de Triagem, Aconselhamento e Encaminhamento (TAE) em situação de doença aguda geral, em situação de doença oncológica em tratamento e de pré-triagem através do Avaliar Sintomas. Incluem ainda os serviços de aconselhamento sobre medicação (não sujeita a receita médica), serviços informativos clínicos e de Saúde Pública.

Estes serviços incidem nas subcategorias abaixo elencadas.

a. TRIAGEM, ACONSELHAMENTO E ENCAMINHAMENTO

i. DOENÇA AGUDA NÃO EMERGENTE³

Neste serviço é realizada uma avaliação do nível de risco clínico das situações reportadas pelo utente, sendo o mesmo aconselhado e, caso se verifique necessário, encaminhado para a estrutura de cuidados de saúde do SNS mais apropriada à sua condição ou orientado para uma gestão via autocuidados.

ii. DOENÇA ONCOLÓGICA EM TRATAMENTO

Trata-se de um serviço de TAE para doentes oncológicos em tratamento de quimioterapia/immunoterapia com o objetivo de melhorar qualidade do acompanhamento e a segurança clínica destes doentes, diminuindo as idas desnecessárias aos serviços de urgência hospitalares

Este serviço tem como finalidade triar, aconselhar e, se necessário, encaminhar os utentes oncológicos em tratamento para os serviços de saúde mais adequados.

iii. AVALIAR SINTOMAS⁴

O Avaliar Sintomas é um serviço atualmente disponível apenas no canal digital que permite ao utente fazer uma avaliação dos seus sintomas, ou de outra pessoa, obtendo informações e conselhos adequados a um problema de saúde não emergente. Assenta em algoritmos clínicos específicos desenvolvidos para o efeito com vista a manter o rigor e a segurança clínica, bem como a coerência com a triagem telefónica do SNS 24.

³ O serviço assenta em algoritmos clínicos da responsabilidade da DGS, de acordo com o Decreto-Lei nº 69/2017, de 16 de junho, este serviço está disponível desde 2007 para contactos de teor clínico no âmbito da doença aguda não emergente, e realiza-se telefonicamente, sendo que o utente é atendido por enfermeiros qualificados e devidamente formados. Ao longo dos últimos dois anos apostou-se na consolidação do canal telefónico, através do qual foram realizados mais de 1.000.000 de triagens/ano - representando um crescimento anual de cerca de 30% -, e no desenvolvimento do canal digital em www.sns24.gov.pt. Em termos gerais, a análise de satisfação realizada quadrimestralmente demonstra que 97% dos utilizadores recomendaria o serviço a amigos e familiares.

⁴ Atualmente já estão disponíveis os seguintes algoritmos: alergias respiratórias, alterações da pele, COVID-19, Engasgamento, Inalação de fumos, Náuseas e Vômitos, Obstipação, Queimadura por Calor e Queimadura solar. O Algoritmo da Tosse e de Síndrome Gripal foram suspensos para atualização face à semelhança de sintomas provocados pela COVID-19.



b. ACONSELHAMENTO SOBRE MEDICAÇÃO

O Serviço de Aconselhamento sobre Medicação é um serviço de atendimento de contactos de teor clínico que disponibiliza o acesso a informação geral relativa a medicamentos não sujeitos a receita médica, não consubstanciando um ato de prescrição médica.

c. TELECUIDADADOS

O serviço de Telecuidados é realizado em *outbound*, por enfermeiros qualificados, que ocorre em horário definido com o utente e de acordo com o programa de intervenção definido no projeto em causa.

Dentro deste serviço foi iniciado em 2018 um projeto piloto no âmbito da Avaliação Biopsicossocial Sénior, intitulado Proximidade Sénior⁵.

d. INFORMATIVOS CLÍNICOS E DE SAÚDE PÚBLICA

Estes serviços destinam-se ao esclarecimento de dúvidas apresentadas pelo utente, tanto no âmbito de temas de saúde gerais, como de Saúde Pública, estando disponíveis 24h/7 e sendo prestados por enfermeiros.

O serviço informativo de Saúde Pública, internalizado no SNS 24 em junho de 2018, presta informações gerais em matéria de saúde pública, nomeadamente sobre prevenção de doenças transmissíveis, estilos de vida e alimentação saudáveis, entre outras.

e. SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO⁶

No âmbito da Pandemia Covid-19, foi desenvolvido um serviço de aconselhamento psicológico telefónico dirigido a cidadãos e profissionais de saúde, motivado por este ser um momento de grande incerteza e exigência profissional.

Trata-se de um serviço prestado por um grupo de 64 psicólogos, especialistas em Psicologia Clínica e de Saúde, com formação em Intervenção Psicológica em Situações de Catástrofe. O serviço encontra-se acessível 24h/7 a todos os utentes e profissionais de saúde em situação de fragilidade, permitindo a identificação de situações de risco de saúde mental e orientação para outras entidades, contribuindo assim para a articulação e integração dos cuidados prestados aos cidadãos através da conjugação da ação realizada à distância com a ação local, se necessário.

Após avaliação da situação, e no caso de não ser passível a estabilização apenas com o serviço de aconselhamento, o psicólogo pode realizar o encaminhamento para o INEM, caso se trate de uma situação emergente e de perigo para o próprio ou para terceiros⁷.

⁵ O Serviço Proximidade Sénior foi desenhado em colaboração com os dois Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) participantes (ACES Oeste Sul e ACES Porto Oriental) para acompanhamento da população idosa frágil, abrangendo assim 19030 utentes, num universo de utentes com mais 75 anos, com telefone, inscritos na área de influência dos ACES. Através de uma chamada telefónica realizada por enfermeiros foi possível contactar 17339 idosos e realizou-se a avaliação de fragilidade a 5042 idosos que apresentavam critérios de elegibilidade para intervenção telefónica (excluindo-se utentes com alterações auditivas e/ou cognitivas; recusas em participar).

⁶ Este serviço assenta numa parceria entre a SPMS e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), por um período de 4 meses. Estabeleceu-se ainda uma Comissão de Acompanhamento para conceber o desenho, implementar, monitorizar e avaliar este serviço. Integra a comissão referida a SPMS, a FCG, a OPP, o INEM e a DGS, através do Programa Nacional para a Saúde Mental. Este serviço teve início no dia 1 de abril.

⁷ Pode ainda, no caso de situações em que a estabilização via telefónica não se considera suficiente, encaminhar o utente para urgência psiquiátrica e nesse caso a chamada é direcionada para a triagem de enfermagem do SNS 24. Neste serviço é efetuada uma segunda avaliação

SERVIÇOS INFORMATIVOS NÃO CLÍNICOS

Estes serviços estão disponíveis entre as 8h e as 22h para contactos de teor não clínico, possibilitando o acesso rápido e fácil a informação geral do SNS, incluindo informação sobre entidades centrais, regionais e locais do Ministério da Saúde.

Podem ainda ser prestados ao utente esclarecimentos sobre os serviços disponíveis online através do RSE | Área do Cidadão, incluindo a sua navegação e utilização.

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Igualmente disponíveis entre as 8h e as 22h, estes serviços distinguem-se dos anteriores por implicarem o acesso, consulta e registo da informação administrativa do utente. São também disponibilizados no canal digital do SNS 24, através do acesso ao RSE | Área do Cidadão.

Atualmente estão implementados os seguintes serviços:

- i. Submissão de requerimentos de isenção de taxas moderadoras por insuficiência económica;
- ii. Campanha *outbound* de Vale Cirurgia onde são contactados utentes com Nota de Transferência/Vale Cirurgia (NT/VC);
- iii. Referenciação em caso de teste reativo para VIH, VHB e VHC (autoteste no domicílio ou *test point of care* em farmácia);
- iv. Marcação de consultas nos CSP.

PORTAL DO SNS24

O Portal do SNS24 compreende um agregador de conteúdos dos diferentes temas de saúde via canal digital, disponível a partir do site <https://www.sns24.gov.pt/>. Na atual conjuntura, destaca-se a disponibilização de conteúdos da COVID-19 que pretendem informar o Cidadão sobre temas cujo conhecimento tem sido necessário nas diferentes fases que se têm vivido no contexto da COVID-19, como as medidas impostas pelo Estado de Emergência, Situação de Calamidade e de Alerta, e demais medidas preventivas, boas práticas de proteção individual, regras e comportamentos a adotar neste período.

A atual pandemia COVID-19 veio reforçar a importância do canal digital como um canal informativo, sendo uma das prioridades da SPMS continuar a garantir a construção e disponibilização de conteúdos. De igual forma, a COVID-19 despoletou o aumento da visibilidade e da maturidade do portal do SNS 24, tendo onde o número de utilizadores do site SNS 24 ultrapassado os 4 milhões de utilizadores ao longo do 1º semestre de 2020, representando um crescimento superior a 900% em relação período homólogo.

SERVIÇO DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA

Em resultado da articulação a SPMS e a Federação Portuguesa de Associações de Surdos, com o apoio do Instituto Nacional de Reabilitação, foi implementado um serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa à distância, mediante a disponibilização de um novo canal tecnológico (videochamada) via Portal SNS24.

por parte do enfermeiro, podendo concretizar os encaminhamentos já referidos para o serviço de TAE. Nas situações em que o psicólogo considere ser necessário um reforço no acompanhamento da situação pode ainda realizar chamadas de seguimento.

No contexto deste serviço, estendeu-se a disponibilização do canal de *webchat* do Portal SNS24 para que desta forma, o cidadão com dificuldades auditivas que pretenda aceder ao serviço TAE do SNS 24, possa aceder a uma das duas modalidades.

B. CENTRO NACIONAL DE TELESSAÚDE (CNTS)

Pelo CNTS, a SPMS presta um serviço de promoção do uso das TIC como parte integrante dos processos de reforma do SNS. Este serviço, inscrito no pensamento orientado à inovação, foca-se na promoção de sinergias através de uma rede inclusiva de parceiros para aproximar o Cidadão à sua saúde. Através desta área de coordenação, regulação e prestação de serviços, o CNTS visa:

- Contribuir para estratégia nacional de promoção da Telessaúde
- Estimular a investigação na procura de soluções que constituam uma proposta de valor inovadora através da Telessaúde
- Contribuir para a criação novos modelos de prestação de cuidados de saúde alavancados pelas TIC e que aportem valor acrescentado ao cidadão e ao sistema
- Desenvolver o Centro de Contacto SNS24 como um elo na integração de cuidados e de proximidade do cidadão ao SNS.

Cientes da abrangência do conceito da Telessaúde, o Centro Nacional de TeleSaúde apresentou, no final de 2019, um Plano Estratégico Nacional para a Telessaúde 2019-2022 (PENTS 19-22) que desenha um caminho através dos eixos estratégicos de desenvolvimento da telessaúde e das medidas e atividades propostas.

Desde então, e ao longo de 2020, têm vindo a ser exploradas novas potencialidades através da Telessaúde, tendo já sido implementadas soluções de *teleconsultas*, da *teletriagem*, da *telemonitorização*, da *telereabilitação*, do *telediagnóstico* e do *telerrastreio*, as quais o CNTS tem acompanhado todo o processo até à implementação nas entidades.

Quando analisado o atual contexto da COVID-19, e levantada a potencialidade estratégica da aplicação da Telessaúde no SNS, tornou-se premente visitar o PENTS à luz das aprendizagens e das novas necessidades que têm vindo a surgir pela atual conjuntura, tendo já sido promovidas algumas reuniões com Stakeholders para realizarmos um levantamento de iniciativas e necessidades, bem como o mapeamento de boas práticas criadas durante a COVID-19.

Ao longo do primeiro semestre de 2020, o CNTS focou a sua atividade em ações como a **distribuição de 883 Kits de Telessaúde** e a **produção de recursos para apoiar a divulgação e utilização e na implementação da aplicação RSE Live**, permitindo a realização de teleconsultas em tempo real entre Médico com o Utente e entre Médicos.

Desta forma, foi possível realizar a primeira teleconsulta entre Médico e um Utente, a 17 de abril no Hospital de Ovar, numa fase em que Ovar se encontrava em cerca sanitária, durante o Estado de Emergência. A 4 de maio, a CTNS terminava a implementação nos 92 Hospitais, incluindo o Hospital da Horta nos Açores, seguindo-se a ativação nas unidades dos CSP (até à data de 6 de julho encontravam-se ativados 1.060 polos).

Durante os meses de maio e junho, o CNTS dinamizou ainda dois webinars que tiveram a participação de cerca de 1.200 profissionais de saúde, através dos quais foi possível divulgar conhecimento e reconhecimento das mais-valias na realização de Teleconsultas pela RSE Live.

Por forma a responder às exigências impostas pela COVID-19, durante o primeiro trimestre a SPMS desenvolveu e implementou a ferramenta Trace COVID-19, uma ferramenta inovadora de acompanhamento de Saúde Pública e doentes em auto-cuidados que constitui serviços de telemonitorização e televigilância.

Durante o período do primeiro e terceiro trimestres, iniciou-se o desenvolvimento de atividades complementares para a resposta à COVID-19, que possam veicular outros meios de implementação e concretização da Telessaúde, nomeadamente:

- Desenho e suporte a iniciativas de telessaúde nomeadamente nas áreas da telemonitorização e Telereabilitação.
- Definição de serviços digitais integrados para o SNS
- Monitorização do serviço de teleconsulta em tempo real pela RSE Live no SNS
- Promoção e dinamização da rede nacional de telessaúde, constituída por coordenadores regionais de telessaúde nomeados pelas ARS e pelos promotores internos de telessaúde nomeados pelas instituições dos cuidados de saúde hospitalares e dos cuidados de saúde primários

Assumindo uma enorme potencialidade no atual contexto da COVID-19, ao permitir assegurar a retoma da atividade diretamente com os utentes, intra e inter-hospitalar, ao longo do segundo semestre de 2020 prevê-se finalizar a implementação do serviço de Teleconsulta nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), ativando a versão mobile pela MySNS Carteira, reforçando a divulgação pelas unidades de Cuidados de Saúde Hospitalar (CSH) e CSP, criar cursos de eLearning para Profissionais de Saúde e monitorizar a atividade.

1.11 CONFERÊNCIA E ANÁLISE DE FATURAÇÃO

Este serviço, materializado pelo Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde (CCMSNS), enquanto centro único de verificação e exame de faturação a nível nacional, presta como serviço a gestão de todas as atividades relacionadas com o processamento de conferência de faturas, desde a receção dos ficheiros e documentos de prescrição e prestação até ao correto apuramento dos valores devidos pelo SNS a um determinado prestador e arquivo dos respetivos suportes documentais.

A atividade do Centro é estratégica para a melhoria da eficiência do SNS e para a gestão da despesa pública com cuidados de saúde, bem como para o cumprimento de obrigações legais do Estado, designadamente as relacionadas com a proteção de dados sensíveis dos utentes ou com a observância de regras de faturação e de normalização contabilística⁸.

No início do exercício de 2020, foi alcançada uma desmaterialização da conferência, na ordem dos 80 por cento. Existem iniciativas em curso para o reforço da desmaterialização dos processos de conferência através do alargamento das áreas com fatura eletrónica, interação desmaterializada com os prestadores e simplificação dos processos de conferência.

Para o exercício de 2020 estão previstas duas novas áreas de conferência. A área da saúde oral, com a conferência dos cheques dentistas, e o projeto de integração da faturação devedora dos Acordos Internacionais, referente à aplicação dos Regulamentos Comunitários.

A candidatura aprovada ao SAMA, para o desenvolvimento de um projeto a três anos, com vista a reforçar os controlos em tempo real da conferência de forma a consolidar os controlos relativo ao abuso e desperdício.

A evolução dos valores conferidos deverá permanecer em valores próximos dos registados em 2019, valor conferido superior a 2 mil milhões de euros no exercício, o que implica o tratamento mensal de mais de 8 milhões de documentos por mês.

⁸ Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.

1.12 ACADEMIA DE FORMAÇÃO DA SPMS – ACADEMIA

A Academia de Formação da SPMS assume-se como um serviço de Formação de referência no setor da Saúde, fomentando as melhores práticas de gestão do conhecimento, qualidade e inovação. Tem por objetivo a valorização e a certificação das competências dos profissionais do SNS e organismos tutelados pelo Ministério da Saúde, bem como de outras entidades quando executem atividades específicas da área da saúde.

A importância atribuída aos recursos humanos numa organização potencia o sucesso das suas ações e garante os níveis de excelência operacional das suas equipas. Atentos a este princípio, fazem parte da estratégia de investimento, ações que visam (1) o reforço do conhecimento e competências dos profissionais; (2) a continuidade no investimento na valorização das competências técnicas e pessoais; e (3) contribuir com ações que incentivem o bem-estar no local do trabalho e a excelência profissional dos seus colaboradores.

A atuação desta atividade da SPMS é desenvolvida através das seguintes frentes de ação:

- Formação profissional certificada em regime presencial, b-learning e e-learning;
- Ações de sensibilização, workshops, sessões temáticas, seminários e eventos da SPMS;
- Oferta de formação na plataforma de ensino à distância – estudo para entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde (MS);
- Disseminação da formação através do Website da Academia e de uma área destinada à
- Biblioteca Digital, onde se encontram agregadas 9 áreas temáticas;
- Disponibilização de uma Bolsa de Formadores certificada;
- Desenvolvimento de protocolos de cooperação com entidades do SNS e MS;
- Participação em iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências digitais na Saúde, de âmbito nacional e internacional.

1.13 ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Face aos atuais desafios no setor da saúde, torna-se premente a adaptação para um Sistema de Saúde mais eficiente, garantindo a sua sustentabilidade a longo prazo. Neste sentido, é uma preocupação da SPMS direcionar o seu pensamento estratégico a soluções que promovam a sustentabilidade económica, social e ambiental, interna e externa, da SPMS para o SNS, e do conjunto para a Sociedade.

SUSTENTABILIDADE DO SNS ATRAVÉS DAS ÁREAS DE NEGÓCIO SPMS

A. NA ESFERA DAS COMPRAS PÚBLICAS

A SPMS, enquanto instrumento de racionalização e funcionando como a central de compras da Saúde do SNS, manterá em 2020 a sua estratégia de promoção da eficiência, mantendo a sua trajetória com vista a fortes estratégias de compra no mercado da saúde, num compromisso mútuo com os seus operadores que, de forma sustentável, trabalharão para a concretização de um SNS mais eficiente no contexto da Despesa Pública.

À semelhança da trajetória dos últimos anos, em 2019 atingiu-se um aumento significativo de compras na SPMS, com o volume global de compras a ascender aos 1.600 milhões de euros, o que representa um aumento de 10% face ao ano de 2018, onde se tinha registado um valor global na ordem dos 1.450 milhões de euros. Neste volume global de compras, que inclui compras de bens e serviços de saúde e transversais, verificou-se também um aumento da poupança gerada para o Ministério da Saúde. Em 2019, a poupança atingiu 347,2 milhões de euros, que representam 18% de poupança face ao volume financeiro total aplicado neste ano.

Verifica-se que, desde 2016, o volume de compras e as poupanças geradas cresceram a uma média anual entre os 23,8% e 39,2%. Na base do cálculo desta média de poupanças estão os 515 procedimentos adjudicados no decorrer do ano de 2019, em 40 categorias distintas, estando o seu crescimento baseado em fatores como:

-  Aumento da abrangência e das tipologias de compras realizadas ao abrigo de novos acordos-quadro;
-  Alargamento das categorias de compras agregadas pela SPMS;
-  Criação de instrumentos de agregação voluntária, que reúnem artigos sem obrigatoriedade de compra centralizada e cuja adesão alargada pelas entidades permitiu atingir quantidades elevadas na consulta ao mercado e consequentes poupanças acrescidas;
-  Crescimento da penetração de genéricos e biossimilares nas compras de medicamentos.

De referir que, paralelamente, assistiu-se a um aumento no número de Instituições que recorreram à aquisição através dos processos de agregação centralizada pela SPMS, tendo sido realizadas compras para mais de 67 Instituições, incluindo as Administrações Regionais de Saúde.

Neste sentido, os resultados do ano de 2019, conforme expostos no *Relatório de Aferição de Poupanças de 2019*⁹, refletem a crescente relevância e impacto das compras centralizadas na saúde na geração de poupança, eficiência e criação de sinergias dentro do SNS.

No seguimento da atual trajetória, que se verifica caminhar para um modelo sustentável do ponto de vista económico, atendendo à Estratégia traçada para o triénio 2020-2022, em 2020 a SPMS desenvolverá trabalhos nas esferas:

- da ecologia orientada à sustentabilidade¹⁰, em linha com a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020), assumindo-se a prossecução dos objetivos de sustentabilidade, através da inclusão de critérios ambientais nos contratos públicos;
- da desmaterialização de todo o circuito processual, que tem já vindo a ser uma aposta recorrente através da implementação de medidas sustentadas numa estratégia *paperless* para obtenção de ganhos de eficiência e de celeridade dos procedimentos internos e destes para os de mercado;
- da implementação de mecanismos de economia circular, que assentem na reorganização e diminuição do desperdício presente nas várias ramificações da Saúde, o ano de 2020 espera-se ser de continuidade do atual projeto de perpetuação e concretização de um conjunto vasto de avanços viáveis, a nível ecológico e económico, que se traduzam na otimização dos serviços existentes através de instrumentos de compras como os Acordos-Quadro e Sistemas de Aquisição Dinâmicos;

Conscientes de que haverá sempre espaço para melhorar continuamente o desempenho e a Despesa Pública do Serviço Nacional de Saúde em matéria de Saúde, continuará a ser uma prioridade da SPMS a desburocratização, racionalização e a aceleração de processos de Compras Públicas, sendo o intuito da SPMS continuar a auscultar os seus clientes e *stakeholders*, numa base colaborativa.

B. NA ESFERA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A SPMS, enquanto responsável pela manutenção do Sistema de Informação do SNS, assume a sua responsabilidade no pensamento estratégico que garanta a sustentabilidade do Sistema de Saúde. Pela estratégia definida para o próximo triénio, terá como áreas de foco a sustentabilidade orientado a práticas que promovam a gestão do risco, inovação e à adoção de novos mecanismos que permitam um funcionamento mais eficaz na prossecução da modernização digital do SNS.

Nesta sequência, em 2020, a estratégia alinhar-se-á com o horizonte trienal em que se insere, devendo dar-se continuidade à trajetória já iniciada em prol de um compromisso que assenta na implementação de soluções com a melhor relação custo-efetividade. Estas soluções, cujo objetivo passa por garantir a otimização de processos de trabalho que acrescentem valor para o ecossistema (Instituições, Profissionais de Saúde, Utente/Cidadão), estarão alinhadas com as boas práticas do mercado e suportadas pela

⁹ Relatório de Aferição de Poupanças de 2018, Lisboa, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (2019).

¹⁰ SPMS desempenha atualmente uma posição de destaque no *Green Public Procurement*, enquanto agente catalisador de políticas verdes, aplicadas diariamente nos procedimentos aquisitivos desenvolvidos, os quais derivam em poupanças para o SNS, na melhoria da qualidade de produtos e serviços, em níveis mais elevados de sustentabilidade (melhor produto com menos dinheiro), melhor transparência, eficácia e eficiência, culminando na imagem do estado junto do contribuinte.

evolução das novas tecnologias, com vista a uma maior produtividade em todo o Sistema de Saúde, que deverá favorecer um compromisso entre a inovação e a sustentabilidade.

C. NA ESFERA DA TELESSAÚDE

Na esfera da Telessaúde, considerando os inúmeros benefícios que aporta, reconhece-se que o seu contributo é cada vez mais promissor para os sistemas de saúde e para a sua sustentabilidade, nomeadamente pela garantia:

- da equidade no acesso aos serviços de saúde - ao fomentar melhores níveis de o acesso transversal à saúde, evitando assim viagens desnecessárias e outros fatores espaço-temporais e económicos;
- da melhoria global da qualidade e eficiência dos serviços de saúde pelo favorecimento da continuidade dos cuidados (inclusive em situações de crise, como a que agora se verifica) – ao contribuir para a melhoria do atendimento, e suportando a gestão continua de cuidados, focados na promoção da saúde e não na doença;
- da melhor relação entre o custo-efetividade, reduzindo o desperdício de recursos e a intensidade física dos cuidados, suportados por algoritmos de triagem robustos;
- do atendimento em situações de crise sanitária, atuando como dorsal para a garantia do acesso, sinalização e acompanhamento do Cidadão em caso de doença, como se tem verificado durante a crise pandémica provocada pela COVID-19.

No contexto do SNS24, o seu modelo de governação assume como prioridade a sua contribuição para ampliar a eficiência e a eficácia do setor público da saúde, racionalizando a utilização dos recursos existentes, tanto materiais como humanos, através da orientação e encaminhamento apropriados dos utentes no acesso aos serviços.

O investimento plurianual até ao montante de 36.700.000 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, conforme previsto pela Portaria n.º 265/2020, visa melhorar e alargar a oferta de serviços disponibilizados ao cidadão, o desenvolvimento tecnológico e assegurar a escalabilidade do serviço. O SNS 24 é, assim, entendido como um elemento promotor da eficiência no Sistema de Saúde, permitindo, entre outras valências, reduzir a carga aos cuidados presenciais, gerando uma maior eficiência dos mesmos.

D. NA ESFERA DA MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO SNS

Na esfera da Monitorização e Controlo do SNS, materializado no Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde da SPMS, é mantida uma supervisão atenta da despesa em vista a um SNS mais eficiente. Em 2020, pretende o CCMSNS reforçar a eficácia e eficiência da operação, apostando:

- no aumento do nível de desmaterialização dos documentos processados na conferência de despesa;
- no alargamento do serviço de conferência de despesa a outras áreas do SNS;

- na implementação de novas regras de conferência que permitam o cruzamento com fontes de dados complementares, de forma a aumentar controlos vigentes e a robustecer o processo de conferência e monitorização da despesa; e
- no reforço da interação com os stakeholders através de novos canais de interação. Consolidando a componente de *reporting*, visualização e disponibilização de informação, através da implementação de uma nova área reservada do portal, potenciando a desmaterialização e expandindo as funcionalidades através da implementação do conceito de “one stop shop” para os prestadores da área de medicamentos, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, diálise, cuidados continuados integrados, cuidados respiratórios domiciliários, SICAD e tratamentos termais.

E. NA ESFERA DA GESTÃO DA FRAUDE

Na área do combate à fraude, sendo a SPMS responsável pela manutenção do Sistema de Informação do SNS, pretende-se continuar a reforçar os mesmos mecanismos antifraude com vista a dificultar ou dissuadir a ocorrência de fraude, contribuindo assim para a redução da despesa indevida do SNS.

Ainda na senda da otimização da utilização dos recursos do SNS, em 2020 pretende-se, em articulação com as restantes entidades do SNS, incrementar a transparência na monitorização da despesa, melhorar os mecanismos de deteção de fraude e desperdício e fomentar a prevenção, passando por:

- desenvolver soluções de monitorização da despesa do SNS e criar alertar para indícios de risco de fraude;
- aplicar e evoluir os modelos de avaliação de risco de Fraude no Setor da Saúde;
- identificar medidas de prevenção e luta contra a Fraude e Desperdício e emitir recomendações para implementação de Controlos nos Sistemas de Informação da Saúde.

VERTENTE ECONÓMICA

A. MODELO DE FINANCIAMENTO

Desde a sua criação que a SPMS tem vindo a evoluir nos contextos da sua atribuição e competências, que, por sua vez, fazem crescer a sua visão e missão no contexto em que se insere. No entanto, esta realidade tem vindo a ser desfavorecida no contexto do modelo de financiamento aplicado à SPMS para custear o seu *core business*, que se tem baseado, essencialmente, para além das transferências provenientes do Orçamento do Estado, na celebração de um Contrato-Programa com a ACSS, enquanto entidade responsável por assegurar a gestão dos recursos financeiros do SNS e em contratos de prestação de serviços com os demais clientes.

Mantém-se, à semelhança de anos anteriores, o desfasamento entre a tramitação necessária para estes instrumentos e a prestação de serviços a que respeitam, que é permanente e contínua. É de salientar que o Contrato-Programa 2018 foi assinado em 07 de fevereiro de 2018, homologado pela tutela da Saúde em 22 de fevereiro de 2018 e só em 28 de setembro de 2018 obteve homologação da tutela das Finanças. Por seu turno, o Contrato-Programa 2019 foi outorgado em 28 de dezembro de 2018, homologado pela tutela da Saúde em 07 de janeiro de 2019, tendo sido remetido de seguida para a tutela das Finanças, obtendo a devida homologação em 05 de agosto.



Tal como se demonstra no quadro seguinte para o último triénio, o processo anual de aprovação do Contrato-Programa e homologação final tem sido marcado por delongas sucessivas, que acabam por obstaculizar seriamente a desejada tempestividade no acesso aos recursos financeiros daquele relevante instrumento de financiamento.

CRONOLOGIA DO CONTRATO-PROGRAMA

	Data de homologação pelo SET	Data do Aviso em DRE	dias decorridos	Data da NE da ACSS	dias decorridos	Data da 1ª fatura da SPMS	dias decorridos	Data do 1º recebimento	dias decorridos	dias decorridos desde a Homologação
2016	03/10/2016	03/11/2016	31	12/12/2016	39	20/12/2016	8	28/12/2016	8	86
2017	14/11/2017	15/12/2017	31	13/12/2017	-2	14/12/2017	1	29/12/2017	15	45
2018	27/09/2018	22/10/2018	25	06/12/2018	45	13/12/2018	7	15/10/2018		18
<i>Nota: O 1º recebimento em 2018 foi referente ao adiantamento previsto de 25%</i>										
2019	05/08/2019	04/09/2019	30	04/09/2019	0	05/09/2019	1	18/09/2019	13	44

Efetivamente, uma execução mais eficaz do Contrato-Programa tem, necessariamente, de estar associada a uma acrescida capacitação financeira da SPMS, que passará, naturalmente, por ter acesso à receita do mesmo no início do ano económico e não no seu término, como evidencia o quadro anterior. Só assim será possível lançar em tempo (cumprindo com a tramitação exigida pelo Código dos Contratos Públicos) os procedimentos de aquisição de bens e serviços destinados ao cumprimento do Contrato-Programa e permitir o pagamento dos inerentes encargos aos fornecedores.

Constrangimentos idênticos ocorrem com os outros principais clientes públicos que, pela sua natureza orgânica e características próprias de financiamento, não podem formalizar os contratos que asseguram a faturação dos serviços, não deixando a SPMS, apesar da ausência faturação, de assegurar os serviços sem interrupção.

Neste sentido, tem sido suscitado perante as tutelas do sector e demais intervenientes o debate sobre o modelo de financiamento, tendo em vista uma maior aproximação às expetativas de todos os envolvidos.

B. PAGAMENTO A FORNECEDORES

Nesta vertente, o historial recente evidencia a extrema importância que a SPMS assume com o compromisso de manutenção de prazos de pagamento a fornecedores reduzidos (em regra 30 dias), não obstante as dificuldades sentidas durante o exercício económico de 2019, motivadas pelo não recebimento atempado de verbas da ACSS que, assim, limitaram a SPMS no cumprimento dos prazos de pagamento com os seus fornecedores, como vinha sendo seu timbre.

Tal não significará que a SPMS não continue comprometida na manutenção das melhores relações comerciais com os seus fornecedores, constituindo-se exemplo de uma boa prática na área da saúde.

C. RECEBIMENTO DE CLIENTES

Com exceção do ano de 2020, face à execução já ocorrida, o prazo médio de recebimento de clientes deverá ser mantido em níveis relativamente baixos no triénio 2020-2022.

D. VENDA DE SERVIÇOS

Num trajeto com rumo a uma maior independência financeira, a SPMS tem vindo a promover os seus produtos e serviços junto de entidades de saúde, dentro e fora do universo SNS/MS. Este esforço surge

não apenas da procura por uma maior diversificação de clientes, mas, especialmente, pelo reconhecimento de que através da expansão da oferta SPMS, serão angariados os seguintes fatores em todo o ecossistema de Saúde a nível nacional:

- 🌐 Uma maior acessibilidade ao Cidadão no seu acesso à Saúde;
- 🌐 Garantir um maior rigor na recolha e tratamento da informação clínica e administrativa
- 🌐 Uma maior eficiência do Setor suportada por serviços cada vez mais integrados e interoperáveis no decorrer da atividade de saúde.

Neste sentido, no que concerne às vendas de serviços, a SPMS identifica como clientes estratégicos:

🌐 **A Região Autónoma dos Açores (RAA) e Região Autónoma da Madeira (RAM)**

A RAA e RAM têm sido dois clientes estratégicos no âmbito do alinhamento dos Sistemas de Informação, disponibilizando, à data, os serviços aduzidos na tabela infra, existindo a perspetiva de alargar o leque de oferta à abrangência do portfólio da SPMS:

PEM - PRESCRIÇÃO MÉDICA ELETRÓNICA	SONHO	RENTEV - REGISTO NACIONAL DE TESTAMENTO VITAL
RAM e RAA	RAA	RAM

🌐 **A União das Misericórdias de Portugal (UMP)**

No setor social, é junto das Santa Casas da Misericórdia que se tem vindo a trabalhar na integração dos produtos e serviços SPMS no âmbito dos Sistemas de Informação, como parte do percurso de integração destas entidades com os serviços centrais de saúde.

Este percurso, inscrito na procura de facilitar o registo dos atos clínicos contratados pelas respetivas ARS, perspetiva-se que venha a resultar na oferta de SI clínicos e administrativos, como são exemplo a Suite Hospitalar e outros sistemas centrais como o SINAVE, RSE, SICO e SISO.

🌐 **Direção-Geral da Saúde (DGS)**

A par do fornecimento de serviços específicos na área das TIC a esta entidade, no contexto da gestão das atividades de promoção da saúde pela SPMS, é fornecido à DGS o serviço de gestão nacional do Programa de Troca de Seringas a nível nacional.

Estes contratos verificam já uma maturidade de execução que permite identificar como estratégica para ambas as partes a sua continuidade em 2020 e em anos subsequentes.

🌐 **Outras entidades da Administração Pública**

A par dos clientes identificados acima, existem perspetivas de alargar a oferta dos Sistemas de Informação a outras entidades cuja necessidade de integração se verifica, como são exemplo a APDP - Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, as Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) e GNR – Guarda Nacional Republicana. Estes potenciais clientes ilustram-se como exemplos da necessidade de

uniformizar as práticas no setor da saúde, bem como de se consolidar um ecossistema de saúde único, transversal e integrado, no qual os Cidadãos circulem sem restrições à informação necessária para o seu atendimento e tratamento.

E. CAPTAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

A SPMS, enquanto entidade responsável a nível nacional pela cooperação em matéria de eHealth¹¹ para o desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Transfronteiriços, com vista à cooperação, partilha de conhecimento e boas práticas entre os Estados-Membros e as atividades de Saúde em Linha, tem vindo a consolidar a presença e representação de Portugal neste âmbito, a nível europeu e internacional, contribuindo de forma estratégica para a definição e implementação de medidas e diretrizes a nível europeu na área da eHealth e em alinhamento com a estratégia nacional, abraça a sua trajetória assente em dois instrumentos estratégicos que afinam a sua ação, nomeadamente:

- a **Agenda Portugal Digital** pelo “*Reforço do potencial em I&D e promoção da Inovação em TIC*”
- e a **Estratégia Nacional de eHealth** para o período 2016-2020.

Neste sentido, e de forma a prosseguir a captação de fundos comunitários, a SPMS concentra uma unidade orgânica estratégica na participação na captação e gestão de trabalhos inseridos em programas de cofinanciamento da UE, nomeadamente no Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020). Através desta participação, tem-se fomentado o desenvolvimento de infraestruturas para os serviços eletrónicos transfronteiriços no âmbito da Saúde, tendo-se alcançado progressos significativos, tais como: o alinhamento da estratégia nacional de sistemas de informação no sector da saúde com o contexto Europeu, a garantia da colaboração a nível estratégico e operacional entre os diversos Estados-Membros (EM) nas áreas de interoperabilidade, semântica, mHealth (aplicações móveis), bem como pela partilha de informação, nomeadamente pela operação dos serviços eHealth transfronteiriços (Resumo de Saúde Eletrónico - *Patient Summary* e *ePrescription/eDispensation*), e áreas de *eProcurement* e *Joint Procurement*.

Os novos programas de cofinanciamento da EU, Horizonte Europa, e outros programas descritos no novo programa financeiro plurianual 2021-2027 irão permitir a continuidade da estratégia definida neste contexto, permitindo assim a captação de financiamento externo através da participação nestas iniciativas, garantindo assim o progresso nas áreas de SI e cooperação e captação de conhecimento.

No âmbito do trabalho desenvolvido pelo *Sub-Group on the implementation of the Communication on the Digital Transformation of Health and Care*¹² foram analisados instrumentos de financiamento que poderão apoiar o investimento na área do eHealth, e que serão contemplados na *EU's next multi-annual financial framework* (MFF) para o período 2021-2027.

Neste contexto, os instrumentos financeiros para os quais a SPMS tem canalizado a sua análise numa perspetiva de sustentabilidade dizem respeito aos fundos de:

- **Gestão Partilhada entre a União Europeia e os Estados Membros**

¹¹ Desenvolvimentos em matéria de eHealth previstos no art.º 14 da Diretiva 2011/24/EU e Commission Implementing Decision 2019/1765

¹² eHealth Network, “eHealth Network Guidelines: An interoperable eco-system for digital health and investment programmes for a new/updated generation of digital infrastructure in Europe.” 2019

Política de Desenvolvimento Regional e Coesão da União Europeia

Conjuntamente, promovem a prossecução dos seguintes objetivos:

-  Uma Europa mais inteligente
-  Uma Europa mais verde
-  Uma Europa mais conectada
-  Uma Europa mais social
-  Uma Europa mais próxima dos Cidadãos

Assim, assume-se para 2020, no contexto do triénio que se inicia, uma continuidade da ativa participação da SPMS em programas europeus de investigação e desenvolvimento no âmbito da Saúde, que promovam principalmente a eficiência dos Sistemas de Informação de Saúde e a cooperação entre os Estados-Membros em matérias de modernização das infraestruturas e redes informáticas e Compras Públicas.

Através desta aposta, a SPMS assenta a sua participação num pensamento europeísta baseado nos princípios da eficiência, sustentabilidade e escalabilidade, devendo continuar a assumir-se como o rosto para o projeto de Saúde nacional no contexto Europeu, e assegurar o seu compromisso para a interoperabilidade e uniformização dos vários Sistemas de Saúde europeus. A preparação para a Presidência rotativa do Conselho Europeu vai ser uma iniciativa de relevância ao nível político, estratégico e operacional, onde Portugal irá alojar a presidência no primeiro semestre de 2021, onde a área da Saúde Digital terá um papel relevante e preponderante.

Como resultados desta trajetória e estratégia pretende-se não só o alívio do esforço interno neste desígnio por maior eficiência do SNS, como também uma maior captação de conhecimento de ponta, que decerto se reverterá num modelo de Saúde mais robusto e mais sustentável do ponto de vista económico.

F. DIVERSIFICAÇÃO DOS CLIENTES E DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

A SPMS é essencialmente financiada através do contrato-programa, instrumento financeiro contratualizado anualmente com a ACSS, e pelo orçamento de Estado. Porém, numa ótica financeira sustentável têm vindo a ser exploradas outras formas de financiamento num esforço de reduzir a sua dependência destas fontes de financiamento, permitindo-lhe obter receita para desenvolver os seus projetos sem restrições, ampliando a sua oferta e servindo melhor o mercado da saúde.

Muitos produtos e serviços desenvolvidos pela SPMS nos últimos seis anos colocam a área da saúde portuguesa entre os países mais inovadores da Europa, com mecanismos únicos para aumentar a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde, simplificar os processos provenientes da interação dos utentes com as entidades prestadoras de cuidados de saúde, promover a uniformização de regras e procedimentos clínicos e de gestão, aumentar a eficiência na produção de informação e análise de dados, instituir práticas de controlo da despesa mediante centralização de procedimentos e construir ferramentas robustas para o controlo da prevenção e deteção de indícios de fraude.

O conhecimento e a experiência acumulados na SPMS constituem uma oportunidade única, não só pela possibilidade de rentabilizar financeiramente alguns produtos e serviços, como também pela possibilidade de outras entidades terem acesso aos produtos inovadores e através da sua integração, poderem evoluir com eles, quer do ponto de vista de gestão, quer do ponto de vista da inovação tecnológica.

Neste âmbito, e decorrido da publicação do Despacho conjunto n.º 688/2018, dos Gabinetes do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 11 a 16 de janeiro de 2018, o qual se habilita a SPMS a cobrar a entidades não integradas no Serviço Nacional de Saúde e no Ministério da Saúde, no seu contexto de atuação, têm vindo a ser exploradas fontes alternativas de financiamento através da venda direta a clientes.

Define-se assim o conceito de “clientes” como qualquer entidade que preste cuidados de saúde ou que desenvolva qualquer atividade de apoio aos mesmos e para a qual seja vantajoso usufruir dos serviços partilhados nas áreas de Compras e Logística, TIC, Comunicação e Relações Públicas, Telessaúde, Conferência e Análise de Faturação resultante de atos de saúde e Formação nos temas desenvolvidos no âmbito da Academia da SPMS.

À data, e conforme identificado no ponto D. *Venda de Serviços*, no seu trajeto de maior independência financeira, a SPMS identifica como principais clientes o conjunto das entidades às quais tem contratualizado e/ou iniciado um processo de negociação com vista à venda de serviços:

-  Região Autónoma dos Açores
-  Região Autónoma da Madeira
-  União das Misericórdias de Portugal
-  APDP - Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal
-  Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
-  GNR – Guarda Nacional Republicana.

G. POUPANÇAS NO SNS/CONTRIBUTO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS DO SNS

Atuando em nome das instituições e atendendo às suas necessidades, a SPMS procura obter as melhores condições de mercado, seguindo os princípios gerais da contratação pública, com o objetivo máximo de criar valor para o Ministério da Saúde e, conseqüentemente, gerar poupanças para o Serviço Nacional de Saúde.

i. Poupanças através das Compras Públicas

Pretendendo superar os valores alcançados no último ano e em paralelo com a cultura precursora da SPMS, foram lançados em 2019 um conjunto de procedimentos assentes no modelo de Sistemas de Aquisição Dinâmicos apropriados para a compra de inovação e para o aumento exponencial da concorrência de mercado.

Conforme expresso no ponto 1.6.1, os resultados do ano transato traduzem um crescimento visível no aumento do número de instituições e no valor de compra firme, que demonstram a importância que as compras agregadas assumem nas instituições e o papel da SPMS na promoção da eficiência no Serviço Nacional de Saúde.

A aquisição centralizada de bens e serviços transversais para várias instituições através da Unidade, atingiram em 2019 um valor global de 110,5 milhões de euros.

A compra centralizada de medicamentos, dispositivos médicos e serviços médicos atingiu um volume financeiro adjudicado de 856,4 milhões de euros em 2019, face a 711,3 milhões de euros em 2018.

Em 2020, para o modelo de compras centralizadas, mantém-se a estratégia para a aquisição pública, quer numa ótica de redução de custos, quer em vista à qualidade do serviço prestado, salvaguardando as necessidades das instituições e as boas práticas farmacológicas da terapêutica dos utentes do SNS. Tal refletiu-se na compra de medicamentos para o VIH/SIDA (conforme *Programa Nacional de Saúde Reprodutiva*), de bombas de Perfusão Subcutânea de Insulina, de vacinas (conforme *Programa Nacional de Vacinação* e outras estratégias vacinais), de medicamentos para doenças do foro oncológico e imunomoduladores, entre outros bens de saúde, **gerando no seu todo uma poupança global de 317,8 milhões de euros.**

Este aumento substancial da poupança é justificado maioritariamente por duas subcategorias, Foro Oncológico e Imunomoduladores e VIH/Sida, que são responsáveis por 90% da diferença da poupança entre 2018 e 2019.

No que concerne às compras de bens e serviços de natureza transversal, e em diferentes categorias, como equipamentos diversos, consumíveis ou prestação de serviços, a atividade da SPMS é suportada por procedimentos ao abrigo de acordos-quadro, ou quando se trata de procedimentos que não decorrem de centralizações, recorre a outros tipos de procedimentos previstos no CCP como a consulta prévia e o ajuste direto. **Na área de bens e serviços transversais, a poupança global obtida foi de 13,5 milhões de euros.**

Conforme suprarreferido, no contexto dos trabalhos que ultimam a poupança global, confirma-se que haverá sempre espaço para melhorarias, que passam pela implementação de mais medidas de simplificação administrativa e de desburocratização processual, através da uniformização do *e-procurement* e do *benchmarking* para a adoção das melhores práticas do mercado.

ii. Poupanças através da Telessaúde

Na esfera da **Telessaúde**, quando analisadas as suas potencialidades perante a conjuntura de um setor da saúde continuamente pressionado por fatores internos e externos, tais como, económico-financeiros, político-legais, demográficos, tecnológicos, etc., reconhece-se a capacidade de contribuir para a geração de poupança através eficiência dos serviços, gerando ainda a poupança para o próprio utilizador.

Se analisada especificamente a teleconsulta, tendo por referência que a sua duração é de 10 minutos e a consulta presencial é de, pelo menos, de 20, ao incrementar-se a produção de teleconsultas, mantendo os mesmos recursos, obter-se-á um aumento de produtividade dos profissionais de saúde, gerando um aumento de eficiência. Por outro lado, se estimado um valor mínimo de uma deslocação de 12 € para uma consulta presencial, pode aferir-se que há uma poupança prevista de:

TELECONSULTAS – DESLOCAÇÕES EVITADAS	2019	2020	2021	2022
Nº DE TELECONSULTAS	30.074	32.060	35.266	38.793
VALOR ESTIMADO DE POUPANÇA EM DESLOCAÇÕES	360.088 €	384.727 €	423.200 €	465.520 €

iii. Poupanças através da Monitorização e Controlo do SNS

Nesta senda, o Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS) assume-se como veículo estratégico na persecução da melhoria e eficiência do SNS e como catalisador para a boa gestão da Despesa Pública com cuidados de saúde, continuando, pela sua relevância, a ser uma prioridade nesta trajetória de sustentabilidade.

Desde a transferência das competências de gestão e exploração do CCMSNS, a internalização do CCMSNS para uma redução genérica dos custos da operação, ou seja, no final do exercício de 2019, a poupança direta do Estado, apresenta valores superiores a 2,8 milhões de euros. Tendo sido garantida a conferência de mais de 2,3 mil milhões de euros de despesa, correspondendo a mais de 94 milhões de documentos conferidos¹³.

Em 2020, CCMSNS pretende robustecer a sua missão, garantindo a monitorização da despesa do SNS, através da realização das atividades relativas ao processo de conferência de despesa do SNS, assegurando de forma proativa e tempestiva, a edificação da capacidade para a deteção de situações de desperdício e de abuso.

iv. Poupanças através da Gestão da Fraude

No âmbito da **gestão da fraude e exploração de informação**, assume-se como referência os relatórios de 2019 disponibilizados à IGAS - Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, de monitorização das 5 áreas de conferência, tendo sido analisados numa ótica de gestão da fraude, cerca de 30 milhões de euros da

¹³ São indicadores do CCMSNS, os cerca de 200 milhões de euros conferidos por mês, os mais de 8 milhões de documentos processados por mês, dos quais 80% desmaterializados, foram mais de 3.000 faturas eletrónicas processadas por mês, o arquivo compreende cerca de 3 mil toneladas de papel, o Contact Center recebe, aproximadamente, 1.500 solicitações por mês.

despesa conferida no CCMSNS, em resposta a pedidos de entidades inspetivas/judiciais e análises proativas de indícios de fraude.

VERTENTE SOCIAL

A cultura de sustentabilidade da SPMS, ainda que fortemente assente nestas áreas de atuação da Organização, de cariz económico-financeiro, não se esgota nestes temas. Matérias como a Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, na esfera da sustentabilidade social, assumem especial relevância no ano de 2020.

Reconhecer a igualdade e a conciliação das várias esferas da vida dos profissionais, são verdadeiras estratégias de inovação e sustentabilidade ao exigirem a construção de novos modelos e processos de gestão. Enquanto estratégia, espera-se que a promoção de escolhas livres em todas as esferas da vida, assentes numa igualdade efetiva e distribuição igualitário do trabalho, sejam neutralizadas as inércias à eficiência, como é o caso do absentismo, que põem em causa a sustentabilidade das Organizações. Por outro lado, garante-se o bem-estar do capital humano, minimizando-se riscos de *burnout*.

Em conformidade com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), marcando esta um novo ciclo programático, alinhada temporal e substantivamente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a SPMS, para além de considerar o compromisso com a temática e manter o seu registo de não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens, fomenta a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, evidenciando-se o facto da SPMS se encontrar a desenvolver uma política de conciliação.

Elencam-se algumas das iniciativas em vigor ou previstas para 2020 no âmbito da conciliação: Regime de horários adaptados às necessidade dos colaboradores (Teletrabalho, horários flexíveis; seguro de saúde; Protocolos com benefícios na área da saúde, desporto, lazer e alimentação,...).

VERTENTE AMBIENTAL

São diversas as iniciativas e atividades que a SPMS tem assumido na sua trajetória, e dada a sua importância, estas estratégias de impacto ambiental serão continuadas em 2020, nomeadamente:

- i. Promover o uso de energias renováveis;
- ii. Diminuir os consumos de energia elétrica com a iluminação, garantindo sempre que os níveis de iluminação são os adequados a cada área e/ou processo, de forma a proporcionar boas condições de trabalho e conforto;
- iii. Diminuir a percentagem de substâncias perigosas (e/ou o seu nível de perigosidade) utilizadas na organização, melhorando as condições de trabalho, reduzindo os riscos e o impacte ambiental;
- iv. Diminuir a aquisição de equipamentos como Impressoras, Scanners, etc., sempre que possível, evitando a cristalização tecnológica, promovendo prestações de serviço onde equipamentos, consumíveis e manutenção estão integrados;
- v. Os novos equipamentos de escritório (PC, monitores) têm de cumprir os atuais requisitos da *Energy Star*;

- vi. Introduzir a Análise do Ciclo de Vida do Produto, na aquisição de equipamentos de infraestruturas – artº 75 do CCP;
- vii. Promover a introdução de fatores ambientais no critério de adjudicação;
- viii. Participar no Programa de Eficiência Energética na Administração Pública “ECO.AP”;
- ix. Participar no grupo de acompanhamento e monitorização para a Estratégia Nacional das Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020);
- x. Participar no âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC);
- xi. Entrada em vigor do Acordo Quadro “Eficiência Energética”, em 30/07/2019, que visa essencialmente possibilitar e agilizar a implementação de opções de energia sustentáveis que potenciem a descarbonização da economia e desta forma potenciar a adoção de um modelo energético racional e sustentável, permitindo o uso eficiente dos recursos. Este acordo quadro prevê a contratação de serviços enquadrados nas seguintes categorias:
 - a. Auditoria Energética e Elaboração de um Plano de Racionalização Energética
 - b. Certificação Energética
 - c. Monitorização/Gestão do Sistema de Gestão Energético (SGEE) implementado.

CAPÍTULO II | PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020

2.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

O Plano de Atividades de 2020 alicerçou-se nas orientações de natureza financeira e política definidas pela tutela, bem como nos objetivos estratégicos da SPMS. Conforme explanado na *Nota Introdutória*, para o período de janeiro a junho de 2020, vigoraram os objetivos estratégicos decorrentes da prorrogação do Plano Estratégico 2017-2019, e desse período em diante, vigoram os objetivos estratégicos para o triénio 2020-2022.

Neste contexto, a metodologia para feitura do presente plano foi a seguinte:

- i. Consideraram-se as prioridades do Conselho de Administração, estabelecidas em documentos estratégicos;
- ii. Levou-se a cabo um exercício de consulta às diversas direções e uma reflexão sobre a missão, as atuais atribuições e as principais linhas de atuação da SPMS, perspetivando-se os principais eixos de desenvolvimento atuais e futuros;
- iii. Entendeu-se que, para 2020, a SPMS deve continuar a reforçar o seu posicionamento como uma empresa pública moderna, inovadora, sustentável e exportadora de conhecimento nas áreas das suas competências que acrescente valor à saúde.
- iv. Numa primeira fase, as unidades orgânicas definiram os **objetivos operacionais, para o ano 2020**, considerando os recursos disponíveis e o alinhamento global com os objetivos estratégicos da SPMS.
- v. Atribuíram-se ponderações aos objetivos operacionais, de forma a aferir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos estratégicos;
- vi. Determinou-se que os **indicadores** (que permitem avaliar o grau de execução dos objetivos operacionais) e **metas** a atingir em 2020, bem como as **iniciativas** previstas por cada direção que alimentam os objetivos operacionais, seriam detalhados numa segunda fase.

De referir, que esta atividade planeada (assim como a atividade contratualizada em sede Contrato-Programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.) é objeto de monitorização e acompanhamento mensal nas Reuniões de Planeamento e Controlo Operacional (nas quais estão presentes o Conselho de Administração, Diretores e Coordenadores).

Para o efeito, a SPMS tem apostado num processo de recolha, tratamento de informação mais automatizado e otimizado, que resulta na apresentação mais organizada, customizada e de fácil interpretação de elementos pertinentes para a organização. É mediante ferramentas de *business intelligence* que estes dados são apresentados mensalmente, possibilitando ao Conselho de Administração a tomada de decisão, controlar os níveis de implementação da estratégia, identificar atempadamente eventuais desvios que exijam a adoção de medidas de adaptação, delinear planos de mitigação do risco, ou reorientação do caminho que está a ser seguido.

O ciclo anual de **planeamento, acompanhamento e monitorização da atividade interna e contratualizada**, em conformidade com o enquadramento legal, decorre de acordo com as seguintes atividades:



Figura 3 – Ciclo de Planeamento, Acompanhamento e Monitorização da Atividade da SPMS

2.2 MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2020

A. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tal como referido no ponto anterior, para efeitos de elaboração do Plano de Atividades 2020, foi efetuado um mapeamento entre os objetivos operacionais de cada Direção e os objetivos estratégicos em vigor na SPMS.

Neste contexto, conforme abordado na Nota Introdutória, a SPMS identifica dois conjuntos de objetivos estratégicos (OE) no mandato 2020-2022:

- 6 OE decorrentes da prorrogação do Plano Estratégico 2017-2019 até junho de 2020
- 6 OE decorrentes da adoção dos inscritos no Plano Estratégico 2020-2022 (a ser publicado ao longo do 2º semestre de 2020)

Importa reiterar que, apesar dos dois conjuntos veicularem a atividade do ano de 2020, ambos estão em alinhamento com a missão e visão da empresa, com a estratégia do Governo e da tutela da Saúde e com as necessidades dos clientes. Estas são reconhecidas por todos os colaboradores da SPMS, na prossecução das respetivas atividades diárias.

- i. Neste enquadramento, os **objetivos estratégicos** assumidos pelo Conselho de Administração, ao longo do primeiro semestre de 2020 (decorrentes da prorrogação do PE 2017-2019 até junho de 2020), foram:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS JANEIRO-JUNHO 2020	
OE 1	<p>CONSOLIDAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS ENTIDADES DO SETOR DA SAÚDE</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na manutenção de um elevado nível de ambição no sentido da melhoria da Saúde em Portugal, pelo que de entre as áreas a ampliar e a consolidar, a área das Compras ganhará destaque através de um alargamento das categorias que serão tratadas centralmente, e neste âmbito inclui-se o processo de centralização da gestão da frota automóvel do Ministério da Saúde e o reforço nas compras de medicamentos, consumíveis, dispositivos médicos e serviços na área da saúde, bem como de bens e serviços de natureza transversal. • Por outro lado, a articulação operacional culminando com a transferência de competências na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC) das ARS para a SPMS, inscreve-se igualmente neste objetivo de melhores serviços prestados numa lógica de centralização, partilha e eficiência. No caso das tecnologias e sistemas de informação este objetivo exigirá assegurar a atualização tecnológica de produtos core e acomodar os desafios dos novos domínios do "Digital". • No assumir cada vez mais um papel de coordenador e regulador, mas simultaneamente prestador, dentro das áreas que lhe estão confinadas, designadamente na área dos sistemas de informação, logística e compras do Ministério da Saúde.
OE 2	<p>AFIRMAR O PAPEL DA SPMS NA GESTÃO DO RELACIONAMENTO DO CIDADÃO COM SNS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A centralidade do cidadão no Sistema de Saúde e a sua participação ativa no acesso à informação e aos cuidados de saúde, bem como a responsabilidade pelo seu projeto de saúde deve ser incrementada e apoiada por ferramentas robustas disponibilizadas a nível da

	<p>promoção e proteção da saúde e da prestação de cuidados. As áreas da tele saúde, teleconsulta, telemonitorização e ainda a oferta de serviços eletrónicos ao Cidadão numa lógica omnicanal ganham capital expressão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais se destaca a este nível e adentro do desígnio da transformação digital em Saúde, o Registo de Saúde Eletrónico e Registo Clínico do Utente que se inscrevem como projetos prioritários e a desenvolver. • Por outro lado, invocando uma viragem no paradigma da informação que é disponibilizada e a partir do momento em que se assumiu uma diferente forma de partilhar a informação de saúde com o cidadão, há que continuar nesta forma de estar em relação com a comunidade no que toca à informação institucional, insistindo em novas abordagens e no dinamismo reforçado dos dados relevantes e transversais das diversas entidades da saúde. • A destacar ainda o trabalho colaborativo com os vários sectores de atividade que concorrem para as políticas públicas saudáveis, que se pretende manter e ampliar e que será realizado em articulação com as demais entidades do setor da Saúde, envolvendo os novos domínios da Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados.
<p>OE 3</p>	<p>IDENTIFICAR E DESENVOLVER ÁREAS NOVAS E COMPLEMENTARES DE SERVIÇOS SPMS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A posição centralizadora da SPMS no que toca ao fornecimento de soluções tecnológicas de suporte à promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados de saúde das diversas entidades do MS, será continuamente reforçada, conservando a matriz de uma forte intervenção nos serviços de compras e logística. • Numa outra vertente será introduzida e fomentada a capacidade de escalar áreas de negócio com identificação das soluções tecnológicas escaláveis que possam ser transfundidas dentro e para além dos limites do SNS. • A linha de serviços partilhados deverá ser identicamente revisitada e introduzidas novas componentes com maior aproveitamento da capacitação interna em áreas específicas de suporte, designadamente Recursos Humanos e formação, comunicação centralizada, serviços financeiros e jurídicos, apostando assim em soluções partilhadas transversais que permitam gerar poupança aos organismos do MS.
<p>OE 4</p>	<p>CONTRIBUIR PARA A INOVAÇÃO, A INVESTIGAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A SPMS tem vindo a assumir um papel de agente facilitador da inovação na área da saúde, oferecendo ferramentas de suporte e apoiando a criação de uma plataforma que promova a articulação de entidades e iniciativas de diversas naturezas (prestadores, fornecedores, investigadores, etc.). • Face à relevância, complexidade e dimensão do setor, coexistem múltiplas iniciativas de inovação, nomeadamente de entidades atuando isoladamente (empresas ou universidades), de Think Tanks transversais (exemplo, “Inovar na Saúde”; “Health Summit”) ou de ecossistemas de apoio ao empreendedorismo (como a “healthcarecity”). • A SPMS vai desempenhar cada vez mais o papel de pivot e de catalisador, bem como de agregar esforços de inovação das múltiplas entidades que atuam neste domínio, sejam elas públicas ou privadas, da indústria ou das universidades, procurando direcioná-las para as necessidades do SNS.
<p>OE 5</p>	<p>REVER O MODELO ORGANIZACIONAL E OPERATIVO E ESTIMULAR, OTIMIZAR E CAPACITAR OS RECURSOS HUMANOS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A atuação da SPMS e os desafios a defrontar implicam rever e alterar a estrutura organizacional e física da SPMS quer ao nível do dimensionamento e espaço físico, quer ao nível das próprias ferramentas de trabalho, bem como a reforçar os seus recursos e as suas competências.

	<ul style="list-style-type: none"> • Entre a introdução de novas modalidades de trabalho e ferramentas de apoio à gestão, a componente formação será alvo de um investimento teórico prático nas áreas entendidas como críticas. • A cultura da proteção de dados, a definição e agilização da gestão por processos, a gestão documental com base na desmaterialização e a comunicação interna são áreas também a fortalecer.
<p>OE 6</p>	<p>CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SNS E DA SPMS, REVENDO O SEU MODELO DE FINANCIAMENTO E EXPLORANDO FONTES DE RECEITA ALTERNATIVAS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A SPMS vai continuar a desenvolver sistemas e tecnologias de informação que gerem valor ao SNS, que permitam melhorar a monitorização e controlo do orçamento do SNS e a deteção e combate à fraude e ao desperdício. • Pretende-se ainda continuar a fomentar a racionalização da Despesa Pública no âmbito da disponibilização de acordos quadro e da aquisição centralizada. • Terão de ser maturados e introduzidos modelos de proposta comercial para os produtos SPMS, identificados como escaláveis, modelos esses balizados no mínimo por 4 dimensões transversais: <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento, 2. Comercialização, 3. Implementação sistemas; 4. Formação. • Estas por sua vez incluirão especificidades a valorizar e que no seu todo irão se refletir no respetivo modelo de <i>pricing</i>, que por seu turno terá de necessariamente considerar critérios de custo e posicionamento relativo no mercado. O trabalho dirigido a esta área terá de ser encarado como o meio necessário para introduzir um mecanismo de financiamento sustentado em receitas a obter de múltiplas entidades-clientes. Tal será precedido dum investimento nos mecanismos de registo de domínio e propriedade intelectual. • Estrategicamente o desenvolvimento de uma relação comercial mais forte com clientes múltiplos e fora do círculo de conforto da SPMS, cria uma oportunidade estratégica para reforçar a dimensão de relação e gestão de clientes, que terá de ser uma prioridade, mas que depois muito beneficiará a melhoria dos processos de prestação que são também dirigidos ao SNS.

Por conseguinte, os **objetivos estratégicos** assumidos pelo Conselho de Administração, para o período do segundo semestre de 2020 até o final do triénio, são:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS JULHO 2020- DEZEMBRO 2022	
OE 1	<p>CAPACITAR A SPMS E OS RECURSOS HUMANOS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> 🌐 Ao assegurar uma maior capacidade dos Profissionais, garante-se o aumento da capacidade da SPMS, enquanto Organização, em atender às exigências da sua cadeia de valor, capacitando deste modo a agilização de processos de trabalho, potenciando uma melhor conciliação da vida pessoal e profissional, melhores condições de trabalho, gerando aumentos de eficiência e permitindo a otimização do tempo para a produção de trabalho efetivo e de qualidade.
OE 2	<p>GARANTIR A OFERTA E A QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS CRIANDO VALOR NO SNS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> 🌐 Prestação de serviços de qualidade, através da adoção das boas práticas de mercado, promovendo a segurança, a robustez e fiabilidade da oferta de produtos e serviços, de forma a conseguir dar resposta às necessidades dos clientes externos.
OE 3	<p>ACCELERAR A INOVAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA SPMS E DO SNS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> 🌐 Aplicação de ciências, conceitos e métodos inovadores, que permitam diferenciar e instituir processos mais eficientes e eficazes, fomentando uma cultura organizacional orientada à Inovação, no sentido de melhor utilizar os nossos Recursos, Conhecimento e Sistemas, por forma a transformar as necessidades do SNS em planos de ação com vista à melhoria de resultados concretos para o Cidadão.
OE 4	<p>CONSOLIDAR A EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA DA SPMS E DO SNS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> 🌐 <u>Na ótica da eficiência:</u> otimizar processos de trabalho e a gestão dos recursos disponíveis, que potenciem mais produtividade e uma maior criação de valor na Organização; 🌐 <u>Na ótica da sustentabilidade:</u> explorar fontes alternativas de financiamento e receita permitam caminhar no sentido de maior disponibilidade financeira, abrindo portas ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. 🌐 <u>Na ótica da segurança:</u> a adoção e fortalecimento dos processos, normas e políticas em vista à promoção da fiabilidade e disponibilidade da informação e dos serviços, contribuindo para o aumento da qualidade e eficiência do acesso e uso da informação interna e no contexto dos serviços a prestar.
OE 5	<p>PROMOVER A CAPACITAÇÃO E O EMPOWERMENT DO CIDADÃO E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO SNS</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> 🌐 Promover a disseminação de mais informação, ferramentas e mecanismos digitais que garantam ao cidadão uma maior qualidade de vida na utilização do Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente ao nível da tomada de decisão, da desobstrução de barreiras e fronteiras no seu acesso à saúde, na poupança de tempo e no recurso aos serviços de forma mais prática e responsável.
OE 6	<p>REFORÇAR O POSICIONAMENTO DA SPMS NA COMUNIDADE ATRAVÉS DE REDE COLABORATIVA</p> <p>FOCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> 🌐 Promover a continuidade do esforço coletivo como meio habilitador para a interoperabilidade, transversalidade e inovação dos vários sistemas nacionais num contexto de Saúde Global. 🌐 Potenciar a criação de redes de colaboração como um meio de excelência para disseminar o conhecimento uma vez que através desta se conectam decisores e outros <i>stakeholders</i>, que pela sua interação face a um propósito comum, promovem não apenas o diálogo, mas fomenta-se a aprendizagem, difunde-se o conhecimento e acelera-se a inovação.

B. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Conforme acima descrito, procedeu-se à identificação dos objetivos operacionais em alinhamento com os objetivos estratégicos da SPMS. Neste seguimento, após obtenção dos necessários contributos das Direções, foram coligidos os seguintes objetivos operacionais, por cada unidade orgânica da SPMS, os quais contribuem para a execução de cada objetivo estratégico:

 **DIREÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)**

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e **considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020**, os objetivos operacionais da DSI para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DSI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Fomentar a cultura de serviço e levar a cabo ações pró-ativas para assegurar um elevado grau de satisfação dos clientes	30%	X	X				
Assegurar a presença da SPMS em iniciativas e projetos internacionais, relacionadas com a investigação e inovação na área das TIC	20%			X	X		X
Desenvolver programas e projetos inovadores com recurso a novas tecnologias ou a modelos de desenvolvimento inovadores, no âmbito das TIC	20%			X	X		
Formalizar processos internos e promover a sua utilização, monitorização e melhoria contínua	30%					X	

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DSI de julho de 2020 em diante, a **contribuir para os OE em vigor no mesmo período**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DSI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Fomentar a cultura de serviço e levar a cabo ações pró-ativas para assegurar um elevado grau de satisfação dos clientes	30%		X	X	X	X	
Assegurar a presença da SPMS em iniciativas e projetos internacionais, relacionadas com a investigação e inovação na área das TIC	20%		X	X	X	X	X
Desenvolver programas e projetos inovadores com recurso a novas tecnologias ou a modelos de desenvolvimento inovadores, no âmbito das TIC	20%		X	X	X	X	X
Formalizar processos internos e promover a sua utilização, monitorização e melhoria contínua	30%	X		X	X		

DIREÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE TELESSAÚDE E CENTRO DE CONTACTO DO SNS (DCNTS)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e **considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020**, os objetivos operacionais da DCNTS para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCNTS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Consolidar o papel do SNS24 como promotor de acesso	30%	X	X				X
Incrementar a atividade de telessaúde no SNS	30%	X	X	X	X		X
Promover a Literacia e Inclusão digital	40%	X	X	X	X	X	X

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DCNTS de **julho de 2020 em diante**, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCNTS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Consolidar o papel do SNS24 como promotor de acesso	40%	X	X	X	X	X	X
Incrementar a atividade de telessaúde no SNS	20%	X	X	X	X	X	X
Promover a Literacia e Inclusão digital	40%	X		X		X	X

DIREÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (DCBST)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DCBST para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCBST	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar a renovação de acordos quadro em categorias estratégicas para as Instituições de Saúde	30%	X					
Manter o n.º de categorias objeto de agregação centralizada	30%	X					
Dotar os RH de conhecimentos técnicos para o desempenho das suas funções	30%				X		
Participar em estratégias nacionais na área das compras	10%						X

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DCBST de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCBST	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar a renovação de acordos quadro em categorias estratégicas para as Instituições de Saúde	30%		X	X	X	X	X
Manter o n.º de categorias objeto de agregação centralizada	30%		X		X		
Dotar os RH de conhecimentos técnicos para o desempenho das suas funções	30%	X	X		X		
Participar em estratégias nacionais na área das compras	10%		X	X	X		X

DIREÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS DE SAÚDE (DCBSS)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DCBSS para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCBSS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Aumentar acessibilidade do cidadão ao SNS através de aquisições centralizadas estratégicas	20%		X				
Implementar novas metodologias de <i>procurement</i> internacional	10%				X		
Definir e disponibilizar canais de comunicação com as instituições de saúde do SNS	10%			X			
Dotar os RH de conhecimentos técnicos e especializados na área do <i>procurement</i> e das tecnologias de informação	20%				X	X	
Adaptar os acordos quadro de medicamentos e dispositivos médicos às necessidades hospitalares	30%	X					
Promover economia de escala e processual	10%						X

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DCBSS de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCBSS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Aumentar acessibilidade do cidadão ao SNS através de aquisições centralizadas estratégicas	20%					X	
Implementar novas metodologias de <i>procurement</i> internacional	10%		X	X	X		X
Definir e disponibilizar canais de comunicação com as instituições de saúde do SNS	10%		X	X	X		X
Dotar os RH de conhecimentos técnicos e especializados na área do <i>procurement</i> e das tecnologias de informação	20%	X	X		X		
Adaptar os acordos quadro de medicamentos e dispositivos médicos às necessidades hospitalares	30%		X		X	X	
Promover economia de escala e processual	10%				X		

DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS (DCRP)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DCRP para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCRP	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Consolidar a marca SPMS através da uniformização/padronização de toda a comunicação interna e externa	20%	X					
Reforçar os mecanismos de comunicação entre o SNS, o Cidadão e o Profissional de Saúde	20%		X				
Internacionalizar o know-how técnico da SPMS, promover a partilha de experiências com os parceiros dos projetos e divulgar o papel da SPMS na internacionalização	20%				X		
Estimular o uso frequente das plataformas digitais e valorizar a informação disponível	20%					X	
Atualizar informação sobre os serviços e produtos SPMS	20%	X					

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DCRP de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCRP	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Consolidar a marca SPMS através da uniformização/padronização de toda a comunicação interna e externa	30%	X					X
Reforçar os mecanismos de comunicação entre o SNS, o Cidadão e o Profissional de Saúde	20%			X	X	X	X
Internacionalizar o know-how técnico da SPMS, promover a partilha de experiências com os parceiros dos projetos e divulgar o papel da SPMS na internacionalização	10%	X		X			X
Estimular o uso frequente das plataformas digitais e valorizar a informação disponível	20%	X	X	X	X	X	
Atualizar informação sobre os serviços e produtos SPMS	20%		X		X	X	X

DIREÇÃO DO CENTRO DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO SNS (DCCMSNS)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DCCMSNS para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCCMSNS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Valorizar os serviços prestados (ARS, ULS e prestadores)	30%	X					
Reforçar as áreas de conferência e aumentar o âmbito de atuação	25%			X			
Contribuir para a sustentabilidade do SNS	25%						X
Otimizar a estrutura organizacional	20%					X	

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DCCMSNS de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCRP	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Valorizar os serviços prestados (ARS, ULS e prestadores)	30%		X				X
Reforçar as áreas de conferência e aumentar o âmbito de atuação	25%				X		
Contribuir para a sustentabilidade do SNS	25%				X		
Consolidar o modelo de conferência de despesa	20%	X			X		

 **DIREÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS INTERNAS (DCPI)**

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DCPI para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCPI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Otimizar a gestão das aquisições da SPMS	25%	X					X
Otimizar a gestão das instalações e equipamentos da SPMS	25%	X					X
Melhorar o cumprimento dos contratos e a satisfação dos clientes internos da SPMS	25%	X					X
Garantir a capacitação de RH da SPMS	10%					X	
Promover a normalização e desmaterialização de processos internos	10%			X	X		
Certificar processos por forma à melhoria contínua dos processos	5%			X	X		

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DCPI de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCPI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Otimizar a gestão das aquisições da SPMS	25%	X					
Otimizar a gestão das instalações e equipamentos da SPMS	25%	X					
Melhorar o cumprimento dos contratos e a satisfação dos clientes internos da SPMS	25%	X			X		
Garantir a capacitação de RH da SPMS	10%	X			X		
Promover a normalização e desmaterialização de processos internos	10%	X		X	X		


DIREÇÃO FINANCEIRA (DF)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DF para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DF	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar o cumprimento dos prazos de pagamento	20%		X				
Assegurar o cumprimento dos prazos de reporte externo	20%		X				
Produzir informação para a tomada de decisão de forma regular e tempestiva	20%						X
Consolidar o sistema de custeio da SPMS	20%						X
Reforçar o Controlo de Gestão	20%						X

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DF de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DF	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar o cumprimento dos prazos de pagamento	20%		X		X		
Assegurar o cumprimento dos prazos de reporte externo	20%				X		
Produzir informação para a tomada de decisão de forma regular e tempestiva	20%						X
Consolidar o sistema de custeio da SPMS	20%				X		
Reforçar o Controlo de Gestão	20%				X		

DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DRH para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DRH	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Desmaterializar os processos de Recursos Humanos - DRH Simplex	20%					X	
Implementação de indicadores RH de apoio à gestão normalizados e automatizados	20%					X	
Garantir a satisfação interna e o desenvolvimento de capacidades pessoais e profissionais das pessoas	20%					X	
Monitorizar e reportar as atividades formativas realizadas pela Academia, aumentando em 10% as formações	15%	X					
Garantir nível de satisfação âmbito do desenvolvimento da atividade formativa de 4,5	15%					X	
Preparação e monitorização dos processos da Academia no âmbito do sistema de gestão de qualidade da SPMS, com vista à certificação pela NP EN ISO 9001:2015	10%					X	

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DRH de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DRH	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Desmaterializar os processos individuais - DRH Simplex	15%	X			X		
Mapear os processos da Unidade de Recursos Humanos	15%				X		
Garantir a satisfação interna e o desenvolvimento de capacidades pessoais e profissionais das pessoas, ajustando o talento dos Recursos Humanos aos desafios da SPMS e do SNS	20%	X					
Promover, monitorizar e reportar as atividades formativas realizadas pela Academia	15%	X				X	
Garantir a satisfação âmbito do desenvolvimento da atividade formativa	15%	X	X			X	X
Garantir a consciencialização e a formação em temáticas enquadradas nas áreas de formação certificadas pela Academia, potenciando recursos alternativos	20%	X	X		X	X	X

DIREÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO (DAJC)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DAJC para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DAJC	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar um elevado grau de eficiência na resposta aos pedidos internos	30%		X				
Assegurar a análise e produção legislativa na área de intervenção da SPMS	20%		X				
Contribuir para a definição e monitorização de políticas, procedimentos e processos de proteção de dados pessoais da empresa	30%					X	
Desenvolver políticas preventivas e de gestão de direitos de propriedade intelectual	20%					X	

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DAJC de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DAJC	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar um elevado grau de eficiência na resposta aos pedidos internos	30%	X			X		
Assegurar a análise e produção legislativa na área de intervenção da SPMS	20%	X			X		
Contribuir para a definição e monitorização de políticas, procedimentos e processos de proteção de dados pessoais da empresa	30%	X			X		
Desenvolver políticas preventivas e de gestão de direitos de propriedade intelectual	20%	X			X		

DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DPDO)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da DPDO para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DPDO	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Desenvolver e implementar o sistema de gestão de qualidade da SPMS, com vista à certificação pela norma NP EN ISO 9001:2015	20%					X	
Analisar, otimizar e customizar os procedimentos internos da SPMS	20%			X		X	
Recolher, tratar e analisar dados que apoiem a tomada de decisão do conselho de administração	10%					X	
Monitorizar e reportar a atividade realizada	15%	X				X	
Desenvolver relatórios técnicos/documentos institucionais	15%					X	
Contratualizar, acompanhar e monitorizar a execução dos contratos celebrados com clientes (ACSS e DGS)	20%	X					

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da DPDO de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DPDO	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Desenvolver e implementar o sistema de gestão de qualidade da SPMS	20%						
Promover a uniformização e a excelência da SPMS nos contextos interno e externo	20%	X	X	X	X		X
Garantir o planeamento e a monitorização das atividades da SPMS através de instrumentos de gestão internos e externos	30%	X			X		
Contratualizar, acompanhar e monitorizar a execução da atividade contratualizada	30%	X	X	X			


UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (UAI)

- i. Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o período janeiro-junho de 2020, os objetivos operacionais da UAI para o mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UAI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Elaborar Plano de Auditorias para 2020, respetiva execução e acompanhamento	10%	X					
Realizar as auditorias previstas no Plano de Auditoria Interna, assegurando a avaliação da eficiência e da eficácia dos sistemas de controlo interno da SPMS	30%	X					
Acompanhar as recomendações identificadas nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa	20%	X					
Assegurar o cumprimento de obrigações de reporte a entidades externas	20%	X					
Elaborar, monitorizar e avaliar a execução do plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas na SPMS	20%					X	

- ii. Por conseguinte, os objetivos operacionais da UAI de julho de 2020 em diante, a contribuir para os OE em vigor no mesmo período, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UAI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Elaborar Plano de Auditorias para 2020, respetiva execução e acompanhamento	10%				X		
Realizar as auditorias previstas no Plano de Auditoria Interna, assegurando a avaliação da eficiência e da eficácia dos sistemas de controlo interno da SPMS	30%				X		
Acompanhar as recomendações identificadas nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa	20%				X		
Assegurar o cumprimento de obrigações de reporte a entidades externas	20%				X		
Elaborar, monitorizar e avaliar a execução do plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas na SPMS	20%	X				X	

CAPÍTULO III | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

NOTA PRÉVIA

A informação económica e financeira do presente documento reflete a informação conhecida na presente data, designadamente, a Prestação de Contas do exercício de 2019, o Orçamento aprovado para 2020, no montante total de 76.364.823,00€, o que correspondeu a uma diminuição de 10,5% face ao orçamento inicial para 2019 (85.291.021€), todavia este orçamento já sofreu um reforço de 4M€ nos termos do Despacho n.º 524/2020 do SEO e um crédito especial por via da autorização do uso do saldo da ACSS para financiar o CCSNS24 no montante de 1,2M€. No entanto, importa referir que o orçamento de 2019 obteve um reforço de 11M€, pelo que a diminuição real do orçamento de 2019 para 2020 é, na realidade, de 15,3% (menos 14,6M€ face ao ano anterior), o que condicionará a atividade da SPMS em 2020.

A SPMS também poderia apresentar uma melhor posição financeira, designadamente uma melhoria da diferença entre o património líquido (capital próprio) e o capital social nos anos transatos, se não estivesse obrigada à entrega do saldo orçamental à ACSS, nos termos de disposição constante na Lei do Orçamento de Estado que desconsidera a natureza empresarial da SPMS.

Todavia, durante o ano de 2019 foi autorizada a integração do saldo de 2018 e em 2020 foi autorizada a utilização parcial no saldo, em 331.107 euros, no âmbito do reforço dos 4M€ acima referido, mas as projeções efetuadas só permitem que a empresa saia da situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (perda de metade do Capital) no ano de 2021.

Como se pode verificar no quadro infra, a projeção trienal da Demonstração de Resultados (2020-2022) apresenta resultados positivos para todos os anos do triénio, sendo de destacar o aumento sustentado do EBITDA. No que respeita ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, prevê-se uma diminuição consistente ao longo do triénio.

Indicadores	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
EBITDA	647 198,02 €	7 017 382,24 €	11 401 146,00 €	15 315 762,00 €
EBIT	3 588 209,62 €	4 669 007,80 €	7 475 580,00 €	9 522 987,00 €
% Gastos Operacionais (FSE+GCP) / Volume de Negócios	241,7%	204,7%	180,7%	162,8%
Resultado Líquido do período	3 608 842,55 €	3 478 410,81 €	5 569 307,00 €	7 094 625,00 €

BALANÇO COM EVOLUÇÃO A 3 ANOS: 2018 (REAL), 2019(PAO), 2019 (REAL) E 2020 (PREV.)

Un: Eur.

Rubricas	31DEZ2018(real)	31DEZ2019(PAO)	31DEZ2019(real)	31DEZ2020 (prev.)
ATIVO				
<i>Ativo não corrente</i>	6 810 463,52	10 516 159,74	6 746 638,06	8 905 140,35
Ativos fixos tangíveis	4 948 249,86	9 325 640,98	6 318 486,36	8 891 685,17
Ativos intangíveis	1 862 213,66	1 190 518,76	427 690,63	12 994,11
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	461,07	461,07
<i>Ativo Corrente</i>	19 629 740,99	14 889 555,19	14 329 077,10	11 076 315,80
Clientes, contribuintes e utentes	12 759 856,34	3 131 548,54	6 585 139,53	4 211 128,41
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	635 219,79	115 928,56
Outros contas a receber	3 123 470,35	3 123 470,35	4 064 130,84	1 534 271,34
Diferimentos	774 683,58	774 683,58	75 102,75	1 294 037,64
Caixa e depósitos	2 971 730,72	7 859 852,72	2 969 484,19	3 920 949,85
Total do Ativo	26 440 204,51	25 405 714,93	21 075 715,16	19 981 456,15
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	4 456 980,17	5 066 777,68	4 456 980,17	4 456 980,17
Resultados transitados	-32 520 331,22	-30 081 141,17	-25 145 986,17	-28 618 150,67
Outras variações no Património Líquido	5 747 487,22	5 747 487,22	5 747 487,22	5 733 132,04
Resultado líquido do período	3 048 987,56	5 729 737,00	-3 608 842,55	3 478 410,81
Total do Património Líquido	6 993 812,73	12 723 549,73	7 710 327,67	11 311 061,35
PASSIVO				
<i>Passivo não corrente</i>	250 708,11	250 708,11	4 415 542,12	415 542,12
Provisões	250 708,11	250 708,11	4 415 542,12	415 542,12
<i>Passivo Corrente</i>	19 195 683,67	12 431 457,09	8 949 845,37	8 254 852,68
Fornecedores	9 184 966,56	2 238 133,17	2 625 020,49	2 690 087,46
Estado e outros entes públicos	1 591 153,16	2 349 921,25	198 925,86	1 511 788,61
Fornecedores de investimentos	315 416,98	0,00	591 327,79	415 908,62
Outras contas a pagar	3 399 527,23	3 138 782,93	3 505 793,58	3 419 716,63
Diferimentos	4 704 619,74	4 704 619,74	2 028 777,65	217 351,36
Total do passivo	19 446 391,78	12 682 165,20	13 365 387,49	8 670 394,80
Total do Património Líquido e Passivo	26 440 204,51	25 405 714,93	21 075 715,16	19 981 456,15

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 3 ANOS: 2018 (REAL), 2019(PAO), 2019 (REAL) E 2020 (PREV.)

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	31DEZ2018(real)	31DEZ2019(PAO)	31DEZ2019(real)	31DEZ2020 (prev.)
Prestações de serviços	19 936 703,13	30 846 529,00	23 797 389,99	29 637 962,08
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	50 516 581,59	37 379 011,00	37 142 265,66	38 230 536,23
Fornecimentos e Serviços Externos	-55 441 878,10	-47 760 500,00	-47 651 871,74	-49 680 811,61
Gastos com pessoal	-9 144 049,42	-9 763 189,00	-9 872 967,30	-10 990 938,07
Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00	-4 870,80	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	86 308,57	0,00	-4 164 834,01	0,00
Outros rendimentos e ganhos	624 097,85	498 359,00	171 882,42	400 291,65
Outros gastos e perdas	-934 793,14	-698 333,00	-64 192,24	-579 658,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	5 642 970,48	10 501 877,00	-647 198,02	7 017 382,24
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-1 851 231,27	-2 810 955,00	-2 941 011,60	-2 348 374,44
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	3 791 739,21	7 690 922,00	-3 588 209,62	4 669 007,80
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-1 815,06	0,00	-89,90	0,00
Resultado antes de impostos	3 789 924,15	7 690 922,00	-3 588 299,52	4 669 007,80
Imposto sobre o rendimento	-740 936,59	-1 961 185,00	-20 543,03	-1 190 596,99
Resultado líquido do período	3 048 987,56	5 729 737,00	-3 608 842,55	3 478 410,81

FLUXOS DE CAIXA A 3 ANOS: 2018 (REAL), 2019(PAO), 2019 (REAL) E 2020 (PREV.)

Un: Eur.

	31DEZ2018(real)	31DEZ2019(PAO)	31DEZ2019(real)	31DEZ2020 (prev.)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	20 561 328,94	47 539 318,77	33 251 583,11	36 720 496,73
Pagamentos a fornecedores	-55 608 129,26	-60 662 029,39	-61 749 308,99	-57 107 844,93
Pagamentos ao pessoal	-8 046 591,19	-8 591 422,35	-9 471 614,93	-10 752 547,85
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	-43 093 391,51	-21 714 132,97	-37 969 340,81	-31 139 896,05
Outros Recebimentos / Pagamentos	38 878 974,06	34 616 091,19	40 612 927,40	37 755 060,25
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)	-4 214 417,45	12 901 958,22	2 643 586,59	6 615 164,20
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-3 314 016,46	-7 753 836,36	-2 645 833,12	-5 641 391,58
Ativos intangíveis	-1 645 278,59	-259 999,86	0,00	-22 306,96
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)	-4 959 295,05	-8 013 836,22	-2 645 833,12	-5 663 698,54
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	623 549,00			
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)	623 549,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (a + b + c)	-8 550 163,50	4 888 122,00	-2 246,53	951 465,66
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	11 521 894,22	2 971 730,72	2 971 730,72	2 969 484,19
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2 971 730,72	7 859 852,72	2 969 484,19	3 920 949,85
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
- Equivalentes a caixa no início do período	11 521 894,22	2 971 730,72	2 971 730,72	2 969 484,19
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior	11 521 894,22	2 971 730,72	2 971 730,72	2 969 484,19
De execução orçamental	10 694 221,37	2 170 569,38	2 170 569,38	2 357 575,87
De operações de tesouraria	827 672,85	801 161,34	801 161,34	611 908,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período				
- Equivalentes a caixa no fim do período	11 521 894,22	7 859 852,72	2 969 484,19	3 920 949,85
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo para a gerência seguinte	11 521 894,22	7 859 852,72	2 969 484,19	3 920 949,85
De execução orçamental	2 170 569,38	7 059 852,72	2 357 575,87	3 320 949,85
De operações de tesouraria	801 161,34	800 000,00	611 908,32	600 000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

PRESSUPOSTOS

Foram adotados, sempre que aplicável, os pressupostos macroeconómicos divulgados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Ofício n.º 3653, de 26 de setembro de 2019, conforme o Programa de Estabilidade 2019-2023:

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

INDICADORES	2020'(p)	2021'(p)	2022'(p)
Taxa de variação do PIB	1,9	2,0	2,0
Consumo Privado	1,8	2,0	1,9
Consumo Público	0,6	0,5	0,5
Investimento (FBCF)	4,9	4,5	4,5
Exportações de Bens e Serviços	3,8	3,7	3,9
Importações de Bens e Serviços	3,9	3,9	3,9
Taxa de inflação	1,4	1,5	1,4

As projeções económico-financeiras deste documento tiveram em consideração a especificidade da ação da SPMS, particularmente quanto ao cumprimento do Acordo de Manutenção e do Contrato-Programa com a ACSS, e como tal, estão dependentes da sua boa execução para a otimização do respetivo desempenho e ganhos de produtividade.

Neste contexto, os pressupostos que presidiram à elaboração do PAO2020 decorrem sobretudo da perspetiva existente sobre a execução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e sobre o Contrato-Programa para o triénio 2018-2020.

ORÇAMENTAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE E DO CONTRATO-PROGRAMA COM A ACSS

Un: Eur.

Resumo do Orçamento proveniente direta e indiretamente de Receitas Gerais - ACSS					
Componentes	Orçamento da Receita de 2019	Orçamento da Receita de 2019 com reforço	Orçamento da Receita de 2020	Orçamento da Receita de 2020 com reforço	Variação 2020 vs 2019
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6] = [5] - [3]
<i>RG OE - Prestações de Serviços em Contínuo (acordo de manutenção)</i>	24 000 000,00	40 400 000,00	21 996 507,00	25 655 400,00	-14 734 600,00
<i>RG OE - Centro de Contacto SNS24</i>	8 266 844,00	8 266 844,00	8 266 844,00	9 492 290,96	1 225 446,96
<i>RG OE - Centro de Controlo e Monitorização do SNS</i>	2 392 894,00	2 392 894,00	2 392 894,00	2 392 894,00	0,00
<i>RP proveniente de RG - Contrato-Programa com ACSS - Projetos em Desenvolvimento</i>	32 741 613,00	32 741 613,00	32 741 613,00	32 741 613,00	0,00
<i>RP proveniente de RG - Contrato-Programa com ACSS - PRESI.CSP</i>	0,00	0,00	3 942 619,00	3 942 619,00	3 942 619,00
TOTAL	67 401 351,00	83 801 351,00	69 340 477,00	74 234 816,96	-9 566 534,04

A diminuição de 9,5M€ compara o orçamento aprovado para 2020, mais o reforço orçamental já ocorrido no primeiro semestre de 2020, com o orçamento corrigido de 2019. A contração mais significativa ocorre na componente da manutenção dos serviços em contínuo.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Demonstração dos resultados apresenta uma previsão na rubrica “Prestações de Serviços” de acordo com a seguinte desagregação:

PLANO DE FATURAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM 2020

Un: Eur.

Descrição do tipo de cliente	ORÇAMENTO (1)	Orçamento sem IVA (2)= (1) s/ IVA	Previsão de défice de execução	RENDIMENTOS NA DR	Peso (3)
Serviços prestados	40 454 126,00	32 889 533,00	-3 251 570,92	29 637 962,08	100%
Contrato-Programa:					
- ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	32 741 613,00	26 619 198,00	-2 661 920,19	23 957 277,81	81%
- ACSS CP - PRESI.CSP	3 942 619,00	3 205 381,00	0,30	3 205 381,30	11%
Outras Prestações de serviços:					
- Serviços Partilhados	20 286,00	16 493,00	302 135,09	318 628,09	1%
- SITAM	372 158,00	302 567,00	0,00	302 567,00	1%
<i>subtotal SNS</i>	392 444,00				
- Direcção Geral da Saúde	2 711 530,00	2 204 496,00	-726 590,12	1 477 905,88	5%
- RAM - Iasaúde - Madeira	19 764,00	16 068,00	0,00	16 068,00	0%
- INCM	360 134,00	292 792,00	67 342,00	360 134,00	1%
- Outros	286 022,00	232 538,00	-232 538,00	0,00	0%
<i>subtotal outras entidades</i>	3 377 450,00				

Como se pode verificar, a componente dos projetos em desenvolvimento do Contrato-Programa contribui significativamente (81%) para o montante das prestações de serviços da Demonstração dos Resultados.

A rubrica “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos” é composta pela componente de serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, proveniente do Orçamento do Estado (25,7M€), pelos financiamentos destinados ao Centro de Contacto do SNS 24 (9,5M€) e ao Centro de Monitorização do SNS (2,4M€) e ainda por 3,3M€ de financiamentos comunitários. Se considerarmos os efeitos dos acréscimos e diferimentos no valor de 2,7M€ chegamos aos 38,2M€ que constam naquela demonstração financeira.

A atividade da SPMS no ano 2020 foi detalhada nos objetivos operacionais da SPMS neste documento e que será densificada em documentos de gestão interna. A monitorização do contrato-programa, quer no que respeita à componente de projetos em desenvolvimento quer ao PRESI.CSP será efetuada através do estabelecimento de metas, em documentos próprios para o efeito, conforme previsto do próprio Contrato-Programa.

As estratégias de maximização das receitas mercantis são as que poderão resultar de sinergias pela execução do consagrado no Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, que determina que é atribuição da ACSS prover o SNS com os adequados sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras, contratando os termos e condições dos serviços a prestar, com a SPMS.

De facto, não pode olvidar-se que a empresa tem por missão a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares

e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, e será, portanto, naturalmente neste ambiente, que as mencionadas sinergias poderão ocorrer.

A Demonstração dos Resultados incorpora uma diminuição do peso dos Gastos Operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos adicionado dos Gastos com o Pessoal) nos Rendimentos Operacionais (Volume de Negócios mais Subsídios à Exploração) de 94,4% em 2019, para 89,4% em 2020 e um acréscimo do EBITDA de 7,7M€ euros. Tal deve-se, principalmente, ao facto de 2019 ter sido influenciado por uma provisão de valor significativo e de em 2020 se prever um aumento do investimento de 3M€ para 4,6M€.

Se considerarmos apenas o volume de negócios, o peso dos gastos operacionais desce de 241,7% para 204,7% entre 2019 e 2020.

O montante estimado em Fornecimentos e Serviços Externos tem em conta o necessário decréscimo do indicador do peso dos gastos operacionais no volume de negócios e o investimento projetado e está em conformidade com o montante projetado para as aquisições de bens e serviços.

Os Gastos com o Pessoal refletem um incremento resultante da anualização dos recrutamentos ocorridos durante o ano de 2019 e o montante previsto para 25 recrutamentos aprovados por Despacho N.º 1152/19 – SET, de 4.10.2019, já autorizados pelo GSES e cujo recrutamento se encontra a decorrer.

Os outros gastos e perdas foram estimados tendo em conta a evolução histórica e a perspetiva para 2020 tendo em conta a execução já concretizada.

As depreciações foram calculadas assumindo o mesmo nível de utilização económica relativamente ao saldo inicial do ativo bruto, isto é, considerando o mesmo montante estimado para o ano de 2019 e uma taxa média de 33,33% aplicada a investimentos em equipamento e software informático e de 25,0% para os restantes investimentos e foram ajustadas face à execução ocorrida entre janeiro e maio de 2020.

A estimativa do Imposto sobre o rendimento tem subjacente uma taxa efetiva de 25,5%.

BALANÇO

O aumento do ativo não corrente reflete um crescimento acentuado do investimento face às amortizações anuais, tendo em conta o Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários (PRESI.CSP).

O Ativo corrente sofre uma diminuição face a 2019, prevendo-se um aumento do saldo de caixa e depósitos de 0,95M€.

O Património Líquido sofre um incremento em face dos resultados líquidos obtidos.

Prevê-se ainda uma diminuição acentuada das provisões e uma ligeira diminuição do passivo corrente.

O Balanço evidencia ainda um prazo médio de pagamentos para 16,61 dias (média trimestral, nos termos do Despacho n.º 9870/2009). Este apresenta ainda um prazo médio de recebimentos em 59,32 dias.

INDICADORES DE GESTÃO

Apresentam-se os seguintes indicadores da perspetiva da situação económica e financeira da SPMS para o triénio 2018-2020:

INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES DE GESTÃO	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Prazo médio de pagamentos	29,71	49,27	16,61
Prazo médio de recebimentos	103,86	63,29	59,32
Saldo médio de fornecedores	3 909 243,88 €	6 432 263,22 €	2 260 608,32 €
Saldo médio de clientes	3 340 271,95 €	2 134 328,42 €	4 817 017,35 €
Autonomia Financeira	26%	37%	57%
Liquidez Geral	1,02	1,60	1,34
Taxa média de financiamento	Na	Na	Na

Como se pode verificar, a SPMS prevê uma liquidez razoável para o ano de 2020, no entanto a mesma é tradicionalmente insuficiente ao longo do ano, uma vez que o Contrato-Programa só começa a ser faturado nos últimos meses do ano. Já ao nível da autonomia financeira, a SPMS ainda sofre o impacto da transmissão das posições jurídicas dos ACE's Somos, que ocorreu em 2015, e da entrega do saldo de gerência de 2014, embora se preveja uma melhoria significativa em 2020.

PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos para 2020 vai ficar marcado pelo início do PRESI.CSP - Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários. Este plano tem um financiamento dedicado no Contrato-Programa com a ACSS e explica integralmente o aumento deste instrumento face ao orçamento de 2019 (3,9M€).

Importa salientar que o investimento previsto para o PRESI.CSP deve ser entendido como um todo, isto é, as suas componentes são interdependentes, mesmo que algumas possam ter a natureza de aquisição de serviços, pois a supressão de uma delas colocará em risco todo o plano. Pela sua importância dedica-se de seguida uma subsecção exclusiva ao tema.

PRESI.CSP – Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários

A renovação do sistema de informação de suporte aos Cuidados de Saúde Primários é urgente, tendo em conta os atuais constrangimentos com que se deparam os profissionais de saúde das diferentes unidades

de saúde na utilização diária deste sistema (SINUS - Sistema de Informação das Unidades de Saúde dos CSP).

Desenvolvido nos anos 90 do século passado, o SINUS encontra-se obsoleto, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista tecnológico, consequência de um inadequado investimento em infraestruturas e da falta de um software alternativo.

Tendo presente esta realidade, a SPMS, em colaboração com as ARS's, assumiu o desenvolvimento de um novo sistema de informação alternativo ao SINUS, o UNO, tecnologicamente evoluído e funcionalmente adequado ao novo modelo organizativo dos CSP.

Este programa prevê a substituição do SINUS pelo UNO, permitindo ultrapassar as principais lacunas do sistema atual, com destaque para:

- graves problemas de desempenho;
- mecanismos de segurança da informação e controlo de acesso aos dados dos utentes não estão de acordo com as normas definidas pelo RGPD;
- custos de manutenção e suporte aplicacional muito elevados;
- constrangimentos constantes ao nível dos procedimentos de interoperabilidade com outros sistemas de informação.

Para além disso este programa vai permitir potenciar a evolução do sistema de informação dos CSP, designadamente:

- Evoluir tecnológica e funcionalmente a área administrativa, disponibilizando novos serviços de agendamento e consulta aos cidadãos, favorecendo o acesso destes aos CSP.
- Potenciar e melhorar os processos de integração com outras aplicações, de âmbito regional e nacional, facilitando a vida aos profissionais de saúde e aumentando a qualidade dos dados.
- Consolidar as bases de dados por ACES contribuindo para a unificação e qualificação de dados dos utentes, ao nível local, de acordo com a atual estrutura organizativa dos CSP.

Para levar a cabo o projeto S3 CSP – UNO e assegurar a substituição do SINUS e a consolidação das bases de dados por ACES (diminuindo as atuais 352 bases de dados dos centros de saúde para 54 bases de dados dos ACES), é necessário intervir ao nível da infraestrutura de suporte do novo sistema, numa solução centralizada, seja a nível nacional, seja a nível regional, mas também ultrapassar as lacunas existentes ao nível das infraestruturas locais, nomeadamente ao nível das redes locais e nos postos de trabalho dos profissionais.

Estão previstas as seguintes áreas de intervenção:

- Infraestrutura para suporte à nova solução administrativa: S3 CSP - UNO (substituição do SINUS);
- Melhoria dos Centros de Dados / Salas Técnicas das ARS's;
- Atualização tecnológica das Redes Locais das unidades de saúde;
- Substituição dos Postos de Trabalho dos profissionais dos CSP.

O quadro de investimento plurianual deste programa é o seguinte:

PRESI.CSP	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Total
REDES LOCAIS	1 765 381,30	1 106 799,70	5 744 363,00	8 616 544,00
CENTRO DE DADOS	0,00	0,00	1 375 000,00	1 375 000,00
UNO CENTRAL	1 440 000,00	5 893 200,00	0,00	7 333 200,00
TOTAL SEM IVA	3 205 381,30	6 999 999,70	7 119 363,00	17 324 744,00
IVA	737 237,70	1 609 999,93	1 637 453,49	3 984 691,12
TOTAL	3 942 619,00	8 609 999,63	8 756 816,49	21 309 435,12

Para assegurar as condições necessárias para o bom funcionamento deste sistema de informação centralizado, moderno e eficiente, estão previstas para 2020 e 2021 duas grandes áreas de investimento:

- 
UNO Central: Aquisição e instalação de uma nova infraestrutura de suporte ao novo sistema (UNO), centralizada e agregando as bases de dados, correspondente aos 56 ACES - Agrupamentos Centros Saúde (ao contrário das atuais 365 BD das unidades de saúde). Inclui licenciamento do software de base; equipamento e serviços de instalação e configuração da solução e de centralização e agregação dos dados.
- 
Redes Locais: Aquisição e instalação de uma nova infraestrutura de rede local, indispensável ao adequado funcionamento da solução UNO nas unidades de saúde. Prevê-se numa primeira fase renovar 1/3 das redes locais, nos locais que têm vindo a apresentar mais problemas. Inclui licenciamento de software de base; equipamento (hardware); cablagem e fibra, mais os respetivos serviços de instalação e configuração.

Estas duas rubricas são complementares devendo ser consideradas em conjunto, porque o adequado desempenho do UNO centralizado depende de uma boa rede local. De facto, de nada servirá ter uma boa infraestrutura até à entrada do Centro de Saúde se depois a rede dentro do Centro não suportar as aplicações, pelo que o investimento deve ser aprovado e executado em conjunto.

Este programa foi considerado prioritário pela tutela já em 2018, pelo que se previu um aumento direto do Contrato-Programa entre a SPMS e ACSS, todavia o mesmo sofreu um corte abruuto no orçamento aprovado final de 2019, tornando a necessidade deste investimento ainda mais crítica.

Apresentam-se por isso os **riscos de não intervencionar** que, *contrario sensu*, explicam o benefício social associado ao mesmo:

- 
 Potenciar o risco de falência informática em muitas unidades de saúde dos CSP, sobretudo em zonas rurais;
- 
 Incumprimento do novo regulamento sobre Segurança e Proteção de dados, com elevado risco de falhas de segurança;
- 
 Deficiente suporte informático, por lacunas ao nível do desempenho e fiabilidade do sistema, ao trabalho diário de milhares de profissionais, médicos, enfermeiros e administrativos;

- Constrangimento no acesso dos utentes aos CSP, devido a falhas frequentes do sistema de informação;
- Não adequação do sistema de informação ao atual modelo organizativo dos CSP;
- Custos de manutenção e suporte aplicacional muito elevados.

O investimento associado ao PRESI.CSP em 2020 tem a seguinte discriminação:

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2020 - PRESI.CSP 2020	Valores sem IVA	Valores com IVA
Equipamento básico		
Investimento em firewalls com funcionalidades acrescidas de proteção para os sistemas do SNS	220 000,00	270 600,00
Investimento em equipamentos que garantam redundância, backups e prevenção de indisponibilidades	330 000,00	405 900,00
Investimento em infraestrutura de armazenamento (storage) para os sistemas do SNS	540 000,00	664 200,00
Investimento em infraestrutura de computação para os sistemas do SNS	350 000,00	430 500,00
Investimento na atualização da infraestrutura de comunicações e redes locais nos CSP	1 765 381,30	2 171 419,00
TOTAL	3 205 381,30	3 942 619,00

Os projetos de investimento PRESI.CSP considerados prioritários em 2020 são os seguintes:

- 1- **PRESI.CSP** - Aquisição de Equipamentos e serviços para atualização da infraestrutura de comunicação e redes locais
 - a. Custo sem IVA: 1.785.381,30€.
 - b. Fundamentação: Necessidade de fazer evoluir os ativos de rede dos CSP, securizando o bastidor principal em termos elétricos, substituir as ligações entre bastidores e refazer as ligações dentro dos bastidores, garantindo-se assim um melhor desempenho no acesso aos sistemas de informação e garantir também a necessária evolução dos existentes sistemas de comunicação de voz fixa.
 - c. Riscos de não intervencionar: Com a implementação da RIS2020, muitos dos locais dos CSP sofreram aumentos de largura de banda substanciais que os atuais equipamentos ativos existentes nos locais prestadores de cuidados não suportam, por outro lado a obsolescência dos mesmos também não permite um desempenho salutar no acesso aos sistemas de informação, nem a sua evolução para soluções de voz que possibilitem uma melhor articulação entre o SNS e os utentes.
- 2- **PRESI - CENTRAL – Backups**
 - a. Custo sem IVA: 207.000€.
 - b. Fundamentação: Necessidade de implementar uma nova e mais robusta solução de backups para os sistemas disponibilizados pela SPMS para o SNS, salvaguardando dados e Infraestrutura lógica. Pretende-se alargar esta funcionalidade às entidades do SNS, tirando partido das melhorias alcançadas por investimentos PRESI.

- c. Riscos de não intervencionar: Não executando teremos dificuldades em garantir backups de entidades, algo que muitas delas não garantem, podendo gerar falhas mais prolongadas, indisponibilidade de sistemas e perda de dados críticos.

3- PRESI - CENTRAL - Redundância core de rede

- a. Custo sem IVA: 40.000€.
- b. Fundamentação: Reforço do core de rede central da SPMS que permite disponibilizar a todo o SNS as aplicações e serviços SPMS. Melhorias na tolerância a falhas e resiliência, tomando partido das melhores condições providas pelo PRESI CSP.
- c. Riscos de não intervencionar: Com a inexistência de redundância ao nível do core de rede, as falhas transversais de serviços tornam-se mais prováveis, com impactos diretos para o SNS, profissionais e utentes.

4- PRESI - CENTRAL - Reforço de Infraestrutura

- a. Custo sem IVA: 350.000€.
- b. Fundamentação: Necessidade de garantir capacidade de computação e armazenamento para manter e evoluir os sistemas atualmente disponibilizados pela SPMS. Adicionalmente pretende-se disponibilizar funcionalidade de *cloud* privada para o SNS, implementadas nestas Infraestruturas.
- c. Riscos de não intervencionar: A não aquisição destes equipamentos pode significar a falha transversal de serviços centrais, bem como a incapacidade de prover mais e melhores serviços às entidades do SNS.

5- PRESI - CENTRAL - Reforço de Base de Dados

- a. Custo sem IVA: 231.000€.
- b. Fundamentação: As aplicações críticas do SNS baseiam-se, na sua grande maioria, em bases de dados. É necessário, tendo em conta o aumento das necessidades das aplicações, bem como devido ao caminho de centralização de aplicações críticas, reforçar esta componente.
- c. Riscos de não intervencionar: A inexistência desta aquisição resultará na incapacidade de garantir tolerância a falhas, melhor performance e disponibilidade para as aplicações centrais críticas.

6- PRESI - CENTRAL – Segurança

- a. Custo sem IVA: 200.000€.
- b. Fundamentação: Prover mais funcionalidades e melhor segurança, quer para sistemas centrais, como para as entidades, através de *firewalls* de perímetro para SPMS e RIS.

- c. Riscos de não intervencionar: Incapacidade de garantir segurança transversal das nossas aplicações e dados, podendo redundar em intrusões e ataques críticos ao nível de segurança.

RESTANTES LINHAS DE INVESTIMENTO

As restantes linhas de investimento previstas para 2020 preveem um aumento do ativo bruto em cerca de 1,4M€. Destacam-se os investimentos em edifícios e no equipamento básico.

A perspetiva de investimentos é a seguinte:

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2020	Valores sem IVA	Valores com IVA
Beneficiação de Edifícios		
Empreitada de Implementação do Projeto de Segurança Contra Riscos de Incêndio no edifício da SPMS, EPE, sito na Av. da República, n.º 61, em Lisboa	7 722,76	9 499,00
Empreitada de Remodelação das Instalações Elétricas do Edifício da SPMS EPE, sito na Rua do Breiner 121, Porto	170 239,20	209 394,22
Empreitada para reformulação do Datacenter do Porto na componente elétrica, por forma a cumprir as normas de certificação TIER2 ou superior	45 161,63	55 548,81
Empreitada para estruturação e reformulação de cablagem de dados de Datacenter, por forma a cumprir as normas de certificação TIER2 ou superior	142 276,42	175 000,00
	365 400,01	449 442,03
Equipamento básico		
Aquisição de capacidade de armazenamento e serviços conexos	276 385,00	339 953,55
Aquisição de Infraestruturas de Suporte ao PNB	149 257,80	183 587,09
Aquisição de Solução de Conetividade Redundante e Serv Conexos	74 712,00	91 895,76
Aquisição de Infraestrutura para suportar Criação e Reforço de Sistemas Derivado do Impacto do COVID19	338 137,09	415 908,62
Aquisição de Equipamentos para suporte de Ligações Remotas e RIS2020	74 998,70	92 248,40
	913 490,59	1 123 593,42
Equipamento informático (administrativo)		
Aquisição de material informático - computadores de secretária e computadores portáteis	69 705,00	85 737,15
	69 705,00	85 737,15
Equipamento administrativo		
Substituição de mobiliário	16 260,16	20 000,00
Substituição de outro equipamento de escritório	8 130,08	10 000,00
	24 390,24	30 000,00
Outros investimentos		
Renovação de equipamentos de vigilância e segurança	8 130,08	10 000,00
	8 130,08	10 000,00
Software Informático		
Aquisição e desenvolvimento de software	18 135,44	22 306,59
	18 135,44	22 306,59
TOTAL	1 399 251,36	1 721 079,19

O quadro global do investimento comparativamente aos anos mais recentes é o seguinte:

Un: Eur.

	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
ATIVOS TANGÍVEIS			
Edifícios e Outras Construções	0,00	76 538,45	365 400,01
Equipamento básico	2 423 462,22	1 995 047,68	4 118 871,89
Equipamento administrativo	681 209,18	245 562,05	94 095,24
Outros Investimentos	84 795,14	34 793,50	8 130,08
Ativos tangíveis em curso	862 110,02	594 010,99	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Software informático	1 508 161,82	14 614,00	18 135,44
TOTAL	5 559 738,38	2 960 566,67	4 604 632,66

JUSTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE INVESTIMENTO

A maioria dos investimentos previstos para 2020, para além do PRESI.CSP são concretizações de processos iniciados no ano anterior, como se pode constatar na fundamentação dos principais investimentos:

- 1- **Empreitada de Remodelação das Instalações Elétricas do Edifício da SPMS EPE, sito na Rua do Breiner 121, Porto**
 - a. Custo sem IVA: 170.239,20€
 - b. Fundamentação: Concluir a empreitada iniciada em 2019.
- 2- **Empreitada para reformulação do Datacenter do Porto na componente elétrica, por forma a cumprir as normas de certificação TIER2 ou superior**
 - a. Custo sem IVA: 45.161,63€
 - b. Fundamentação: Concluir a empreitada iniciada em 2019.
- 3- **Empreitada para estruturação e reformulação de cablagem de dados de Datacenter, por forma a cumprir as normas de certificação TIER2 ou superior**
 - a. Custo sem IVA: 142.276,42€
 - b. Fundamentação: Executar a empreitada adjudicada no final de 2019.
- 4- **Aquisição de capacidade de armazenamento e serviços conexos**
 - a. Custo sem IVA: 276.385,00€
 - b. Fundamentação: Executar processo faturado e não pago em 2019.
- 5- **Aquisição de Infraestruturas de Suporte ao PNB**
 - a. Custo sem IVA: 149.257,80€

- b. Fundamentação: Executar processo faturado e não pago em 2019.
- 6- Aquisição de Solução de Conetividade Redundante e Serviços Conexos**
- a. Custo sem IVA: 74.712,00€
- b. Fundamentação: Executar processo faturado e não pago em 2019.
- 7- Aquisição de Infraestrutura para suportar Criação e Reforço de Sistemas Derivado do Impacto do COVID-19**
- a. Custo sem IVA: 338.137,09€
- b. Fundamentação: Necessidade urgente de equipamento de computação e armazenamento para dar resposta a um aumento de necessidades derivado do COVID-19
- c. Riscos de não intervencionar: Sem esta aquisição não conseguiríamos manter os sistemas funcionais, nem implementar sistemas adicionais, tais como o Trace COVID-19.
- 8- Aquisição de Equipamentos para suporte de Ligações Remotas e RIS2020**
- a. Custo sem IVA: 74.998,70€
- b. Fundamentação: Necessidade de reforço da solução de ligação remota devido ao aumento substancial de trabalho remoto por causa do COVID-19. Aquisição de equipamento para migração RIS2020.
- c. Riscos de não intervencionar: Sem esta aquisição não haveria suporte a todas as ligações remotas para a RIS, bem como existiriam limitações sérias de migração para RIS2020.
- 9- Aquisição de material informático - computadores de secretária e computadores portáteis**
- a. Custo sem IVA: 69.705,00€
- b. Fundamentação: Equipamento para modernização da Infraestrutura do CCM no âmbito do projeto de substituição do *Captiva* pela nova solução.
- c. Riscos de não intervencionar: *Captiva* descontinuado, não suportando novas versões de sistemas operativos, acarretando riscos de segurança graves.

A desagregação do plano de investimentos por fonte de financiamento é a seguinte:

Investimento por Fonte	Orçamento	RG - 319	RP - 511	RP 513
ATIVOS TANGÍVEIS				
Edifícios e Outras Construções	449 442,03	0,00	449 442,03	0,00
Equipamento básico	5 066 212,42	0,00	4 973 964,02	92 248,40
Equipamento administrativo	115 737,15	115 737,15	0,00	0,00
Outros Investimentos	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Software informático	22 306,59	22 306,59	0,00	0,00
TOTAL	5 663 698,19	148 043,74	5 423 406,05	92 248,40

PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

A projeção do plano de investimentos plurianual é a seguinte:

PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

Un: Eur.

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
ATIVOS TANGÍVEIS			
Edifícios e Outras Construções	365 400,01	0,00	0,00
Equipamento básico	4 118 871,89	5 100 000,00	7 300 000,00
Equipamento administrativo	94 095,24	100 000,00	100 000,00
Outros Investimentos	8 130,08	10 000,00	10 000,00
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Software informático	18 135,44	2 100 000,00	100 000,00
TOTAL	4 604 632,66	7 310 000,00	7 510 000,00

O principal investimento que se prevê para o triénio 2020-2022 está relacionado com o PRESI.CSP.

Os investimentos previstos neste plano não perspetivam quaisquer rendas futuras que permitam calcular cash-flows positivos em anos subsequentes. Na verdade, os investimentos previstos têm uma natureza essencialmente não mercantil gerando benefícios sociais ao Serviço Nacional de Saúde, essencialmente por via da manutenção dos serviços informáticos em funcionamento e incremento da sua utilidade pública.

Neste contexto, não se adequa a aplicação de indicadores de monitorização dos referidos investimentos com base em indicadores económico-financeiros que usam os cash-flows futuros, como por exemplo o Valor Atual Líquido (VAL) ou a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR).

Face a esta circunstância e tendo em conta as instruções da DGTF e as indicações da UTAM, considera-se adequado que sejam aplicados indicadores alternativos para monitorização da execução dos investimentos ao longo do ano de 2020.

Não obstante alguns investimentos apresentarem indicadores físicos próprios, o indicador base escolhido para o efeito é a data-objetivo da execução desse investimento, isto é, preveem-se objetivamente que certos investimentos ocorram no primeiro trimestre, segundo, terceiro e quarto trimestre, pelo que o montante executado em cada um deles será comparado com o agora previsto de acordo com o seguinte quadro:

ORÇAMENTO TRIMESTRAL DE INVESTIMENTOS

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2020	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Beneficiação de Edifícios				
Empreitada de Implementação do Projeto de Segurança Contra Riscos de Incêndio no edifício da SPMS, EPE, sito na Av. da República, n.º 61, em Lisboa	7 722,76	0,00	0,00	0,00
Empreitada de Remodelação das Instalações Elétricas do Edifício da SPMS EPE, sito na Rua do Breiner 121, Porto	0,00	0,00	170 239,20	0,00
Empreitada para reformulação do Datacenter do Porto na componente elétrica, por forma a cumprir as normas de certificação TIER2 ou superior	0,00	0,00	45 161,63	0,00
Empreitada para estruturação e reformulação de cablagem de dados de Datacenter, por forma a cumprir as normas de certificação TIER2 ou superior	0,00	0,00	0,00	142 276,42
0	7 722,76	0,00	215 400,83	142 276,42
Equipamento básico				
Aquisição de capacidade de armazenamento e serviços conexos	276 385,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Infraestruturas de Suporte ao PNB	149 257,80	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Solução de Conetividade Redundante e Serv Conexos	74 712,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Infraestrutura para suportar Criação e Reforço de Sistemas Derivado do Impacto do COVID19	0,00	0,00	338 137,09	0,00
Aquisição de Equipamentos para suporte de Ligações Remotas e RIS2020	0,00	0,00	74 998,70	0,00
0	500 354,80	0,00	413 135,79	0,00
Equipamento Informático (administrativo)				
Aquisição de material informático - computadores de secretária e computadores portáteis	0,00	0,00	69 705,00	0,00
0	0,00	0,00	69 705,00	0,00
Equipamento administrativo				
Substituição de mobiliário	0,00	0,00	16 260,16	0,00
Substituição de outro equipamento de escritório	0,00	0,00	8 130,08	0,00
0	0,00	0,00	24 390,24	0,00
Outros Investimentos				
Renovação de equipamentos de vigilância e segurança	0,00	0,00	8 130,08	0,00
0	0,00	0,00	8 130,08	0,00
Software Informático				
Aquisição e desenvolvimento de software	0,00	0,00	18 135,44	0,00
0	0,00	0,00	18 135,44	0,00
TOTAL	508 077,56	0,00	748 897,38	142 276,42

Detalhe do Investimento para 2020 - PRESI.CSP 2020	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Equipamento básico				
Investimento em firewalls com funcionalidades acrescidas de proteção para os sistemas do SNS	0,00	0,00	0,00	220 000,00
Investimento em equipamentos que garantam redundância, backups e prevenção de indisponibilidade	0,00	0,00	0,00	330 000,00
Investimento em infraestrutura de armazenamento (storage) para os sistemas do SNS	0,00	0,00	0,00	540 000,00
Investimento em infraestrutura de computação para os sistemas do SNS	0,00	0,00	0,00	350 000,00
Investimento na atualização da infraestrutura de comunicações e redes locais nos CSP	0,00	0,00	0,00	1 765 381,30
TOTAL	0,00	0,00	0,00	3 205 381,30

TOTAL DO INVESTIMENTO PARA 2020	508 077,56	0,00	748 897,38	3 347 657,72
--	-------------------	-------------	-------------------	---------------------

Os investimentos apresentados contêm um benefício público inerente à atividade da SPMS e são imprescindíveis porque, no essencial, visam manter a operação informática do Ministério da Saúde e procuram gerar poupanças ao Serviço Nacional de Saúde, designadamente através da concentração de atividades e geração de economias de escala.

No que respeita às prioridades de investimentos, elas são definidas da seguinte forma:

-  Em primeiro lugar a implementação do PRESI.CSP, conforme fundamentação descrita acima;
-  Em segundo lugar, aos investimentos em equipamento básico designadamente os relacionados com os Data Center e a segurança;

- Em terceiro lugar, as obras de reabilitação dos Edifícios, em especial na Rua do Breiner no Porto;
- Em quarto lugar, o licenciamento de software;
- Em quinto lugar é dada prioridade à renovação e substituição de equipamentos do parque informático da SPMS, principalmente no que respeita à substituição de equipamentos obsoletos que possam pôr em causa a operação corrente;
- Em sexto e último lugar o investimento em equipamento administrativo e outros investimentos de carácter substitutivo.

NOTAS AOS FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa provenientes de clientes tiveram em consideração o prazo médio de recebimentos. Os montantes apresentados incluem o IVA e são consistentes com o orçamento da receita e com as dívidas a receber no final do ano.

1. Recebimentos de clientes

36 720 496,73

Detalhe	Valor
Serviços Partilhados - SNS	37 893,39
Outros - Fora SNS	3 272 532,64
Direção Geral da Saúde	2 711 530,00
INCM	360 134,00
RAM - Iasaúde	98 576,00
Outros	102 292,64
Contrato Programa:	33 410 070,70
ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	29 467 451,70
ACSS CP - PRESI	3 942 619,00

Os fluxos de caixa destinados a fornecedores tiveram em consideração o prazo médio de pagamentos. Os montantes apresentados incluem o IVA e são consistentes com o orçamento da despesa e com as dívidas a pagar no final do ano.

2. Pagamentos a fornecedores
-57 107 844,93

Detalhe	Valor
Dívida de 2019	2 625 020,49
Subcontratos	35 892 713,11
Trabalhos especializados	14 460 791,08
Publicidade e propaganda	103 925,22
Vigilância e segurança	279 524,21
Honorários	4 153,85
Conservação e reparação	1 967 438,89
Materiais	48 538,88
Electricidade	355 779,70
Combustíveis	13 339,93
Água	24 912,64
Deslocações, estadas e transportes	466 172,65
Rendas e alugueres	671 151,29
Comunicação	183 717,11
Limpeza, higiene e conforto	214 225,00
Outros	9 191,88

3. Pagamento ao pessoal
-10 752 547,85

Detalhe	Valor
Gastos com Órgãos Sociais	242 355,55
Gastos com Cargos de Direção	2 396 898,48
Encargos com o pessoal e outros gastos	2 253 018,02
Remunerações do Pessoal	5 860 275,80

4. Outros Recebimentos / Pagamentos
37 755 060,25

Detalhe	Valor
Outros recebimentos	41 809 344,61
Prestações de Serviços em Contínuo (acordo de manutenção) - ACSS	21 996 505,50
Reforço orçamental	3 668 893,00
Centro de Contacto SNS24 ACSS	9 504 931,00
Centro de Controlo e Monitorização do SNS - ACSS	2 392 894,00
SITAM	537 603,00
Portugal 2020	2 490 279,00
UE	764 173,00
Liquidação de IRC	454 066,11
Outros pagamentos	-4 000 000,00
Execução de provisões de anos anteriores	-4 000 000,00
Outros recebimentos e pagamentos	-54 284,36

5. Ativos Fixos Tangíveis -5 641 391,58

Detalhe	Valor
Edifícios e outras construções	449 442,01
Equipamento básico	5 066 212,42
Equipamento administrativo	115 737,15
Outros Investimentos	10 000,00

6. Ativos Intangíveis -22 306,96

Detalhe	Valor
Software	-22 306,96

7. Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência

Equivalentes a caixa no início do período	2 969 484,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 920 949,85
Saldo para a gerência seguinte	3 920 949,85
De execução orçamental	3 320 949,85
De operações de tesouraria	600 000,00

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

O quadro geral do Plano de Redução de Custos apresenta-se em seguida:

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

Un: Eur.

PRC	Ano 2020	Ano 2019	Ano 2018	Var 2020/2019	
	Previsão	Execução	Execução	Valor	%
(1) CMVMC (€)	-	-	-	-	-
(2) FSE (€)	49 680 811,61	47 651 871,74	55 441 878,10	2 028 939,87	4,26%
(3) Gastos com pessoal (€)	10 990 938,07	9 872 967,30	9 144 049,42	1 117 970,77	11,32%
Indemnizações	59 872,48	34 135,49	66 648,76		
Valorizações remuneratórias	6 776,28	3 190,00	0,00		
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	60 671 749,68	57 524 839,04	64 585 927,52	3 146 910,64	5,47%
(5) Volume de Negócios (VN)	29 637 962,08	23 797 389,99	19 936 703,13	5 840 572,09	24,54%
Subsídios à exploração	38 230 536,23	37 142 265,66	50 516 581,59	1 088 270,57	2,93%
Indemnizações Compensatórias					
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	204,7%	241,7%	324,0%		
(7) Deslocações e alojamento (valor)	413 456,90	413 456,90	349 450,57	0,00	0,00%
(8) Ajudas de custo (Valor)	67 437,94	84 292,09	67 437,94	-16 854,15	-19,99%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	64 550,18	38 730,11	63 137,35		
(7) + (8) + (9)	545 445,02	536 479,10	480 025,86		
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres e projetos de consultoria (valor)	797 179,22	797 179,22	984 380,93	0,00	0,00%

(a) Os gastos associados à frota deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Relativamente ao Plano de Redução de Custos, de referir que, em 2018, a SPMS viu reconhecido o aumento substancial de atividade e a melhoria projetada da sua performance financeira através da

aprovação do seu Plano de Atividades e Orçamento onde se previa que os Gastos com pessoal ascendessem a 13,5M€ em 2018 e 13,8M€ em 2019.

A estimativa para 2019 acima apresentada ainda não reflete essa aprovação, porquanto o orçamento das despesas com pessoal do ano de 2019 sofreu um corte de 4M€.

O quadro acima assinala ainda uma diminuição do Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios de 241,7% em 2019 para 204,7% em 2020. Esta variação explica-se pelo facto de se prever um aumento dos gastos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos inferior ao aumento do volume de negócios. Este indicador não considera o financiamento proveniente de Receitas Gerais que está expresso em subsídios à exploração na Demonstração dos Resultados.

GASTOS COM VIATURAS

Estima-se que as despesas com viaturas cresçam proporcionalmente ao aumento do número de viaturas ao serviço da SPMS de 3 para 5. Embora o pedido de aumento do número de viaturas conste do PAO de 2019, cuja aprovação ocorreu recentemente, prevê-se que os seus efeitos financeiros só terão expressão em 2020:

Viaturas	Ano 2020	Ano 2019	Ano 2018	Var 2020/2019	
	Previsão	Execução	Execução	Valor	%
Gastos com viaturas	64 550,18 €	38 730,11 €	63 137,35 €	25 820,07 €	40,90%
N.º de viaturas	5	3	3	2	66,67%

A justificação para a necessidade de duas viaturas adicionais resulta do facto da SPMS ter nas suas atribuições:

- i. “ a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como os órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas na área da saúde. ”,
- ii.” A SPMS, E. P. E., assegura o funcionamento do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS), bem como do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) que sucede àquele e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS).”

Mais recentemente através do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, ocorreu a Transferência para a SPMS, das atribuições de gestão e exploração direta do Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde.

Decorre ainda daquele Diploma que anteriormente a gestão do Centro de Conferência de Faturas do SNS tem estado a cargo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), que por sua vez recorria a serviços de um operador privado.

Pelo que no cumprimento ao Programa do XXI Governo, considerou-se que a gestão e a exploração do Centro de Conferência de Faturas do SNS, que passa a denominar-se Centro de Controlo e Monitorização

do SNS, devam ser asseguradas pela SPMS, atentas as suas competências no âmbito dos serviços partilhados financeiros, e dos sistemas de informação e de inteligência artificial.

Em face do exposto constata-se que a SPMS viu as suas competências acrescidas e consequentemente ocorreu o aumento de:

- a) instalações físicas, possuindo atualmente 5 locais diferentes, sendo que 3 se situam na cidade de Lisboa e 2 na cidade do Porto;
- b) que estas diferentes localizações implicam a constante deslocação dos profissionais da SPMS;
- c) deslocações dos técnicos da área das tecnologias da informação a SPMS, que prestam apoio tecnológico a todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde, as quais se encontram dispersas por todo o território Nacional;
- d) que este suporte tecnológico ao do Serviço Nacional de Saúde se consubstancia:
 - i. Acompanhamento e otimização do licenciamento de ferramentas Tecnologias de Informação e Comunicação usadas pelas diversas unidades do Serviço Nacional de Saúde e Ministério da Saúde;
 - ii. Coordenação do planeamento, investimentos, gestão e utilização TI/SI através da rede do Serviço Nacional de Saúde e Ministério da Saúde e a articulação interministerial nesta matéria;
 - iii. Supervisão e implementação da manutenção de infraestrutura em linha com os planos de crescimento de cada Instituição do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério, nomeadamente nas mudanças nos requisitos de negócios, ou avanços tecnológicos;
 - iv. Supervisão da implementação dos sistemas de TIC, a estratégia de segurança e plano de recuperação de desastres que minimiza o risco de perda de dados;
 - v. Colaboração na elaboração de planos estratégicos para as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), assegurando que todas as ferramentas de TIC necessárias, processos e sistemas estão no local para atender aos requisitos do negócio e contribuir para o alcance de metas, de curto e longo prazo, da Instituição / Ministério;
 - vi. que muitas das aplicações e sistemas de Informação da SPMS têm impacto financeiro na economia do Serviço Nacional de Saúde podendo citar-se a título de exemplo a Receita sem Papel e o seu impacto no Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde, com a consequente deteção de situações de Fraude.

Neste enquadramento e como suporte a toda a sua atividade, a SPMS tem atualmente 3 viaturas em sistema de regime de locação operacional, as quais são manifestamente insuficientes para um funcionamento eficiente da SPMS no seu apoio ao Serviço Nacional de Saúde e ao Ministério.

O recurso aos transportes públicos não consegue resolver na globalidade o problema porquanto:

- i. a deslocação dos técnicos implica muitas vezes o transporte de equipamento;

- ii. nem todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde, nas quais se incluem os Centros de Saúde se situam locais de fácil acesso em transportes públicos.

Pelo exposto foram autorizadas duas viaturas adicionais de serviço geral de modo a que operacionalmente a SPMS possa contar com 3 viaturas em Lisboa e 2 no Porto, e assim assegurar a logística de pessoas e bens entre as 5 localizações geográficas onde atualmente a SPMS desenvolve a sua atividade (Lisboa e Porto).

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

A evolução dos gastos com o pessoal prevê a dotação de 325 efetivos remunerados a 31.12.2020, dos quais 300 foram objeto de aprovação sobre o PAO 2019, Despacho N.º 1184/19 - SET, de 8.10.2019 (cf. Anexo III), acrescidos de 25 recrutamentos aprovados por Despacho N.º 1152/19 – SET, de 4.10.2019 (cf. Anexo VI), já autorizados pelo GSES e cujo recrutamento se encontra a decorrer.

Estes 25 recrutamentos passam por uma internalização dos recursos que atualmente já desenvolvem funções na SPMS através de prestadores de serviço, correspondendo indubitavelmente a necessidades permanentes desta entidade. Em cumprimento da autorização concedida no Despacho N.º 1152/19 – SET, de 4.10.2019, a este aumento de efetivos para 2020 irá corresponder uma redução de gastos com prestações de serviço numa proporção de , no mínimo, 125% do incremento dos gastos com pessoal, incluindo encargos com remunerações.

Por forma a garantir o regular funcionamento da SPMS, bem como o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, serão assegurados os processos de recrutamento destinados à substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à SPMS e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, garantindo que as remunerações dos trabalhadores a contratar correspondem à base da carreira profissional do trabalhador saído. Acresce nesta sede referir que, para fazer face às necessidades decorrentes de novos projetos enquadrados nas atribuições desta Entidade, poderão ser utilizados os postos de trabalho não preenchidos por trabalhadores que se encontram em mobilidade fora da SPMS, através dos recursos à celebração de acordos de cedência de interesse público com trabalhadores de entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da LTFP.

Un: Eur.

RH	Previsão	Execução	Execução	Var 2020/2019	
	Ano 2020	Ano 2019	Ano 2018	Valor	%
Gastos com pessoal DR (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	10 990 938,07	9 872 967,30	9 144 049,42	1 117 970,77	11%
(a) Gastos com Órgãos Sociais (€)	242 355,55	242 355,55	244 163,00	0,00	0%
(b) Gastos com Cargos de Direção (€)	2 396 898,48	2 396 898,48	1 732 367,55	0,00	0%
(c) Remunerações do Pessoal	6 098 666,02	5 205 799,76	5 311 074,11	892 866,26	17%
(i) Vencimentos base + Subs. Férias + Subs. Natal	6 091 889,74	5 202 609,76	5 311 074,11	889 279,98	17%
(ii) Outros Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(iii) Valorizações remuneratórias	6 776,28	3 190,00	0,00	3 586,28	0%
(d) Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(e) Ajudas de custo	67 437,94	84 292,09	67 437,94	-16 854,15	-20%
(f) Restantes encargos	2 125 707,60	1 909 485,93	1 722 358,06	216 221,67	11%
(g) Rescisões / Indemnizações (€)	59 872,48	34 135,49	66 648,76	25 736,99	75%
Gastos Totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	10 924 289,31	9 835 641,81	8 963 976,39	1 088 647,50	11%
N.º de RH aprovados/solicitados (incluindo FU)	325	368	396	-43	-12%
N.º Total de RH preenchidos	300	279	275	21	8%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	4	4	4	0	0%
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	46	44	20	2	5%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes (número)	250	231	251	19	8%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(g))]	21,93%	24,36%	19,08%		

Na leitura dos gastos com pessoal, e no que respeita à respetiva variação de valor de 2019 para 2020, há que considerar que o aumento dos gastos com o pessoal resulta do efeito em ano completo das contratações aprovadas e em curso.

Clarificados os números matéria de recursos humanos, crê-se pertinente reiterar que tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS, em diversas áreas, consubstanciadas em vários diplomas legais que regem a sua atuação, nomeadamente, na prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística¹⁴, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação¹⁵; no funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)¹⁶ e do Centro Nacional de Telessaúde (CNTS)¹⁷; no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabendo à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS)¹⁸.

Decorrente deste crescimento, o reforço de recursos internos assume-se como um fator de elevadíssima criticidade no âmbito da sua atuação e responsabilidades, tendo em vista garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, a manutenção dos serviços com

¹⁴ Ver: Portaria n.º 55/2013, de 7 de fevereiro, Portaria n.º 406/2015, de 23 de novembro e Portaria n.º 111/2017, de 16 de março; Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro e Despacho n.º 9813/2013, de 25 de julho; Portaria n.º 227/2014, em 6 de novembro, alterada pela Portaria n.º 21/2015, de 4 de fevereiro; Despacho n.º 2839/2015, de 26 de fevereiro de 2015; Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho; Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março; Despacho n.º 1081-A/2017, de 27 de janeiro; Despacho n.º 1249/2017, de 03 de fevereiro; Despacho n.º 5865/2017, de 04 de julho.

¹⁵ Ver: Despacho n.º 279/2015, de 12 de janeiro; Despacho n.º 7979-P/2015, de 20 de julho; Despacho n.º 9788/2015, de 27 de agosto; Despacho n.º 132/2015, de 15 de setembro; Resolução do Conselho de Ministro n.º 62/2016, de 17 de outubro; Despacho n.º 1348/2017, de 08 de fevereiro; Despacho n.º 3455/2017, de 24 de abril.

¹⁶ Ver: Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho.

¹⁷ Ver: Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016, de 26 de outubro.

¹⁸ Ver: Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.

qualidade, tempestividade, bem como o alinhamento com os novos desafios emergentes das medidas sectoriais da Saúde.

A SPMS depara-se assim com uma necessidade incontornável de reforço mínimo de recursos a afetar às múltiplas áreas de atuação, como comprovadamente decorre de articulação com a tutela. Esta previsão reflete um planeamento cuidado e preparado no estrito cumprimento de critérios de racionalização, qualidade, eficiência e segurança.

Face a este contexto de indiscutível crescimento de atividades e responsabilidades, urge garantir a sustentabilidade e a melhoria do serviço público prestado, assumindo-se como fator de elevada criticidade a prossecução de uma política de ajustamento do quadro de pessoal da SPMS, tendente a adequá-lo às necessidades mínimas de uma organização eficiente com garantia de requisitos de segurança da atividade operacional.

Acresce referir que este dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos, em detrimento do recurso massivo a empresas externas, em permanente rotatividade, e que não permitem a consolidação de conhecimentos necessários, pelos níveis de especialização exigidos para o setor, permitira uma redução da despesa pública, na medida em que existe o comprometimento de redução de gastos com as prestações, numa proporção de 125% dos gastos com pessoal decorrentes desta internalização.

Em resumo, o orçamento prevê a ocupação efetiva de 325 postos de trabalho, de acordo com o quadro seguinte:

DESCRITIVO	N.º	DESPESA
1. EFETIVOS A 31.12.2019 APROVADOS (DESPACHO N.º 1184/19 - SET, DE 8.10.2019)	300	€ 9 763 189,00
2. RECRUTAMENTOS APROVADOS (DESPACHO N.º 1152/19 – SET, DE 4.10.2019)	25	€ 1 227 748,50
3. EFETIVOS A 31.12.2020	325	€ 10 990 937,50

Em face do exposto, este aumento de recursos traduz a necessidade de reforço de diversas às diversas áreas de negócio da SPMS, assegurando-se, contudo, que este quadro de recursos humanos, com evidente repercussão na despesa do agrupamento 01 - gastos com o pessoal no orçamento de 2020, não colocará em risco a regra do equilíbrio orçamental, tal como se demonstra financeiramente.

Em consonância com Decreto-Lei de Execução Orçamental em vigor, solicita-se a aprovação para o recrutamento destinado à substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanente, garantido que estejam cumpridos todos os requisitos nos termos do referido diploma legal, bem como ao recurso a figuras de mobilidade, quer por via de acordos de cedência de interesse público com trabalhadores de entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da LTFP, ou outras legalmente previstas, para ocupação de lugares de quadro não preenchidos por trabalhadores que se encontram em mobilidade fora da SPMS, acautelando o número de postos de trabalhos aprovados.

FINANCIAMENTOS EXTERNOS

No que respeita a financiamentos externos destacam-se os projetos do Portugal 2020, com a seguinte composição:

Projetos Portugal 2020		Financiamento					Incentivo Concedido			
Código	Nome	Fundo de Financiamento	Investimento	Elegível Aprovado	Incentivo Concedido	Contraparticipação Nacional	2018	2019	2020	Anos Subsequentes
I - Candidaturas SPMS										
POCI-02-0550-FEDER-007662	Boletim Vacinas Eletrónico	FEDER	181 035,69 €	181 035,69 €	153 880,34 €	27 155,35 €	119 684,90 €	21 041,05 €	- €	- €
POCI-02-0550-FEDER-007686	Melhoria da Gestão da Segurança da Informação e dos Serviços da Função Plataforma de Dados de Saúde na Totalidade do Sistema de Saúde	FEDER	131 810,73 €	131 810,73 €	112 039,12 €	19 771,61 €	52 753,13 €	59 286,00 €	- €	- €
POCI-05-5762-FSE-039378	Referenciação Eletrónica para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados Serviços de Agendamento e Marcação de Consultas OMNISCANAL	FEDER	1 582 351,40 €	1 509 651,40 €	1 283 203,69 €	299 147,71 €	597 698,11 €	685 505,58 €	- €	- €
POCI-02-0550-FEDER-022213	Desenvolvimento e Implementação do Novo Sistema de Informação Administrativo Desmaterialização da Prescrição e Prestação de Óculos/Lentes e Exames	FEDER	572 182,70 €	572 182,70 €	325 856,05 €	246 324,65 €	65 426,65 €	84 225,20 €	60 640,31 €	- €
POCI-02-0550-FEDER-035413	Desenvolvimento de um Modelo de Gestão da Inovação	FEDER	900 441,87 €	900 441,87 €	512 801,64 €	387 640,23 €	- €	274 213,29 €	233 374,95 €	- €
POCI-02-0550-FEDER-040622	Qualidade de Processos	FEDER	661 425,12 €	661 425,12 €	376 681,61 €	284 743,51 €	- €	97 363,84 €	279 317,76 €	- €
POCI-02-0550-FEDER-040615	Definição e Implementação Modelo Gestão de Valor do Ecossistema de Informação da	FEDER	440 369,99 €	440 369,99 €	374 314,49 €	66 055,50 €	- €	316 172,05 €	58 142,43 €	- €
POCI-05-5762-FSE-000100	CARDIO AI SUPPORT	FSE	237 446,54 €	159 089,18 €	135 225,80 €	102 220,74 €	- €	- €	- €	- €
POCI-05-5762-FSE-000101		FSE	259 762,70 €	174 041,01 €	147 934,86 €	111 827,84 €	- €	5 182,58 €	142 752,28 €	- €
POCI-05-5762-FSE-000140		FSE	213 056,90 €	142 748,12 €	121 335,90 €	91 721,00 €	- €	- €	119 881,70 €	- €
POCI-05-5762-FSE-000214 (IA)		FSE	297 281,73 €	199 178,76 €	169 301,95 €	127 979,78 €	- €	- €	169 301,95 €	- €
POCI-02-0550-FEDER-044014	S3CSD : S3 Cuidados de Saúde Domiciliários	FEDER	839 858,88 €	839 858,88 €	713 937,38 €	125 921,50 €	- €	56 572,06 €	611 475,29 €	45 890,03 €
POCI-02-0550-FEDER-043965	Boletim do Medicamento no Registo de Saúde Eletrónico	FEDER	584 842,58 €	584 842,58 €	333 067,85 €	251 774,73 €	- €	166 794,96 €	166 272,89 €	- €
POCI-05-5762-FSE-000305	Conciliação da Vida Profissional e Familiar dos Colaboradores da SPMS	FSE	216 313,46 €	216 313,46 €	123 190,52 €	93 122,94 €	- €	- €	123 190,52 €	- €
POCI-05-5762-FSE-000296	Easy	FSE	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	850 000,00 €	150 000,00 €	- €	399 857,85 €	254 416,90 €	195 725,25 €
POCI-05-5762-FSE-000342	Assistente Pessoal de Saúde (chatbot informativo e resolutivo da Saúde)	FSE	837 720,00 €	837 720,00 €	477 081,54 €	360 638,46 €	- €	- €	22 780,00 €	454 301,54 €
POCI-05-5762-FSE-000345	ECION	FSE	999 920,00 €	999 920,00 €	569 454,44 €	430 465,56 €	- €	- €	22 780,00 €	546 674,44 €
POCI-05-5762-FSE-000346	Certificação App's da Saúde	FSE	655 000,00 €	655 000,00 €	373 022,50 €	281 977,50 €	- €	- €	22 780,00 €	350 242,50 €
POCI-05-5762-FSE-000347	MoDe SNS	FSE	477 600,00 €	477 600,00 €	271 993,20 €	205 606,80 €	- €	- €	22 780,00 €	249 213,20 €
POCI-05-5762-FSE-000348	CRIAS	FSE	936 000,00 €	936 000,00 €	533 052,00 €	402 948,00 €	- €	- €	22 780,00 €	510 272,00 €
2 - Candidaturas em Copromoção *										
POCI-02-0550-FEDER-022101	Cédula Profissional Eletrónica da Saúde	FEDER	212 002,00 €	212 002,00 €	180 201,70 €	31 800,30 €	45 369,69 €	- €	134 832,01 €	- €
POCI-02-0550-FEDER-022192	NOVORON - Registo Oncológico Nacional	FEDER	112 374,24 €	112 374,24 €	63 997,13 €	48 377,11 €	- €	63 833,42 €	- €	- €
POCI-05-5762-FSE-000186	+ Proximidade @ ULS Matosinhos	FSE	182 090,00 €	182 090,00 €	154 718,02 €	27 371,98 €	- €	154 718,02 €	- €	- €
3 - Candidaturas submetidas em aprovação										
POCI-05-5762-FSE-000404	Mobile @ SNS	FSE	993 000,00 €	993 000,00 €	565 513,50 €	427 486,50 €	- €	- €	22 780,00 €	542 733,50 €
TOTAL			13 523 886,53 €	13 118 695,73 €	8 921 807,22 €	4 602 079,31 €	880 932,48 €	2 384 765,90 €	2 490 278,99 €	2 895 052,46 €

Os projetos do Portugal 2020 representam 2.490.278,99€ da previsão de receitas de transferências da União Europeia e podem ser caracterizados da seguinte forma:

POCI-02-0550-FEDER-007662	A desmaterialização do boletim de vacinas foi concretizada pela criação de um registo central de vacinação na infraestrutura da Plataforma de Dados de Saúde, sobre o estado de atualização vacinal dos cidadãos.
POCI-02-0550-FEDER-007686	A operação adere ao objetivo ao qual se candidatou, nomeadamente a Gestão do Risco e da Segurança da Informação com o objetivo de reforço de competências, práticas e controlos para a gestão do risco e da segurança da informação nas organizações ministeriais em alinhamento com os referenciais de boas práticas nestes domínios, mais concretamente através do estabelecimento de orientações com os requisitos mínimos para Política da Segurança de Informação a adotar por todas as entidades do Ministério da Saúde; a estruturação do circuito de registo de incidentes de segurança de notificação; a produção de matéria para promover e sensibilizar a importância da segurança de informação no SIS; e
POCI-05-5762-FSE-039378	Com a operação foi criada de uma nova plataforma de gestão de autorizações na PDS-PU – fundamental para permitir uma gestão individualizada e pormenorizada ao nível de cada profissional de saúde (integrando com dados do RNP – Registo Nacional de Profissionais -, de cada registos/fonte de dados de saúde, e de cada entidade de saúde, integrando com o SGES – Sistema de Gestão de Entidades de Saúde.
POCI-02-0550-FEDER-022213	A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) destina-se a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, garantindo a desmaterialização da integração com a Segurança Social, evitando deslocamentos físicos e acabando com a circulação de papel, evitando ainda deslocamentos desnecessários por agudização, fazendo uma primeira triagem através de teleconsulta.
POCI-02-0550-FEDER-035413	A operação visou simplificar e desmaterializar os processos relativos ao acesso ao agendamento e marcação/remarcação de consultas médicas nas unidades de saúde do SNS, oferecendo novos serviços eletrónicos omni-canal aos cidadãos. Para facilitar a vida a pessoas com mais dificuldade no acesso às novas plataformas digitais ou aos novos modelos de atendimento, passaram a ser disponibilizados serviços de marcação de consultas através de alguns serviços públicos de proximidade.
POCI-02-0550-FEDER-040622	Esta operação tem por finalidade concluir a primeira fase do novo sistema de informação dos Cuidados de Saúde Primários, através do Projeto UNO, procurando uma renovação tecnológica, centralizando a infraestrutura de suporte num único Centro de Dados, terminando com a proliferação de pequenas salas técnicas, sem condições de eficiência e segurança, promovendo ainda a melhoria dos processos de integração com outras aplicações, de âmbito regional e nacional, facilitando a vida aos profissionais de saúde e aumentando a qualidade dos dados, através da consolidação das bases de dados por ACES, contribuindo para a unificação e qualificação de dados dos utentes, de acordo com a atual estrutura organizativa dos CSP.
POCI-02-0550-FEDER-040615	No projeto Óculos Sem Papel, a desmaterialização da prescrição de óculos/lentes e da prescrição, prestação e partilha de resultados de exames complementares representa a interação dos cidadãos e dos prestadores e convenionados com os serviços de saúde, nomeadamente nos serviços de oftalmologia.
POCI-05-5762-FSE-000100	Este projeto insere-se numa das linhas estratégicas definidas no âmbito da Estratégia Nacional para o Ecossistema do Sistema de Informação da Saúde (ENESIS 2020), que visa a promoção da melhoria global da Governação das TIC no Ministério da Saúde, neste caso através da melhoria da Gestão da Inovação. Pretende-se com este projeto desenvolver uma cultura de inovação, através da capacitação dos recursos humanos e do estabelecimento.
POCI-05-5762-FSE-000101	A presente Operação, visa contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços TIC prestados pela SPMS e satisfação dos seus clientes, evoluindo para um modelo de gestão de serviço, suportado em processos transversais. Este objetivo será alcançado, robustecendo os processos de suporte, através da adoção de referenciais e metodologias de boas práticas, capacitando a organização para futura candidatura a um processo de certificação.
POCI-05-5762-FSE-000140	A presente operação pretende desenvolver um modelo de Gestão de Benefícios flexível, adequado a todas as iniciativas no âmbito da ENESIS 2020, baseado nas melhores práticas de gestão de TI e de avaliação económica na saúde, ensaiar o modelo em casos de estudo e capacitar todas as entidades do eSIS para adotarem o modelo de gestão de benefícios das suas iniciativas (através do envolvimento das suas estruturas CLIC em workshops e disponibilização de ferramentas e apoio central).
POCI-05-5762-FSE-000214 (IA)	Com este projeto pretende-se a criação de um protótipo de sistema de suporte à intervenção clínica na doença cardiovascular através da utilização de metodologias de ciência de dados e inteligência artificial que permita identificar os doentes em maior risco de desenvolver um evento cardiovascular agudo (enfarte agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral).
POCI-02-0550-FEDER-022101	A implementação do projeto Cédula Eletrónica Profissional da Saúde, em copromoção com ACSS, prevê a criação de uma plataforma Web a disponibilizar no Portal do Cidadão, no Registo Nacional de Profissionais e na página eletrónica da ACSS, com recurso à identificação eletrónica a partir do Cartão de Cidadão, composta por quatro módulos: Emissão de cédulas profissionais; Reconhecimento de qualificações e emissão de declarações de autorização para trabalhar no estrangeiro; Emissão de certificado e diploma de grau de especialista e Apoio à gestão de procedimentos concursais de habilitação ao grau de consultor e equiparação.
POCI-02-0550-FEDER-022192	O Projeto NOVORON, em copromoção com a IPO de Lisboa, é um projeto de Engenharia Aplicada que irá estudar e implementar a aplicação dos novos paradigmas de disponibilização e análise de dados e de informação para perceção dos diferentes aspetos associados ao estudo do cancro e ao planeamento dos cuidados em oncologia.
POCI-05-5762-FSE-000186	O projeto +PROXIMIDADE@ULSM, em copromoção com a ULS de Matosinhos, tem como principais linhas de orientação promover a evolução dos sistemas de informação nucleares da ULSM como forma de assegurar a evolução da atual arquitetura de informação hospitalar e deste modo assegurar a sustentabilidade tecnológica da transformação digital em curso, o alinhamento com as medidas de racionalização das TIC, a melhoria dos serviços de atendimento ao utente, a melhoria da qualidade da informação disponibilizada via Portal do Utente e aos profissionais de saúde via PDS.
POCI-02-0550-FEDER-044014	Pretende-se que este projeto disponibilize ao SNS 24 uma solução de monitorização central e global da informação clínica de todos os utentes em acompanhamento domiciliário e disponibilize ao hospital de referência de cada um destes utentes, uma solução que permita a monitorização dos mesmos, dando resposta à comunicação e ao registo clínico de sinais vitais e dados biométricos.

POCI-02-0550-FEDER-043965	Este projeto enquadra-se no âmbito das prioridades definidas pelo Ministério da Saúde de forma promover a segurança dos utentes no ato da toma da medicação, através do Registo de Saúde Eletrónico (RSE), visa a reunir informação essencial de cada Cidadão para a melhoria da prestação de cuidados de saúde. Queremos assim adicionar a possibilidade do Utente ter acesso ao seu Boletim de Medicamentos.
POCI-05-5762-FSE-000305	O projeto para conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, faz parte do Programa de Governo, no que concerne à Estratégia Portugal Mais I
POCI-05-5762-FSE-000296	O Easy será um serviço de acessibilidade promotor do nível de acesso AAA das WCAG 2.1, ou seja, tem como objetivo facilitar o acesso à informação disponibilizada nos sites do SNS ao abrigo da uniformização dos portais. É desenvolvido, gerido e disponibilizado pela SPMS E.P.E. em estreita colaboração com a equipa de Acessibilidade da AMA I.P. que tem vindo a acompanhar este projeto ao nível técnico. Este serviço não substitui quaisquer obrigações inerentes aos diversos sites previstas no Decreto Lei 83/2018 de 19 de outubro e não pode ser considerado uma tecnologia de apoio.
POCI-05-5762-FSE-000342	Assistente Pessoal de Saúde, também designado por chatbot, que permita ajudar o cidadão a navegar pela informação disponível nos portais do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e na utilização dos serviços digitais.
POCI-05-5762-FSE-000345	ECION visa monitorizar a efetividade dos rastreios, a efetividade terapêutica, a vigilância epidemiológica, a investigação e, em conjunto com o INFARMED a efetividade dos medicamentos e dispositivos médicos no tratamento do cancro.
POCI-05-5762-FSE-000346	Certificação de Apps da Saúde, vai permitir elevar a qualidade das aplicações, através do estabelecimento de um selo de qualidade, com boas práticas de segurança e desenvolvimento, que promova a utilização dos serviços digitais por parte dos cidadãos e profissionais de saúde. Este selo, devidamente certificado pelo Ministério da Saúde
POCI-05-5762-FSE-000347	Prevenção e Combate ao Desperdício do Serviço Nacional de Saúde, impacto verificado posteriormente na redução da despesa em saúde, com recurso à utilização de Inteligência Artificial que permita quantificar, gerar alertas, através do cruzamento de várias variáveis e indicadores, onde podem ser sinalizados comportamentos indiciadores de más práticas e abusos, no controlo de desperdício.
POCI-05-5762-FSE-000348	Promoção, coordenação, difusão e desenvolvimento do conhecimento na área da Robótica e Inovação na Saúde, no domínio de atuação da SPMS, através da criação de um núcleo, capaz de conter em si mesmo, a força impulsionadora e difusora de melhores práticas e técnicas na Saúde, alinhadas com uma estratégia adaptada às reais necessidades.
POCI-05-5762-FSE-000404	Criação do Software Development Kit (SDK), que permitirá às equipas internas à SPMS, bem como entidades terceiras internas ou externas ao contexto da Administração Pública (subsistemas de saúde, seguradoras, instituições de cuidados de saúde, etc.) criarem os seus próprios cartões de forma mais acessível, rápida e consistente, com recurso mecanismos de drag and drop, bem como ao nível dos profissionais de saúde, espera-se ainda com este projeto desenvolver uma versão móvel do Sclínico Hospitalar.

Os projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia representam 764.172,89€.

Já a composição dos projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia é, atualmente, a seguinte:

Un: Eur.

Projetos Financiados Diretamente							
Projeto	Orçamento	% Financiamento	Financiamento	Anos Anteriores	2020	2021	2022
JASeHN	276 007 €	53%	145 345 €	145 345 €	- €	- €	- €
EURO-CAS	17 375 €	100%	17 375 €	17 375 €	- €	- €	- €
ProEmpower	817 094 €	90%	735 384 €	735 384 €	- €	- €	- €
Trillium II	25 988 €	100%	25 988 €	25 988 €	- €	- €	- €
CEF eHDSI	851 373 €	75%	638 530 €	478 897 €	159 632 €	- €	- €
HEALTHeID	238 606 €	100%	238 606 €	238 606 €	- €	- €	- €
eHAction	879 832 €	60%	527 899 €	263 950 €	131 975 €	131 975 €	- €
DigitalHealthEurope	167 950 €	100%	167 950 €	83 975 €	83 975 €	- €	- €
mHealth Hub	153 700 €	100%	153 700 €	- €	76 850 €	76 850 €	- €
UNICOM	598 375 €	70%	418 863 €	- €	104 716 €	104 716 €	104 716 €
Better@Home	100 000 €	100%	100 000 €	- €	50 000 €	50 000 €	- €
CSA	350 000 €	100%	350 000 €	- €	87 500 €	175 000 €	87 500 €
IMI-2	250 000 €	75%	187 500 €	- €	37 500 €	37 500 €	37 500 €
EVC	213 500 €	75%	160 125 €	- €	32 025 €	32 025 €	32 025 €
TOTAL	4 939 799 €		3 867 265 €	1 989 520 €	764 173 €	608 065 €	261 741 €

Os projetos financiados diretamente pela União Europeia podem ser descritos sucintamente da seguinte forma:

-  **CEF eHDSI:** O objetivo da ação é preparar, testar e implementar o Resumo do Paciente transfronteiriço e a Prescrição Eletrónica e operacionalizar o Ponto de Contato Nacional para

eSaúde (NCPeH), de acordo com as melhores práticas e levando em consideração a infraestrutura nacional já disponível.

- **ProEmpower:** O principal objetivo do projeto é fornecer uma solução de gestão contínua que possa abordar a ameaça iminente de uma epidemia de diabetes tipo 2 na Europa. A solução pretendida concentra-se em capacitar os pacientes para autogerir a sua doença e abordar a progressão da mesma, através de uma plataforma totalmente interoperável e de acesso seguro aos registos e dispositivos de saúde necessários.
- **eHAction:** Esta ação continuará o trabalho da Ação Conjunta (*Joint Action*), mas com um maior foco no cidadão, inovação e velocidade de implementação. O EHAction visa desenvolver ferramentas e recomendações estratégicas para responder aos novos desafios de eSaúde e alinhar-se com as áreas especificadas no MWP 2018-2021. O EHAction também propõe identificar sinergias com outras Ações Conjuntas em andamento e/ou planeadas que, de alguma forma, atuam na área de eSaúde, afim de evitar duplicação de esforços e promover a complementaridade de atividades alinhadas com objetivos comuns.
- **DigitalHealthEurope:** Tem como principal ambição criar plataformas de colaboração entre os Estados-Membros nos principais aspetos do mercado único digital, o que requer a identificação de partes interessadas e iniciativas relevantes em toda a Europa. Envolve a colaboração e a análise em conjunto dos principais desafios e soluções, desenvolvendo estratégias e compromissos comuns.
- **mHealth Hub:** O objetivo é ser um ecossistema inclusivo, impulsionando a transformação digital da saúde e da assistência em benefício dos cidadãos da Europa e restantes países. Esta ação destaca a importância dos padrões de interoperabilidade e interconexão para maximizar o alinhamento e a aplicação das melhores práticas na integração da mHealth no sistema de saúde e no atendimento diário ao paciente.
- **UNICOM:** Esta ação de inovação dará um poderoso impulso à implementação dos padrões ISO IDMP (ID de Medicamentos) em bases de dados de medicamentos dos Estados-Membros da UE, apoiando a assinatura e distribuição segura e a farmacovigilância. Assim que os dados interoperáveis da UE sobre medicamentos estiverem disponíveis, outros benefícios virão através de melhores dados de saúde para melhor suporte à decisão clínica, melhor capacitação do paciente, saúde pública e pesquisa clínica.
- **Better@Home:** Propõe uma abordagem que não existe no mercado uma vez que se foca em implantar e explorar uma solução de atendimento integrada para pacientes hospitalizados em casa, habilitada por tecnologias digitais, com o objetivo de melhorar os resultados dos cuidados de saúde e a satisfação dos pacientes, assim como ajudar a reduzir os custos para o sistema de saúde através da otimização de recursos e da coordenação de uma equipa multidisciplinar, mantendo a qualidade e segurança do paciente.
- **X-eHealth** (Tipo de proposta **CSA**): Esta proposta apoia a inserção e a monitorização da interoperabilidade de eSaúde, o que significa o desenvolvimento de plataformas e soluções digitais interoperáveis para uso de cidadãos, pesquisadores, serviços de saúde e grupos de trabalho além-fronteiras no mercado único digital da UE.

- **Gravitate Health** (tipo de proposta IMI-2): Esta é uma ação de informação digital de saúde integrada. O objetivo do projeto é suportar o cidadão como ator principal em todos os assuntos pessoais de saúde, disponibilizando equipamentos de saúde baseados no acesso melhorado através de informação de saúde compreensível.
- **European Vaccination Card Collaborative (EVC)**: O objetivo desta ação é examinar a viabilidade do desenvolvimento de um cartão de vacinas comum para os cidadãos da UE. Com base no mapeamento dos cartões de vacinas existentes, o contratante deve desenvolver, testar e avaliar propostas para um cartão de vacinas de cidadãos da UE que leve em consideração possíveis cronogramas nacionais de vacinação.



PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO 2020-2022

BALANÇO DO TRIÉNIO 2020 – 2022

Un: Eur.

Rubricas	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>	8 905 140,35	12 289 113,76	14 006 339,09
Ativos fixos tangíveis	8 891 685,17	10 890 913,33	13 251 391,49
Ativos intangíveis	12 994,11	1 398 200,43	754 947,60
Ativos por impostos diferidos	461,07	0,00	0,00
<i>Ativo Corrente</i>	11 076 315,80	13 648 246,88	13 219 568,37
Clientes, contribuintes e utentes	4 211 128,41	3 458 097,03	3 891 397,84
Estado e outros entes públicos	115 928,56	952 217,21	2 120 520,19
Outros contas a receber	1 534 271,34	1 534 271,34	1 534 271,34
Diferimentos	1 294 037,64	1 294 037,64	1 294 037,64
Caixa e depósitos	3 920 949,85	6 409 623,67	4 379 341,36
Total do Ativo	19 981 456,15	25 937 360,64	27 225 907,46

Rubricas	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	4 456 980,17	5 152 662,33	6 266 523,73
Resultados transitados	-28 618 150,67	-25 835 422,02	-21 379 976,42
Outras variações no Património Líquido	5 733 132,04	5 733 132,04	-676 491,63
Resultado líquido do período	3 478 410,81	5 569 307,00	7 094 625,00
Total do capital próprio	11 311 061,35	16 880 368,35	17 565 369,68
PASSIVO			
<i>Passivo não corrente</i>	415 542,12	415 542,12	415 542,12
Provisões	415 542,12	415 542,12	415 542,12
<i>Passivo Corrente</i>	8 254 852,68	8 641 450,18	9 244 995,67
Fornecedores	2 690 087,46	2 361 469,54	2 442 925,70
Estado e outros entes públicos	1 511 788,61	2 227 003,55	2 749 092,55
Fornecedores de investimentos	415 908,62	415 908,62	415 908,62
Outras contas a pagar	3 419 716,63	3 419 717,11	3 419 717,44
Diferimentos	217 351,36	217 351,36	217 351,36
Total do passivo	8 670 394,80	9 056 992,30	9 660 537,79
Total do Património Líquido e Passivo	19 981 456,15	25 937 360,65	27 225 907,47

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRIÉNIO 2020 – 2022

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)
Prestações de serviços	29 637 962,08	33 737 532,00	37 964 857,00
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	38 230 536,23	38 803 994,00	39 347 250,00
Fornecimentos e Serviços Externos	-49 680 811,61	-49 802 521,00	-50 499 756,00
Gastos com pessoal	-10 990 938,07	-11 155 802,00	-11 311 983,00
Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	400 291,65	406 296,00	411 984,00
Outros gastos e perdas	-579 658,04	-588 353,00	-596 590,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	7 017 382,24	11 401 146,00	15 315 762,00
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-2 348 374,44	-3 925 566,00	-5 792 775,00
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	4 669 007,80	7 475 580,00	9 522 987,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de Impostos	4 669 007,80	7 475 580,00	9 522 987,00
Imposto sobre o rendimento	-1 190 596,99	-1 906 273,00	-2 428 362,00
Resultado líquido do período	3 478 410,81	5 569 307,00	7 094 625,00



FLUXOS DE CAIXA TRIÉNIO 2020 – 2022

Un: Eur.

	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	36 720 496,73	42 250 195,74	46 263 473,30
Pagamentos a fornecedores	-57 107 844,93	-57 003 886,82	-58 548 760,56
Pagamentos ao pessoal	-10 752 547,85	-11 155 802,00	-11 311 983,00
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	-31 139 896,05	-25 909 493,08	-23 597 270,26
Outros Recebimentos / Pagamentos	37 755 060,25	37 389 466,90	30 804 287,95
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6 615 164,20	11 479 973,82	7 207 017,69
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-5 641 391,58	-6 408 300,00	-9 114 300,00
Ativos intangíveis	-22 306,96	-2 583 000,00	-123 000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5 663 698,54	-8 991 300,00	-9 237 300,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	951 465,66	2 488 673,82	-2 030 282,31
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	2 969 484,19	3 920 949,85	6 409 623,67
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	3 920 949,85	6 409 623,67	4 379 341,36
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período	2 969 484,19	3 920 949,85	6 409 623,67
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior	2 969 484,19	3 920 949,85	6 409 623,67
De execução orçamental	2 357 575,87	3 320 949,85	5 809 623,67
De operações de tesouraria	611 908,32	600 000,00	600 000,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período	3 920 949,85	6 409 623,67	4 379 341,36
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	3 920 949,85	6 409 623,67	4 379 341,36
De execução orçamental	3 320 949,85	5 809 623,67	3 779 341,36
De operações de tesouraria	600 000,00	600 000,00	600 000,00



INDICADORES TRIÉNIO 2020 – 2022

INDICADORES DE GESTÃO	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Prazo médio de pagamentos	16,61	29,42	29,13
Prazo médio de recebimentos	59,32	32,74	28,06
Saldo médio de fornecedores	2 260 608,32 €	4 014 498,21 €	4 030 827,40 €
Saldo médio de clientes	4 817 017,35 €	3 025 834,90 €	2 918 548,38 €
Autonomia Financeira	57%	65%	65%
Liquidez Geral	1,34	1,58	1,43
Taxa média de financiamento	Na	Na	Na

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS TRIÉNIO 2020 – 2022

Un: Eur.

PRC	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
	Previsão	Previsão	Previsão
(1) CMVMC (€)	-	-	-
(2) FSE (€)	49 680 811,61	49 802 521,00	50 499 756,00
(3) Gastos com pessoal (€)	10 990 938,07	11 155 802,00	11 311 983,00
Indemnizações	59 872,48	59 872,48	59 872,48
Valorizações remuneratórias	6 776,28	6 776,28	6 776,28
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	60 671 749,68	60 958 323,00	61 811 739,00
(5) Volume de Negócios (VN)	29 637 962,08	33 737 532,00	37 964 857,00
Subsídios à exploração	38 230 536,23	38 803 994,00	39 347 250,00
Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	0,00
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	204,7%	180,7%	162,8%
(7) Deslocações e alojamento (valor)	413 456,90	413 456,90	413 456,90
(8) Ajudas de custo (Valor)	67 437,94	67 437,94	67 437,94
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	64 550,18	64 550,18	64 550,18
(7) + (8) + (9)	545 445,02	545 445,02	545 445,02
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres e projetos de consultoria (valor)	797 179,22	797 179,22	797 179,22



ANEXOS



ANEXO I | RELATÓRIO DE ANÁLISE 350/2019 DE 05 DE DEZEMBRO, DA UNIDADE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL (UTAM)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Visto. Concorde.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Fernando Pacheco
5/12/2019

Fernando Pacheco
Diretor da UTAM

Visto.

DESPACHO N.º 271/2020-SET

Remete-se à SPMS para reformulação do PAO para os JE 2020 e Contrato Programado 2020.

Via intermédia a Setor a JEAS.

A DGTIF para os devidos efeitos.

Álvaro Novo

8.6.2020

Álvaro Novo
Secretário de Estado do Tesouro

RELATÓRIO DE ANÁLISE 350/2019 de 5 de dezembro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2020 (SIPIEF, 2019-11-06)
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

SÍNTESE

A. Instrução da proposta de PAO

A proposta de PAO2020 da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS) encontra-se adequadamente instruída. O parecer do órgão de fiscalização não apresenta ênfases ou reservas à proposta apresentada.

Alc



B. Autorizações Necessárias

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo	Análise	Recomendação UTAM
Recrutamento de 32 colaboradores	O recrutamento de 32 colaboradores está fundamentado nas necessidades permanentes e novas atividades atribuídas à SPMS, tendo sido objeto de pedidos de recrutamento pela base da carreira que já foram autorizados por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, "tendo sido remetidos para aprovação nos termos da legislação aplicável".	IEIPG2020	O recrutamento solicitado é referido pela empresa como tendo sido autorizado pela tutela setorial sem que a respetiva autorização tenha sido anexada à proposta, contrariamente ao disposto nas IEIPG2020. O pedido não pode, assim, ser considerado como fundamentado.	Não concessão de autorização. Caso a presente proposta seja aprovada, o pedido de recrutamento deverá ser tratado autonomamente à proposta de PAO.
Aumento de 2,08 milhões de euros (21,3%) face aos gastos estimados para 2019	O aumento de gastos com pessoal é fundamentado pelo acréscimo de colaboradores previsto para 2020 e pela diminuição da prestações de serviço externos.	IEIPG2020	O aumento de gastos previsto encontra-se fundamentado, cumprindo as determinações expressas pela tutela.	Concessão de autorização, com a despesa nesta rubrica em 2020 limitada a 11,844 milhões de euros.
Aumento de 42,1 mil euros (8,8%) nos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, face aos gastos estimados para 2019	O aumento de gastos neste conjunto de rubricas decorre exclusivamente do aumento dos gastos com a frota automóvel, o qual é fundamentado pelo aumento do número de viaturas de 3 para 5. A aprovação deste aumento de viaturas (no PAO2019) só ocorreu recentemente (2019-10-08) pelo que o seu efeito só terá expressão plena em 2020.	IEIPG2020	O aumento de gastos previsto encontra-se fundamentado, sendo de relevar que a SPMS prevê manter para 2020 o custo por viatura igual ao estimado para 2019.	Concessão de autorização, limitando a despesa neste conjunto de rubricas em 2020 a 105,2 mil euros.

C. Evolução Económica e Financeira

	VN	GO	CMVMC	FSE	Pessoal	EBITDA	EBIT	Result. Líq.	Financ.	Investimento
Valores 2020 (10 ³ €)	39 957	89 400	0	77 556	11 844	18 153	13 600	10 132	0	14 267
Δ 2020-2019 (%)	+29,5%	+14,8%	*	+13,9%	+21,3%	+475,2%	+1439,6%	+1439,6%	*	+212,7%
Valores 2021 (10 ³ €)	40 556	91 289	0	79 267	12 022	17 878	10 611	7 905	0	14 161
Δ 2021-2020 (%)	+1,5%	+2,1%	*	+2,2%	+1,5%	-1,5%	-22,0%	-22,0%	*	-0,7%
Valores 2022 (10 ³ €)	41 124	92 567	0	80 377	12 190	18 128	9 378	6 987	0	8 858
Δ 2022-2021 (%)	+1,4%	+1,4%	*	+1,4%	+1,4%	+1,4%	-11,6%	-11,6%	*	-37,4%
Taxa média anual Δ 2022-2019 (%)	+10,1%	+5,9%	*	+5,7%	+7,7%	+79,1%	+119,8%	+119,8%	*	+24,7%

* Valor da rubrica nulo no ano n-1

Fonte: Proposta de PAO para 2020



Evolução do indicador	Observações
A Eficiência Operacional melhora. O rácio (GO/VN) reduz-se de 252,5% (2019) para 223,7% (2020)	A melhoria de 28,7 p.p. em 2020 face ao estimado para 2019 resulta da previsão do crescimento do volume de negócios (29,5%) ser percentualmente superior à do crescimento dos gastos operacionais (14,8%). A SPMS prevê para 2021 e 2022 que este rácio piore ligeiramente para 225,1%.
O EBITDA é positivo e melhora de 3,2 milhões de euros (2019) para 18,2 milhões de euros (2020)	Melhoria de 15 milhões de euros em 2020 (475,2%) face à estimativa para 2019, decorrente dos aumentos das Prestações de serviços (9 M€) e Transferências e Subsídios (13 M€) conjugados com o aumento dos Gastos Operacionais (11,5 M€), a que acresce a redução das provisões do exercício (4 M€). A SPMS prevê que o EBITDA apresente ligeiras variações nos restantes exercícios do triénio: 17,9 M€ (2021) e 18,1 M€ (2022).
O EBIT é positivo e melhora de 883 mil euros (2019) para 13,6 milhões de euros (2020)	Melhoria de 12,7 milhões de euros em 2020 (1439,6%) face à estimativa para 2019, decorrente da evolução do EBITDA a que acresce o aumento das amortizações (2,3 M€). A SPMS prevê que o EBIT piore nos restantes exercícios do triénio, devido ao aumento das amortizações: 10,6 M€ (2021) e 9,4 M€ (2022).
O Resultado Líquido é positivo e melhora de 658 mil euros (2019) para 10,1 milhões de euros (2020)	Melhoria de 9,5 milhões de euros em 2020 (1439,6%) face à estimativa para 2019, decorrente da evolução do EBIT a que acresce o aumento do Imposto sobre o Rendimento (3,2 M€). A SPMS prevê que o Resultado Líquido piore nos restantes exercícios do triénio: 7,9 M€ (2021) e 7 M€ (2022)
O ROE* melhora de 4,9% (2019) para 48% (2020)	A significativa melhoria prevista para 2020 decorre do elevado crescimento do Resultado Líquido previsto para 2020 (1439,6%).

* $Return\ on\ Equity\ (Rentabilidade\ das\ Capitais\ Próprias) = Resultado\ Líquido / Capital\ Próprio$

D. Plano de Investimentos

O plano de investimentos da SPMS para o triénio 2020-2022 ascende a 37,3 milhões de euros, dos quais 14,3 milhões de euros previstos realizar em 2020. Os investimentos previstos encontram-se exaustivamente detalhados (objetivos, custo estimado e riscos de não intervenção) na proposta apresentada. Em seguida listam-se os diversos investimentos ordenados de acordo com o seu grau de prioridade:

- i) Implementação do PRESI.CSP¹, imprescindível para manter a operação informática do Ministério da Saúde e gerar poupanças ao Serviço Nacional de Saúde;
- ii) Investimentos em equipamento básico, designadamente os relacionados com os *Data Center* e segurança;
- iii) Obras de reabilitação nos edifícios, em especial na Rua do Breyner (Porto);
- iv) Licenciamento de *Software*;
- v) Renovação e substituição de equipamentos informáticos obsoletos;
- vi) Equipamento administrativo.

¹ Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários.



Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2020-2022
Ativos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	0,0	2 601,5	2 300,0	2 640,5	2 677,4	7 617,9
Equipamento básico	2 423,5	1 828,1	9 100,7	8 921,1	3 544,9	21 566,6
Equipamento administrativo	681,2	60,0	320,0	60,9	61,8	442,7
Outros investimentos	84,8	5,0	50,0	5,1	5,1	60,2
Ativos Intangíveis						
Software informático	1 508,2	68,2	2 495,9	2 533,3	2 568,8	7 597,9
TOTAL	5 559,7	4 562,7	14 266,5	14 160,8	8 858,0	37 285,3

Fonte: Proposta de PAO para 2020

Segundo a SPMS, "os investimentos previstos têm uma natureza essencialmente não mercantil gerando benefícios sociais ao SNS, por via da manutenção dos serviços informáticos em funcionamento e incremento da sua utilidade pública". Assim, a empresa propõe que o indicador para o acompanhamento e monitorização desses investimentos seja a "data-objetivo da execução desse investimento". A SPMS refere ainda que "para 2020 não estão previstos projetos com financiamento comunitário".

E. Variação do Endividamento

Para 2020, a empresa prevê apresentar um endividamento remunerado nulo. Nos termos do que dispõem as IEIPG2020 a variação do endividamento da SPMS de 2019 para 2020 é igualmente nula.

F. Conclusão

A proposta de "Plano de Atividades e Orçamento para 2020-2022" da SPMS não apresenta lacunas nem insuficiências de informação. A UTAM considera que, atenta a fundamentação pela empresa das situações referidas no ponto "B - Autorizações Necessárias" desta SÍNTESE, com recomendação de concessão de autorização, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá conceder as referidas autorizações. Nesse caso, é parecer da UTAM que a proposta de "Plano de Atividades e Orçamento para 2020-2022" da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. estará em condições de merecer aprovação. Independentemente do orçamento da empresa comportar dotação cativa para esse fim, é proposta da UTAM que o recrutamento de 32 colaboradores seja objeto de solicitação autónoma.

A empresa deverá ter em consideração que a eventual aprovação da proposta agora analisada em face do que estabelecem as IEIPG2020 não a dispensa do cumprimento das disposições aplicáveis que venham a constar da legislação a publicar durante o exercício a que o Plano de Atividades e Orçamento se reporta, nomeadamente, da Lei do Orçamento de Estado e do Decreto-Lei de Execução Orçamental.



1. ANTECEDENTES

A SPMS é uma Entidade Pública Empresarial criada em 2010 pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

Em 2019-10-15, a SPMS inseriu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) a sua proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2020 (PAO2020), tendo posteriormente, em 2019-11-06, inserido na plataforma o Parecer do Fiscal Único sobre a referida proposta. A UTAM analisou os documentos referidos, do que resultou o presente relatório.

2. ANÁLISE

No âmbito da análise foi verificado o cumprimento das Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão - 2020 (IEIPG2020) por Empresas Públicas Não Financeiras (ofício circular n.º 3653, de 2019-09-26, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças).

Rendimentos, Gastos e Resultados

A atividade da SPMS assenta na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, de serviços financeiros, de recursos humanos e de sistemas e tecnologias de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde, e ainda a gestão e exploração direta do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

O desempenho financeiro da empresa previsto para os exercícios de 2020-2022, com base na sua proposta de PAO para 2020, encontra-se sumariado no quadro seguinte.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2020-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prestações de serviços	19 937	30 847	39 957	40 555	41 124	9 110	+29,5%
Transferências correntes e subsídios à exploração	50 517	53 779	67 176	68 183	69 138	13 397	+24,9%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	
(-) Fornecimentos e serviços externos	55 442	68 109	77 556	79 267	80 377	9 447	+13,9%
(-) Gastos com o pessoal	9 144	9 763	11 844	12 022	12 190	2 081	+21,3%
(-) Gastos operacionais	64 586	77 872	89 400	91 289	92 567	11 527	+14,8%
(-) Provisões	-86	4 018	0	0	0	-4 018	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	624	443	443	449	456	0	+0,0%
(-) Outros gastos e perdas	935	22	22	22	23	0	+0,0%
EBITDA	5 643	3 156	18 153	17 878	18 128	14 597	+475,2%
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 851	2 273	4 553	7 267	8 750	2 281	+100,4%
Resultado operacional (EBIT)	3 792	883	13 600	10 611	9 378	12 717	+1439,6%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	2	0	0	0	0	0	
Resultado antes de impostos	3 790	883	13 600	10 611	9 378	12 717	+1439,6%
(-) Imposto sobre o rendimento	741	225	3 458	2 706	2 391	3 243	+1439,6%
Resultado líquido do período	3 049	658	10 132	7 905	6 987	9 474	+1439,6%

(-) Assinola as rubricas que, quando tenham valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2020

SPMS



Para 2020, a SPMS prevê a seguinte variação dos seus rendimentos e gastos operacionais face aos valores estimados para 2019:

- Prestações de Serviços: crescimento de 9,1 milhões de euros (29,5%);
- Transferências correntes e Subsídios à exploração²: crescimento de 13,4 milhões de euros (24,9%);
- FSE: crescimento de 9,4 milhões de euros (13,9%);
- Gastos com Pessoal: crescimento de 2,1 milhões de euros (21,3%).

A empresa prevê para 2020 a seguinte evolução dos seus Resultados face aos valores estimados para 2019:

- EBITDA: positivo e melhora 15 milhões de euros (475,2%);
- EBIT: positivo e melhora 12,7 milhões de euros (1439,6%);
- Resultado Líquido: positivo e melhora 9,5 milhões de euros (1439,6%).

De 2019 para 2020 a SPMS prevê que os Gastos Operacionais (GO) aumentem 11,5 milhões de euros (14,8%) e que o Volume de Negócios (VN) aumente em 9,1 milhões de euros (29,5%) pelo que a eficiência operacional³, medida através da evolução do rácio GO/VN, melhora em 28,7 p.p., diminuindo de 252,5% (valor estimado para 2019) para 223,7% (valor previsto para 2020) (como consta do quadro abaixo).

Unidade: milhares de euros

Eficiência operacional	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2020-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
CMVMC	0	0	0	0	0	0	
FSE	55 442	68 109	77 556	79 267	80 377	9 447	+13,9%
Gastos com pessoal	9 144	9 763	11 844	12 022	12 190	2 081	+21,3%
Gastos operacionais (GO)	64 586	77 872	89 400	91 289	92 567	11 527	+14,8%
Prestações de serviços (VN)	19 937	30 847	39 957	40 556	41 124	9 110	+29,5%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)	324,0%	252,5%	223,7%	225,1%	225,1%	-28,7 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO para 2020

A SPMS prevê para 2020 que o conjunto das rubricas de “deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel” aumente 42,1 mil euros (8,8%) face aos gastos estimados para 2019. Esse acréscimo decorre exclusivamente do aumento previsto nos gastos com a frota automóvel. Na rubrica “encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria” a empresa prevê gastar, em 2020, o mesmo valor que estima gastar em 2019. Esta informação está evidenciada no quadro abaixo.

² Esta rubrica é composta pela componente de serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, proveniente do Orçamento do Estado (44M€), pelos financiamentos destinados ao Centro de Contacto do SNS24 (15,3 M€) e ao Centro de Monitorização do SNS (4,6 M€) e, ainda por 3,3 M€ de financiamentos comunitários, o que totaliza os 67,2 M€ previstos para 2020.

³ Eficiência Operacional = Gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) sobre o Volume de Negócios (Prestações de serviços).



Unidade: milhares de euros

Outros gastos operacionais	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2020-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	349,5	349,5	349,5	Informação não disponibilizada		0,0	
Ajudas de custo	67,4	67,4	67,4			0,0	
Gastos com a frota automóvel	63,1	63,1	105,2			42,1	+66,7%
Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	480,0	480,0	522,1			42,1	+8,8%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	860,2	1 013,6	1 013,6			0,0	

Fonte: Proposta de PAO para 2020

Quadro de Pessoal e Gastos com Pessoal

A SPMS prevê para 2020 um aumento líquido de 57 trabalhadores face ao número de trabalhadores previsto para 2019-12-31, atingindo assim um efetivo de 357 elementos em 2020 (incluindo os membros dos órgãos sociais). A empresa fundamenta este acréscimo de colaboradores no cumprimento das necessidades permanentes e novas atividades atribuídas à SPMS, bem como com o objetivo expresso pela tutela de reduzir a dependência de prestadores de serviços externos.

Do aumento previsto de 57 colaboradores, 25 já se encontram aprovados pelo Despacho n.º 1152/119 – SET, de 2019-10-04, referindo a SPMS que os restantes 32 foram objeto de pedidos de recrutamento pela base da carreira e que já foram autorizados por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, "tendo sido remetidos para aprovação nos termos da legislação aplicável". No entanto, e contrariando o disposto nas IEIPG2020, a proposta de PAO2020 não inclui em anexo o mencionado despacho de aprovação pela tutela setorial.

No quadro abaixo evidencia-se a evolução quer do quadro de pessoal, quer dos Gastos com Pessoal da SPMS, face ao estimado para 2019.

Unidade: milhares de euros

Pessoal	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2020-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	4	4	Informação não disponibilizada		0	
N.º de cargos de direção	22	46	46			0	
N.º de trabalhadores	255	250	307			57	+22,8%
N.º total de trabalhadores	281	300	357			57	+19,0%
Gastos totais com pessoal	9 144	9 763	11 844			12 022	12 190

Fonte: Proposta de PAO para 2020

A SPMS prevê que os Gastos com Pessoal aumentem 2,08 milhões de euros face ao valor estimado para 2019, explicitando esse acréscimo com os recrutamentos já aprovados (25) e com os pedidos de recrutamento em análise (32) da seguinte forma:

Unidade: milhares de euros

Pessoal e Gastos com Pessoal em 2020	N.º Colab	Valor
Colaboradores em 2019-12-31	300	9 763
Recrutamentos aprovados	25	1 228
Pedidos de recrutamento em análise	32	853
Total	357	11 844

Fonte: Proposta de PAO para 2020



Segundo a SPMS "este aumento de efetivos para 2020 irá corresponder a uma redução com prestações de serviços numa proporção, no mínimo, de 125% do incremento dos gastos com pessoal, incluindo encargos com remunerações".

Análise da Estrutura Patrimonial

A estrutura patrimonial da empresa mostra-se estável e equilibrada, com uma evolução positiva no triénio 2020-2022, decorrente de um previsível crescimento continuado do Capital Próprio devido aos Resultados Líquidos positivos de cada exercício e com um crescimento do Ativo superior ao do Passivo, devido ao previsto crescimento dos investimentos, principalmente em sistemas de informação.

Esta evolução positiva traduz-se na evolução da autonomia financeira (Capital Próprio / Ativo) que melhora sucessivamente de 74% estimado para 2019 para 80% previsto para 2020, 86% previsto para 2021 e 88% previsto para 2022, e também no elevado valor da liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente) previsto para 2020 (1,36), 2021 (1,76) e 2022 (2,93).

Unidade: milhares de euros

BALANÇO	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2020-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Ativo	26 440	18 111	26 374	32 177	37 419	8 263	+45,6%
Ativo não corrente	6 810	8 239	19 219	24 419	24 545	10 980	+133,3%
Ativos fixos tangíveis	4 948	7 185	16 405	21 053	21 131	9 220	+128,3%
Ativos intangíveis	1 862	1 054	2 814	3 365	3 414	1 750	+167,1%
Ativo corrente	19 630	9 872	7 155	7 758	12 874	-2 717	-27,5%
Clientes, contribuintes e utentes	12 760	3 162	4 013	4 157	4 215	851	+26,9%
Estado e outros entes públicos	0	400	400	400	400	0	+0,0%
Outras contas a receber	3 123	3 123	700	700	700	-2 423	-77,6%
Diferimentos	775	775	775	775	775	0	+0,0%
Caixa e depósitos	2 572	2 412	1 268	1 727	6 784	-1 145	-47,5%
Património líquido	6 994	13 382	21 101	27 729	32 999	7 720	+57,7%
Património / capital	26 261	26 261	26 261	26 261	26 261	0	+0,0%
Reservas	4 457	6 213	6 344	8 371	9 952	132	+2,1%
Resultados transitados	-32 520	-25 497	-24 971	-16 865	-10 541	526	+2,1%
Outras variações no património líquido	5 747	5 747	3 335	2 067	341	-2 412	-42,0%
Resultado líquido do período	3 049	658	10 132	7 905	6 987	9 474	+1439,6%
Passivo	19 446	4 729	5 272	4 438	4 420	543	+11,5%
Passivo não corrente	251	18	20	20	20	2	+11,2%
Provisões	251	18	20	20	20	2	+11,2%
Passivo corrente	19 196	4 711	5 252	4 418	4 400	341	+11,5%
Fornecedores	9 185	3 112	3 504	3 607	3 734	392	+12,6%
Estado e outros entes públicos	1 591	300	300	300	300	0	+0,0%
Fornecedores de investimentos	315	0	0	0	0	0	
Outras contas a pagar	3 400	1 299	1 448	512	366	149	+11,5%
Diferimentos	4 705	0	0	0	0	0	

Fonte: Proposta de P&O para 2020

3. PLANO DE INVESTIMENTOS

O plano de investimentos da SPMS para o triénio 2020-2022 ascende a 37,3 milhões de euros, dos quais 14,3 milhões de euros previstos realizar em 2020. Os investimentos previstos encontram-se exaustivamente detalhados (objetivos, custo estimado e riscos de não intervenção) na proposta apresentada. Em seguida listam-se os diversos investimentos ordenados de acordo com o seu grau de prioridade:

- i) Implementação do PRESI.CSP, imprescindível para manter a operação informática do



Ministério da Saúde e gerar poupanças ao Serviço Nacional de Saúde;

- ii) Investimentos em equipamento básico, designadamente os relacionados com os *Data Center* e segurança;
- iii) Obras de reabilitação nos edifícios, em especial na Rua do Breyner (Porto);
- iv) Licenciamento de *Software*;
- v) Renovação e substituição de equipamentos informáticos obsoletos;
- vi) Equipamento administrativo.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2020-2022
Ativos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	0,0	2 601,5	2 300,0	2 640,5	2 677,4	7 617,9
Equipamento básico	2 423,5	1 828,1	9 100,7	8 921,1	3 544,9	21 566,6
Equipamento administrativo	681,2	60,0	320,0	60,9	61,8	442,7
Outros Investimentos	84,8	5,0	50,0	5,1	5,1	60,2
Ativos Intangíveis						
Software informático	1 508,2	68,2	2 495,9	2 533,3	2 568,8	7 597,9
TOTAL	5 559,7	4 562,7	14 266,5	14 160,8	8 858,0	37 285,3

Fonte: Proposta de PAO para 2020

Segundo a SPMS, "os investimentos previstos têm uma natureza essencialmente não mercantil gerando benefícios sociais ao SNS, por via da manutenção dos serviços informáticos em funcionamento e incremento da sua utilidade pública". Assim, a empresa propõe que o indicador para o acompanhamento e monitorização desses investimentos seja a "data-objetivo da execução desse investimento". A SPMS refere ainda que "para 2020 não estão previstos projetos com financiamento comunitário".

4. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

Para 2020, a empresa prevê apresentar um endividamento remunerado nulo. Nos termos do que dispõem as IEIPG2020 a variação do endividamento da SPMS de 2019 para 2020 é igualmente nula.

5. ANÁLISE DE RISCO

Para se avaliar o nível de risco associado à proposta de PAO em análise, optou-se por realizar essa avaliação em 4 vertentes: (i) risco de negócio, (ii) risco financeiro, (iii) risco de previsão e (iv) risco de programação, considerando os exercícios de 2010 a 2019.

De acordo com o que mais detalhadamente se descreve no ANEXO II a este relatório e que está resumido no quadro abaixo, pode concluir-se que:

- O Risco de Negócio é **significativo**, pois o valor do Volume de Negócios poderá variar em torno do seu valor médio (0,78) entre 0,22 e 1,78 vezes;
- O Risco Financeiro é **moderado**, pois a empresa registou resultados negativos em 48% dos trimestres analisados nos exercícios analisados e tem uma moderada



probabilidade de obtenção de um *cash-flow* negativo (29%);

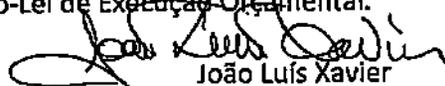
- O Risco de Previsão que está associado à existência de fatores exógenos⁴ à atividade da empresa é **baixo**, pois estes fatores só afetam ligeiramente a fiabilidade das suas previsões, nomeadamente a dos resultados operacionais, pois representam, em valor absoluto, 3,1% do resultado operacional;
- O Risco de Programação, avaliado através do "*Tracking Error*", que corresponde à média do valor absoluto do erro de previsão anual do resultado operacional calculado tendo em conta os valores trimestrais de execução e previsão de 2010 a 2019, é elevado pois a empresa tem um erro médio na previsão do valor do resultado operacional de 245%.

Tipo de Risco	Indicadores de Risco - base trimestral		Risco
Risco de Negócio	Coefficiente de Variação do Volume de Negócios*	0,78	Significativo
Risco Financeiro	<i>Cash Flow at Risk</i>	-23,5 milhões de €	Moderado
	Probabilidade de <i>Cash Flow</i> < 0	48%	
	<i>Risk of Loss</i>	29%	
Risco de Previsão	Exposição do Vol. de Negócios a Fatores Exógenos (FE)	3,1%	Baixo
Risco de Programação	<i>Tracking Error</i> (Resultado Operacional - FE)	245%	Elevado

* O Volume de Negócios corresponde à rubrica "Prestação de Serviços"

6. CONCLUSÃO

A proposta de "*Plano de Atividades e Orçamento para 2020-2022*" da SPMS não apresenta lacunas nem insuficiências de informação. A UTAM considera que, atenta a fundamentação pela empresa das situações referidas no ponto "*B - Autorizações Necessárias*" da SÍNTESE deste relatório, com recomendação de concessão de autorização, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá conceder as referidas autorizações. Nesse caso, é parecer da UTAM que a proposta estará em condições de merecer aprovação. Independentemente do orçamento da empresa comportar dotação cativa para esse fim, é proposta da UTAM que o recrutamento de 32 colaboradores seja objeto de solicitação autónoma. A empresa deverá ter em consideração que a eventual aprovação da proposta agora analisada em face do que estabelecem as IEIPG 2020 não a dispensa do cumprimento das disposições aplicáveis que venham a constar da legislação a publicar durante o exercício a que o Plano de Atividades e Orçamento se reporta, nomeadamente, da Lei do Orçamento de Estado e do Decreto-Lei de Execução Orçamental.


João Luís Xavier
Consultor

⁴ Provisões, imparidades e variações de justo valor.



ANEXO I – Cumprimento das disposições Legais e Regulamentares

Relativamente à análise do cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor (IEIPG2020), identificaram-se as seguintes questões:

1. *“aumento do número de colaboradores”* – a SPMS prevê um acréscimo líquido de 57 colaboradores face aos estimados para 2019-12-31, que fundamenta no cumprimento das necessidades permanentes e novas atividades atribuídas à empresa, bem como com o objetivo expresso pela tutela de reduzir a dependência de prestadores externos. Deste aumento, 25 contratações já se encontram aprovadas pelo Despacho n.º 1152/119 – SET, de 2019-10-04, referindo a SPMS que os restantes 32 foram objeto de pedidos de recrutamento pela base da carreira, que já foram autorizados por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, *“tendo sido remetidos para aprovação nos termos da legislação aplicável”*. No entanto, e contrariando o disposto nas IEIPG2020, a proposta de PAO2020 não inclui em anexo o mencionado despacho de aprovação pela tutela setorial. A UTAM considera o acréscimo de colaboradores suficientemente fundamentado pelo que, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro pode conceder a referida autorização;
2. *“aumento dos gastos com pessoal”* – a empresa prevê um aumento de 2,08 milhões de euros (21,3%) face ao valor estimado para 2019, fundamento esse acréscimo com os recrutamentos já aprovados (25) e os pedidos de recrutamento constantes da proposta em análise (32, como detalhado na página 7 deste relatório). Segundo a SPMS *“este aumento de efetivos para 2020 irá corresponder a uma redução com prestações de serviços numa proporção, no mínimo de 125% do incremento dos gastos com pessoal, incluindo encargos com remunerações”*, diminuindo a *“dependência de prestadores externos”* como definido no despacho, acima referido, de Sua Excelência a Secretária de Estado da Saúde. Assim, a UTAM considera o aumento dos gastos com pessoal fundamentado pelo que, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro pode conceder a referida autorização;
3. *“aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel”* – a SPMS prevê aumentar os seus gastos neste conjunto de rubricas em 42,1 mil euros (66,7%) face aos gastos estimados para 2019. Este aumento decorre exclusivamente do aumento dos gastos com a frota automóvel que a empresa fundamenta no aumento de 3 para 5 do número de viaturas ao serviço da SPMS pois, considerando que a aprovação do aumento ocorreu recentemente (aprovação do PAO2019) o seu efeito só terá expressão em 2020. Este aumento de viaturas foi fundamentado pelo crescimento das atribuições da SPMS e da prestação de serviços partilhados específicos junto dos estabelecimentos e serviços do SNS, bem como no assegurar do funcionamento do Centro de Atendimento do SNS e do Centro Nacional de TeleSaúde. A SPMS prevê manter para 2020 o mesmo gasto por viatura que o estimado para 2019. Assim, a UTAM considera que o aumento dos gastos neste conjunto de rubricas se encontra suficientemente fundamentado pelo que, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro pode conceder a referida autorização.



ANEXO II – ANÁLISE DE RISCO

Para se avaliar o nível de risco associado à proposta de PAO em análise, optou-se por realizar essa avaliação em 4 vertentes: (i) risco de negócio, (ii) risco financeiro, (iii) risco de previsão e (iv) risco de programação.

i) Risco de Negócio

Com a análise do risco de negócio pretende-se avaliar o risco inerente à atividade exercida pela empresa, pelo que tem particular relevância o volume de negócios gerado e a eventual irregularidade do mesmo. O indicador utilizado é o *“coeficiente de variação do volume de negócios”* que traduz a volatilidade do volume de negócios em relação à média. Neste caso, o valor obtido de 0,78 indicia uma moderada volatilidade do volume de negócios e, conseqüentemente, um **risco de negócio moderado**.

ii) Risco Financeiro

Com a análise do risco financeiro pretende-se avaliar a possibilidade de destruição de valor por parte da empresa, pelo que importa analisar, por um lado, a probabilidade da empresa reportar um prejuízo, e, por outro, a magnitude desse mesmo prejuízo. Os indicadores utilizados são: (i) o *“cash flow at risk”* (CaR) que corresponde à perda potencial da empresa, em condições normais de mercado, para um determinado período de tempo, (ii) a *“Probabilidade do Cash Flow < 0”* e, (iii) o *“risk of loss”* (RoL) que corresponde à frequência de resultados negativos que a empresa registou no período em análise. A SPMS apresenta valores negativos de *Cash Flow* em 48% dos trimestres analisados (2010 a 2019), pelo que o cálculo do CaR mostra que a probabilidade de obtenção de um *Cash Flow* negativo é moderada. Em termos de RoL, o indicador apresenta um valor de 29%, pelo que, em termos anuais a probabilidade de obtenção de resultados líquidos positivos é significativa. Em conclusão e considerando a evolução previsível o **risco financeiro é moderado**.

iii) Risco de Previsão

Com a análise do risco de previsão pretende-se avaliar o grau de dificuldade associado à previsão efetuada pela empresa, pelo que a existência de fatores exógenos, à partida mais voláteis e difíceis de prever, traduz um maior risco de previsão. O indicador utilizado nesta análise é a *“Exposição a Fatores Exógenos”* que mede a importância relativa das rubricas exógenas à atividade da empresa e o seu impacto no volume de negócios e nos resultados líquidos. Neste caso, o impacto dos fatores exógenos no volume de negócios é de 3,1%, o que corresponde a um **risco de previsão baixo**.

iv) Risco de Programação

Com a análise do risco de programação pretende-se avaliar a qualidade/fiabilidade da programação apresentada pela empresa. O indicador utilizado é o *“Tracking Error”*, definido como a média do valor absoluto do erro de previsão anual do resultado operacional calculado com os valores trimestrais de execução e previsão de 2010 a 2019. O indicador apresenta um valor de 245%, o que corresponde a um **risco de programação elevado**.



ANEXO II | TIMELINE DE ACONTECIMENTOS COM RESULTADO NA REVISÃO DO PAO 2020

2019

OUTUBRO

Ofício Circular n.º 3879 de 1 de outubro de 2019 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças do Ministério das Finanças

Submissão do exercício previsional do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento 2020 da SPMS à DGTF

NOVEMBRO

DEZEMBRO

Aprovada pelo Conselho de Administração a prorrogação do Plano Estratégico 2017-2019 até à metade do ano 2020, vulgo junho 2020

2020

JANEIRO

Identificadas as atividades e iniciativas decorridas dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico 2017-2019 a trabalhar de janeiro a junho de 2020

FEVEREIRO

MARÇO

Nomeação do Conselho de Administração pelos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde (Despacho DR nº50/2020, Série II de 2020-03-11).

Declaração o Estado de Emergência pelo XXI Governo de Portugal no contexto do combate à pandemia da COVID-19.

ABRIL

MAIO

JUNHO

Término do Plano Estratégico 2019-2022.

Entrada em vigor dos objetivos estratégicos para o triénio 2020-2022 e retoma dos trabalhos para a elaboração do Plano Estratégico.

Receção do Relatório de Análise 350/2019, da UTAM, de 05 de dezembro.

JULHO

Definição de objetivos operacionais e atividades a contribuir para os objetivos estratégicos 2020-2022

Revisão e submissão do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento 2020.

Condução de Projetos e outras atividades extraordinárias no contexto da atividade contratualizada em resposta à pandemia da COVID-19.



ANEXO III | DESPACHO N.º 1184/19 - SET, DE 8.10.2019



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete
de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto
e da Saúde
Dra. Teresa Carneiro
Avenida João Crisóstomo, 9 - 4.º
1049-062 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 4624/2019 ENT.: 4653 de 27-09-2019 PROC. Nº: 25.399/19	11-10-2019

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício nº 423/UTAM/2019, bem como cópia do Relatório de Análise nº 289/2019, de 26 de setembro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 1184/19 - SET

"Concordo.

Autorizo as exceções identificadas no ponto B do presente Relatório, devendo as contratações previstas para 2019 ser objecto de análise em processo autónomo.

O valor do investimento fica limitado a 4M€ em 2019.

Remeta-se a S.Exa o SEAS.

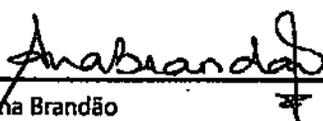
Dê-se conhecimento à DGTF.

Álvaro Novo

8.10.2019"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,



Ana Brandão

CN:-



Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro
Entrada Nº <u>4653</u>
<u>Dr. RF</u>
de <u>27/09/2019</u> Pº <u>25.399</u> / <u>19</u>
Ana Filipa Brandão Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro

Exma. Senhora
Dr.ª Ana Filipa Brandão
M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
N.º 423/UTAM/2019

DATA
2019-09-26

ASSUNTO: *Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.*

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio **RELATÓRIO DE ANÁLISE 289/2019** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., elaborado na sequência da submissão do documento em epígrafe no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

Com os meus melhores cumprimentos, *Fernando*

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco



Visto. Concordo. Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Fernando Pacheco
26/9/2019

Fernando Pacheco
Diretor da UTAM

Anexo.
Autógrafa recepção identificada no ponto B do presente Relatório, devendo as contínuas pendências para 2019 ser objeto de ematise em processo autónomo.
O valor do investimento fize limitar a 4ME em 2019.
Remetida a SA. O SEAS Não unbecinubi a DGF.

RELATÓRIO DE ANÁLISE 289/2019 de 26 de setembro

Alvaro Novo
8.10.2019

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS) (SIRIEF, 2019-09-23)

Álvaro Novo
Secretário de Estado do Tesouro

ÍNDICE

1. SÍNTESE	2
2. ANTECEDENTES	4
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	5
4. PLANO DE INVESTIMENTOS	10
5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	10
6. PAGAMENTOS	11
7. CONCLUSÃO	11
ANEXO – DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR.....	12



1. SÍNTESE

A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
<p>Proposta de PAO: é composta pelos Planos de Atividades e Orçamentos, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos.</p> <p>Parecer do Fiscal Único: não releva qualquer reserva à proposta de PAO.</p>	A proposta está adequadamente instruída.

B. Autorizações Necessárias

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO UTAM
Para aumento dos gastos com pessoal ¹ em 685.789 euros (7,6%)	Este aumento resulta do efeito em ano completo das contratações efetuadas em 2018 e das 25 contratações previstas ocorrer em 2019, autorizadas em sede do PAO2018.	n.º 4 e alínea a) do n.º 3 do art.º 158.º do DLEO2019 ²	A SPMS fundamenta o aumento proposto.	Concessão de autorização
Para aumento do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, em 42.092 euros (8,8%)	O aumento deve-se à frota automóvel ter passado de 3 para 5 viaturas, mantendo-se constantes os valores das restantes rubricas. A empresa fundamenta o aumento no acréscimo de locais das suas instalações e pelo alargamento das suas atividades (cf. ponto 3.11).	N.º 4 e alínea b) do n.º 3 do art.º 158.º do DLEO2019	A SPMS fundamenta o aumento proposto.	Concessão de autorização

C. Evolução Económica e Financeira

	VN	GO	FSE	Pessoal	EBITDA	EBIT	Result. Líq.	Financ.	Investimento
Valores 2019 (10 ³ €)	30.847	57.524	47.761	9.763	10.502	7.691	5.730	0	6.515
Δ 2019-2018 (%)	+55%	-11%	-14%	+6,8%	+86%	+103%	+88%	*	+16%
Valores 2020 (10 ³ €)	31.278	58.329	48.429	9.900	10.649	6.310	4.701	0	6.607
Δ 2020-2019 (%)	+1,4%	+1,4%	+1,4%	+1,4%	+1,4%	-18%	-18%	*	+1,4%
Valores 2021 (10 ³ €)	31.810	59.321	49.252	10.068	10.830	5.407	4.028	0	6.699
Δ 2021-2020 (%)	+1,7%	+1,7%	+1,7%	+1,7%	+1,7%	-14%	-14%	*	+1,4%
Taxa média anual Δ 2021-2018 (%)	+17%	-2,8%	-3,9%	+3,3%	+24%	+13%	+9,7%	*	+5,9%

* Valor da rubrica nula no ano n-1

Fonte: Proposta de PAO para 2019

¹ Corrigidos dos encargos identificados na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO2019 (decorrentes das indemnizações por rescisão, no caso presente).

² Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE2019).



44

INDICADOR	OBSERVAÇÕES
Apreciação geral	A empresa prevê um aumento da rubrica "Prestações de serviços" (VN) de 19,9 para 30,8 milhões de euros (55%) de 2018 para 2019. Em 2020 e 2021 a tendência de aumento mantém-se, prevendo-se um valor de 31,8 milhões de euros em 2021. Prevê uma diminuição dos Gastos Operacionais de 64,6 para 57,5 milhões de euros (11%) de 2018 para 2019, devido às variações das rubricas mencionadas, invertendo-se esta tendência em 2020 e 2021, prevendo-se que seja atingido um valor de 59,3 milhões de euros em 2021;
EBITDA, EBIT e Resultado líquido	Prevê-se a seguinte evolução dos resultados em 2019 face a 2018: <ul style="list-style-type: none"> • aumento do EBITDA de 5,6 para 10,5 milhões de euros (86%); • aumento do Resultado operacional (EBIT) de 3,8 para 7,7 milhões de euros (103%); • aumento do Resultado líquido de 3,0 para 5,7 milhões de euros (88%); Segundo as previsões para o triénio, o valor do EBITDA aumenta, prevendo-se um valor de 10,8 milhões de euros em 2021, enquanto os valores do EBIT e do Resultado líquido diminuem, prevendo-se valores de 5,4 e 4,0 milhões de euros em 2021, respetivamente.
Eficiência operacional	É prevista uma evolução favorável do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, que diminui 137 p.p. de 2018 para 2019, prevendo-se que o valor do rácio se mantenha igual ao de 2019 em 2020 e 2021.
Rentabilidade do Ativo (RoA)	Prevê-se que a "Rentabilidade do ativo" (RoA) aumente de 14,3% para 30,3% (15,9 p.p.) de 2018 para 2019, invertendo esta tendência em 2020 e 2021, prevendo-se que atinja o valor de 15,5% em 2021.
Necessidades de financiamento	A empresa não vem recorrendo a endividamento desde 2018.

D. Plano de Investimentos

Na tabela seguinte apresentam-se os investimentos que a empresa pretende realizar no triénio 2019-2021, desdobrados por rubricas, os quais ascendem globalmente a cerca de 19,8 milhões de euros.

PLANO DE INVESTIMENTOS	Unidade: milhares de euros					TOTAL 2019-2021
	2017	2018	2019	2020	2021	
ATIVOS TANGÍVEIS						
Edifícios e outras construções	105	0	2.115	0	0	2.115
Equipamento básico	148	2.423	3.810	6.008	6.092	15.910
Equipamento administrativo	267	762	324	328	333	985
Outros investimentos	43	85	55	56	57	167
Investimentos em curso	0	862	0	0	0	0
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Software Informático	1.054	1.508	211	214	217	643
TOTAL PAO2019	1.617	5.640	6.515	6.607	6.699	19.821
TOTAL PAO2018	4.496	8.130	4.134	4.209		
Δ (PAO2019 - 2018)	-2.879	-2.490	+2.381	+2.398		
	-64%	-31%	+58%	+57%		

Fonte: Proposta de PAO para 2019 e PAO2018



Os investimentos previstos estão concentrados na rubrica “*Equipamento Básico*” dadas as exigências de manutenção e renovação dos equipamentos dos “*Datacenters*” e da produção, especialmente ao nível da segurança informática.

E. Financiamento e Endividamento

A empresa mantém-se sem recorrer a financiamento ao longo do triénio e o capital realizado também não sofre alteração face a 2018. No que decorre da aplicação da fórmula patente no n.º 4 do artigo 159.º do DLEO2019, o endividamento da empresa não apresenta variação de 2018 para 2019.

F. Conclusão

A aprovação da proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2019*” da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. depende, nos termos do disposto no DLEO2019, de autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para os seguintes aumentos em 2019 face a 2018:

- dos gastos com pessoal de 685.789 euros (7,6%), limitando o valor da rubrica ao total de 9.763.189 euros;
- do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel de 42.092 euros (8,8%), limitando o valor da rubrica ao total de 522.118 euros.

A UTAM conclui que, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá autorizar os aumentos acima identificados. Nesse caso, a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2019*” apresentada pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação.

Dá-se ainda nota que a SPMS faz referência a outros pedidos de autorização de contratação de trabalhadores. Porém, dado que os encargos decorrentes desses pedidos de recrutamento não estão considerados na proposta de orçamento anual e plurianual, conforme o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 157.º do DLEO2019, os mesmos não foram objeto de análise no presente relatório, devendo portanto ser apresentados autonomamente.

2. ANTECEDENTES

A mais recente proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2019*” da SPMS foi submetida no portal da *internet* do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 28 de agosto. Posteriormente, em 23 de setembro, foi submetido em SIRIEF o “*Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão / 2019*”. No âmbito das atribuições da UTAM, a anterior versão da proposta de PAO2019 da SPMS havia sido objeto do seu Relatório de Análise 104/2019, de 8 de março. A UTAM procedeu à análise da mais recente proposta e do parecer acima referido, do que resultou o presente relatório.



Ap
FR

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise incidu sobre a proposta de PAO2019, tendo para o efeito sido também verificado o cumprimento da LOE2019, do DLEO2019 e das IEIPG2019³. As tabelas a seguir ilustram a atividade da empresa e retratam as suas previsões.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prestações de serviços	16.396	19.937	30.847	31.278	31.810	10.910	+55%
Transferências e subsídios correntes obtidos	24.801	50.517	37.379	37.902	38.547	-13.138	-26%
(-) Fornecimentos e serviços externos	29.965	55.442	47.761	48.429	49.252	-7.681	-14%
(-) Gastos com o pessoal	9.573	9.144	9.763	9.900	10.068	619	+7%
(-) Gastos operacionais	39.538	64.586	57.524	58.329	59.321	-7.062	-11%
(-) Provisões	-160	-86	0	0	0	86	+100%
Outros rendimentos e ganhos	641	624	498	505	514	-126	-20%
(-) Outros gastos e perdas	1.957	935	698	708	720	-236	-25%
EBITDA	504	5.643	10.502	10.649	10.830	4.859	+86%
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2.268	1.851	2.811	4.339	5.423	960	+52%
Resultado operacional (EBIT)	-1.764	3.792	7.691	6.310	5.407	3.899	+103%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	0	2	0	0	0	-2	-100%
Resultado antes de impostos	-1.764	3.790	7.691	6.310	5.407	3.901	+103%
(-) Imposto sobre o rendimento	5	741	1.961	1.609	1.979	1.220	+165%
Resultado líquido do período	-1.769	3.049	5.730	4.701	4.028	2.681	+88%

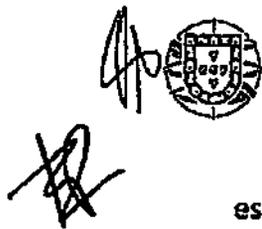
(-) Assinela as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2019

Relativamente aos rendimentos, gastos e resultados propostos pela empresa, realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.1. Prevê-se um aumento da rubrica "Prestações de serviços" de 19,9 para 30,8 milhões de euros (55%) de 2018 para 2019. Em 2020 e 2021 a tendência de aumento mantém-se, prevendo-se um valor de 31,8 milhões de euros em 2021;
- 3.2. Em contrapartida, prevê-se uma diminuição das "Transferências e subsídios correntes obtidos" de 50,5 para 37,4 milhões de euros (26%) de 2018 para 2019. Em 2020 e 2021 prevê-se o aumento desta rubrica, até ao valor de 38,5 milhões de euros em 2021;
- 3.3. Prevê-se uma diminuição dos gastos com Fornecimentos e serviços externos (FSE) de 55,4 para 47,8 milhões de euros (14%) de 2018 para 2019, invertendo-se esta tendência em 2020 e 2021, prevendo-se um valor de 49,3 milhões de euros em 2021;
- 3.4. Prevê-se um aumento dos Gastos com pessoal de 9,1 para 9,8 milhões de euros (7%) de 2018 para 2019, mantendo-se a tendência de aumento ao longo do triénio (desenvolvido no ponto 3.9 adiante);
- 3.5. Prevê-se uma diminuição dos Gastos Operacionais de 64,6 para 57,5 milhões de euros (11%) de 2018 para 2019, devido às variações das rubricas mencionadas, invertendo-se

³ "Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019" aplicáveis às Empresas Públicas Reclassificadas Não Financeiras, exceto as do Setor da Saúde.



esta tendência em 2020 e 2021, prevendo-se que seja atingido um valor de 59,3 milhões de euros em 2021;

3.6. Prevê-se a seguinte evolução dos resultados em 2019 face a 2018:

- aumento do EBITDA de 5,6 para 10,5 milhões de euros (86%);
- aumento do Resultado operacional (EBIT) de 3,8 para 7,7 milhões de euros (103%);
- aumento do Resultado líquido de 3,0 para 5,7 milhões de euros (88%);

3.7. Segundo as previsões para o triénio, o valor do EBITDA aumenta, prevendo-se um valor de 10,8 milhões de euros em 2021, enquanto os valores do EBIT e do Resultado líquido diminuem, prevendo-se valores de 5,4 e 4,0 milhões de euros em 2021, respetivamente;

3.8. Prevê-se uma evolução favorável do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, que diminui 137 p.p. de 2018 para 2019, mantendo-se inalterado ao longo do triénio (vide tabela seguinte).

Unidade: milhares de euros

Eficiência operacional	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE	29.965	55.442	47.761	48.429	49.252	-7.681	-14%
Gastos com pessoal	9.573	9.144	9.763	9.900	10.068	619	+7%
Gastos operacionais (GO)	39.538	64.586	57.524	58.329	59.321	-7.062	-11%
Prestações de serviços (VN)	16.396	19.937	30.847	31.278	31.810	10.910	+55%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)	241%	324%	186%	186%	186%	-137 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO para 2019

A evolução dos Gastos com pessoal, bem como do número de trabalhadores, é apresentada na tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros

Pessoal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos totais com pessoal	9.573	9.144	9.763	9.900	10.068	619	+6,8%
Indemnizações por rescisão	217	67	0	0		-67	-100%
Gastos com pessoal deduzidos dos encargos acima	9.355	9.077	9.763	9.900		686	+7,6%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	4	4	4		0	0%
N.º de cargos de direção	22	39	46	46		7	+18%
N.º de trabalhadores	255	232	250	250		18	+8%
N.º total de trabalhadores	281	275	300	300		25	+9,1%

Fonte: Proposta de PAO para 2019

Relativamente às previsões de evolução do pessoal, realça-se o seguinte:

3.9. A SPMS pretende contratar 25 efetivos em 2019, completando assim o número de contratações autorizadas em sede do PAO2018;

3.10. O valor dos Gastos com pessoal previsto para 2019, corrigido dos encargos identificados na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO2019, aumenta cerca de 686 mil euros (7,6%) face a 2018. Este aumento resulta do efeito em ano completo das contratações



Ap
#

efetuadas em 2018 e das 25 contratações previstas ocorrer em 2019, autorizadas em sede do PAO2018 conforme referido no ponto anterior.

A evolução do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, do conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria e do número de viaturas é apresentada na tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros

Outros gastos operacionais N.º de viaturas	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	417,3	349,5	349,5	349,5	349,5	0,0	0%
Ajudas de custo	60,9	67,4	67,4	67,4	67,4	0,0	0%
Gastos com a frota automóvel	48,1	63,1	105,2	105,2	105,2	42,1	+67%
Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	526,3	480,0	522,1	522,1	522,1	42,1	+8,8%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	860,2	1.013,6	1.013,6	1.013,6	1.013,6	0,0	0%
N.º de viaturas	3	3	5	5	5	2	+67%

Fonte: Proposta de PAO para 2019

3.11. Prevê-se para 2019 face a 2018 o aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, em 42.092 euros (8,8%). O aumento em causa deve-se exclusivamente aos gastos associados ao incremento previsto da frota automóvel de 3 para 5 viaturas, mantendo-se constantes os valores das restantes rubricas. A empresa fundamenta este aumento pelo acréscimo de locais das suas instalações de 3 para 5 (2 localizados no Porto e 3 em Lisboa) e pelo alargamento das suas atividades, que implica o transporte de pessoas e equipamentos a centros de saúde não servidos adequadamente por transportes públicos.

A evolução das rubricas da estrutura patrimonial da SPMS é apresentada na tabela seguinte⁴.

⁴ Não são identificadas com detalhe suficiente as operações que motivam o essencial das variações.



Unidade: milhares de euros

BALANÇO	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Activo	24.269	26.440	25.406	30.945	34.967	-1.034	-4%
Activo não corrente	3.023	6.810	10.516	12.784	14.060	3.706	+54%
Ativos fixos tangíveis	1.688	4.948	9.326	12.192	13.718	4.377	+88%
Ativos Intangíveis	1.335	1.862	1.191	592	342	-672	-36%
Activo corrente	21.246	19.630	14.890	18.161	20.907	-4.740	-24%
Clientes, contribuintes e utentes	5.022	12.760	3.132	3.206	3.261	-9.628	-75%
Outras contas a receber	2.406	3.123	3.123	3.123	3.123	0	+0%
Diferimentos	2.296	775	775	775	775	0	+0%
Caixa e depósitos	11.522	2.972	7.860	11.057	13.748	4.888	+164%
Património líquido	2.502	6.994	12.724	17.424	21.453	5.730	+82%
Património / capital	25.637	26.261	26.261	26.261	26.261	0	+0%
Reservas	0	4.457	5.067	6.213	7.153	610	+14%
Resultados transitados	-26.773	-32.520	-30.081	-25.497	-21.737	2.439	+8%
Outras variações no património líquido	5.407	5.747	5.747	5.747	5.747	0	+0%
Resultado líquido do período	-1.769	3.049	5.730	4.701	4.028	2.681	+88%
Passivo	21.766	19.446	12.682	13.521	13.514	-6.764	-35%
Passivo não corrente	351	251	251	251	251	0	+0%
Provisões	351	251	251	251	251	0	+0%
Passivo corrente	21.416	19.196	12.431	13.270	13.263	-6.764	-35%
Fornecedores	2.732	9.185	2.238	2.195	2.235	-6.947	-76%
Estado e outros entes públicos	587	1.591	2.350	3.029	2.776	759	+48%
Fornecedores de Investimentos	0	315	0	0	0	-315	-100%
Outras contas a pagar	18.097	3.400	3.139	3.342	3.548	-261	-8%
Diferimentos	0	4.705	4.705	4.705	4.705	0	+0%

Fonte: Proposta de PAO para 2019

Relativamente aos valores do balanço, realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.12. Prevê-se que o Ativo não corrente aumente de 6,8 para 10,5 milhões de euros (54%) de 2018 para 2019, devido ao aumento da rubrica "Ativos Intangíveis", mantendo-se esta tendência ao longo do triénio a uma taxa média anual de 27%;
- 3.13. Prevê-se que o Ativo corrente diminua de 19,6 para 14,9 milhões de euros (24%) de 2018 para 2019, devido ao efeito conjugado da diminuição do valor da rubrica "Clientes, contribuintes e utentes" de 12,8 para 3,1 milhões de euros (75%) e do aumento do valor da rubrica "Caixa e depósitos" de 3,0 para 7,9 milhões de euros (164%), tendência que se inverte em 2020 e 2021, prevendo-se um valor de 20,9 milhões de euros em 2021;
- 3.14. Prevê-se um aumento do Capital próprio de 7,0 para 12,7 milhões de euros (82%) de 2018 para 2019, mantendo-se a tendência no triénio a uma taxa média anual de 45%;
- 3.15. Prevê-se que o Passivo corrente diminua de 19,2 para 12,4 milhões de euros (35%) de 2018 para 2019 e aumento em 2020, mantendo-se praticamente igual em 2021, com um valor de 13,3 milhões de euros;
- 3.16. A empresa não vem recorrendo a endividamento desde 2018.

Na tabela seguinte é apresentado o mapa de fluxos de caixa, no qual é evidenciado o recurso aos fluxos das atividades operacionais para sustentar os fluxos das atividades de investimento da empresa.



Handwritten initials and signature in the top right corner.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	7.564	-4.214	12.902	11.923	10.931	17.116	+406%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1.957	-4.959	-8.014	-8.126	-8.240	-3.055	-62%
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	1.957	4.959	8.014	8.126	8.240	3.055	+62%
Recebimentos provenientes de investimento	0	0	0	0	0	0	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0	624	0	0	0	-624	-100%
Recebimentos provenientes de financiamento	0	624	0	0	0	-624	-100%
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	0	0	0	0	0	0	
Variação de caixa e seus equivalentes	5.608	-8.550	4.888	3.197	2.691	13.438	+157%
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.914	11.522	2.972	7.860	11.057	-8.550	-74%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.522	2.972	7.860	11.057	13.748	4.888	+164%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivas, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAD para 2019

A evolução dos indicadores operacionais é apresentada na tabela seguinte.

Indicadores operacionais	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2019-2018)
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	
Rentabilidade das vendas ¹	3,1%	28,3%	34,0%	34,0%	34,0%	+5,7 p.p.
Rentabilidade do ativo ²	-7,3%	14,3%	30,3%	20,4%	15,5%	+15,9 p.p.
Rentabilidade do capital próprio ³	-70,7%	43,6%	45,0%	27,0%	18,8%	+1,4 p.p.
Rácio de endividamento ⁴	89,7%	73,5%	49,9%	43,7%	38,6%	-23,6 p.p.
Rácio de endividamento corrente ⁵	88,2%	72,6%	48,9%	42,9%	37,9%	-23,7 p.p.
Liquidez geral ⁶	99,2%	102,3%	119,8%	136,9%	157,6%	+17,5 p.p.

¹ Rentabilidade das vendas = EBITDA / Volume de negócios

² Rentabilidade do ativo (RoA) = Resultado operacional / Ativo

³ Rentabilidade do capital próprio (RoE) = Resultado líquido / Património

Fonte: Proposta de PAD para 2019

⁴ Rácio de endividamento = Passivo / Ativo

⁵ Rácio de endividamento corrente = Passivo corrente / Ativo

⁶ Liquidez geral = Ativo corrente / Passivo corrente

No tocante aos indicadores operacionais, salienta-se o seguinte:

- 3.17. Prevê-se que a "Rentabilidade das vendas" aumente de 28,3% para 34,0% (5,7 p.p.) de 2018 para 2019, prevendo-se que este valor se mantenha em 2020 e 2021;
- 3.18. Prevê-se que a "Rentabilidade do ativo" (RoA) aumente de 14,3% para 30,3% (15,9 p.p.) de 2018 para 2019, invertendo-se esta tendência em 2020 e 2021, prevendo-se que atinja o valor de 15,5% em 2021;
- 3.19. Prevê-se que a "Rentabilidade do capital próprio" (RoE) aumente de 43,6% para 45% (1,4 p.p.) de 2018 para 2019, invertendo-se esta tendência em 2020 e 2021, prevendo-se que atinja o valor de 18,8% em 2021;
- 3.20. Prevê-se que o "Rácio de endividamento" diminua de 74% para 50% (24 p.p.) de 2018 para 2019, mantendo-se a tendência de diminuição no triénio a uma taxa média anual de 13 p.p.;
- 3.21. Prevê-se que o "Rácio de Endividamento Corrente" diminua de 73% para 49% (24 p.p.) de 2018 para 2019, mantendo-se a tendência de diminuição no triénio a uma taxa média anual de 13 p.p.;



3.22. De acordo com o rácio de "Liquidez Geral" a empresa prevê o aumento da liquidez em 2019, com o seu Ativo Corrente a representar 120% do seu Passivo Corrente em 2019, quando representava 102% em 2018 (18 p.p.), mantendo-se a tendência de aumento no triénio a uma taxa média anual de 16 p.p.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

Na tabela seguinte apresentam-se os investimentos que a empresa pretende realizar no triénio 2019-2021, desdobrados por rubricas, os quais ascendem globalmente a cerca de 19,8 milhões de euros.

Unidade de: milhares de euros						
PLANO DE INVESTIMENTOS	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL 2019-2021
ATIVOS TANGÍVEIS						
Edifícios e outras construções	105	0	2.115	0	0	2.115
Equipamento básico	148	2.423	3.810	6.008	6.092	15.910
Equipamento administrativo	267	762	324	328	333	985
Outros investimentos	43	85	55	56	57	167
Investimentos em curso	0	862	0	0	0	0
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Software Informático	1.054	1.508	211	214	217	643
TOTAL PAO2019	1.617	5.640	6.515	6.607	6.699	19.821
TOTAL PAO2018	4.496	8.130	4.134	4.209		
Δ (PAO2019 - 2018)	-2.879	-2.490	+2.381	+2.398		
	-64%	-31%	+58%	+57%		

Fonte: Proposta de PAO para 2019 e PAO2018

Os investimentos previstos estão concentrados na rubrica "Equipamento Básico" dadas as exigências de manutenção e renovação dos equipamentos dos "Datacenters" e da produção, especialmente ao nível da segurança informática. A proposta de PAO inclui a explicitação do enquadramento dos investimentos nos objetivos fixados para a SPMS.

5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A empresa mantém-se sem recorrer a financiamento ao longo do triénio e o capital realizado também não sofre alteração face a 2018. No que decorre da aplicação da fórmula patente no n.º 4 do artigo 159.º do DLEO2019, o endividamento da empresa não apresenta variação de 2018 para 2019.

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	Unidade de: milhares de euros
$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$	
(Financiamento Remunerado) $FR_t =$	0
$FR_{t-1} =$	0
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t =$	26.261
$Capital_{t-1} =$	26.261
(Novos Invest. com Expressão Material) $\text{NovosInvestimentos}_t =$	0
$\Delta \text{ Endividamento} =$	0%



6. PAGAMENTOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores da SPMS, calculado de acordo com o n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro⁵, verificando-se a superação do objetivo para 2019: PMP inferior a 30 dias.

	Execução 2017	Execução 2018	Previsão 2019
PMP médio (dias)	31,9	29,7	29,9
Δ anual		-7%	+1%

Fante: Proposta de PAO para 2019

7. CONCLUSÃO

A aprovação da proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2019” da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. depende, nos termos do disposto no DLEO2019, de autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para os seguintes aumentos em 2019 face a 2018:

- dos gastos com pessoal de 685.789 euros (7,6%), limitando o valor da rubrica ao total de 9.763.189 euros;
- do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel de 42.092 euros (8,8%), limitando o valor da rubrica ao total de 522.118 euros.

A UTAM conclui que, concordando e querendo, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá autorizar os aumentos acima identificados. Nesse caso, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2019” apresentada pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação.

Dá-se ainda nota que a SPMS faz referência a outros pedidos de autorização de contratação de trabalhadores. Porém, dado que os encargos decorrentes desses pedidos de recrutamento não estão considerados na proposta de orçamento anual e plurianual, conforme o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 157.º do DLEO2019, os mesmos não foram objeto de análise no presente relatório, devendo ser objeto de solicitação autónoma.

Paulo Toste
Consultor

⁵ Com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.



ANEXO – DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

Na perspetiva da verificação do cumprimento da LOE2019, do DLEO2019 e das IEIPG2019 foram identificadas as seguintes questões:

A.1. Os mapas financeiros em SiRIEF apresentam lacunas na informação relativa à previsão de 2017 e 2018, bem com na relativa à execução em 2017, patentes na tabela seguinte:

		2017				2018				2019				2020	2021
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T4	T4
Previsão	Bal	■	■	■	■	■	■	■	■						
	DR	■	■	■	■	■	■	■	■						
	DFC	■	■	■	■	■	■	■	■						
Execução	Bal	■	■	■	■										
	DR	■	■	■	■										
	DFC	■	■	■	■										

■ sem informação em SiRIEF

A.2. As previsões apresentadas no Balanço e na Demonstração de Fluxos de Caixa incluídos na proposta de PAO não são coerentes com as que constam dos correspondentes formulários analíticos em SiRIEF, contrariamente ao que dispõem as IEIPG2019.

A.3. O valor dos Gastos com pessoal previsto para 2019, corrigido dos encargos identificados na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO2019, aumenta cerca de 686 mil euros (7,6%) face a 2018. Este aumento resulta do efeito em ano completo das contratações efetuadas em 2018 e das 25 contratações previstas ocorrer em 2019, autorizadas em sede do PAO2018.

A SPMS refere ainda outros pedidos de autorização de contratação de trabalhadores, porém, dado que os encargos decorrentes desses pedidos de recrutamento não estão considerados na proposta de orçamento anual e plurianual, conforme o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 157.º do DLEO2019, os mesmos não foram objeto de análise no presente relatório.

A.4. Prevê-se para 2019 face a 2018 o aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, em 42.092 euros (8,8%). O aumento em causa deve-se exclusivamente ao aumento de gastos associados ao aumento previsto da frota automóvel de 3 para 5 viaturas, mantendo-se constantes os valores das restantes rubricas. A empresa fundamenta este aumento pelo acréscimo de locais das suas instalações de 3 para 5 (2 localizados no Porto e 3 em Lisboa) e pelo alargamento das suas atividades, que implica o transporte de pessoas e equipamentos a centros de saúde não servidos adequadamente por transportes públicos.



ANEXO VI | DESPACHO N.º 1152/19 – SET, DE 4.10.2019



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete
de Sua Excelência a Ministra da Saúde
Dra. Eva Falcão
Avenida João Crisóstomo, 9 - 6
1049-062 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 4583/2019 ENT.: PROC. Nº: 19.03.170/18 - 19.06.01/19- 19.06.02/19 - 19.02.29/19	09-10-2019

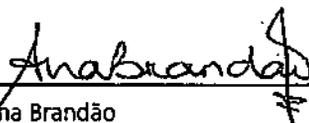
ASSUNTO: Pedido de celebração de 25 contratos de trabalho sem termo - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa. cópia da Informação nº 63/2019 de 04 de outubro, deste Gabinete, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 1152/19 - SET
***"Autorizo, atento o informado.
Dê-se conhecimento a S. Exa a MS.
Álvaro Novo
4.10.2019"***

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,



Ana Brandão

CN.-



DE: Mariana Alves Fidalgo e Susana Alves

DATA: 04.10.2019
INFORMAÇÃO N.º: 63/2019

ASSUNTO: Pedido de celebração de 25 contratos de trabalho sem termo – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

Processos. N.º: 19.03.170/18, 19.06.01/19,
19.06.02/19 e 19.02.29/19
Entradas n.º 2356/2018, 2320/2019,
2431/2019, 2446 /2019, 2589/2019

Despacho N.º 1152/19-SCS

Autorizo, atento o informando.
De-se conhecimento a S. Gra a MS

Alvaro Novo

4.10.2019

Alvaro Novo
Secretário de Estado do Tesouro

I. Pedidos: autorização para contratação

Área/serviço	Qtd.	Carreira/Categoria	Descrição da Habilitação	Valor remuneratório proposto
DSL_GSS	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_GSS	1	Técnico Superior	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.400€
DSL_AIPI	1	Especialista de Informática	Mestrado em Engenharia Informática	2.800€
DSL_AIPI	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_QUAL	2	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_QUAL	1	Técnico Superior	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.400€
DSL_OSI	4	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_SPD	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_RN	3	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_PIC	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_SPES	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_SPD	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_SJICA-CSP	2	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_SUCA_H	2	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_SIAG	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_NESIS	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€
DSL_NADSI	1	Especialista de Informática	Licenciatura ou Mestrado em Gestão, Engenharia Informática ou Afins	2.800€



II. Enquadramento Jurídico

- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 13.03
- Lei n.º 71/2018, de 31.12 (LOE 2019), em particular o art. 53.º;
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28.06 (DLEO 2019), em particular o art. 157.º/5;
- Despacho n.º 3492/2017, de 26 de abril, nomeadamente, o n.º 5/g).

III. Análise

- Por ofício n.º 3225/2018, do Gabinete da Secretária de Estado da Saúde, foi apresentado um pedido de autorização de contratação de 25 trabalhadores para a empresa Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante, SPMS) por remuneração superior à prevista para a base da carreira:
 - 2 técnicos superiores por uma remuneração máxima de 2.400€;
 - 23 especialistas de informática por uma remuneração máxima de 2.800€.
- A SPMS justifica os valores propostos com a necessidade de contratar recursos humanos dotados de maior experiência e qualificações mais exigentes, bem como à necessidade de garantir a sua permanência, para o que será essencial garantir uma remuneração compatível com as tendências de mercado nesta matéria;
- O mapa de pessoal da SPMS em 2018 englobava 299 trabalhadores (correspondentes ao número de trabalhadores existente a 31.12.2018, acrescido de 25 trabalhadores para cabal efetivação da autorização concedida no âmbito da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, cuja proposta apresentava uma pretensão de aumento do mapa de pessoal para 396 efetivos, que não foi atendida, uma vez que apenas foi expressamente autorizada a contratação de 50 pessoas, especificamente para afetação ao Centro de Contacto e Monitorização - CCM SNS);
- Tendo sido solicitada uma maior densificação dos perfis, funções e departamentos a que se destinam as contratações acima da remuneração base, foi esta informação remetida¹, acompanhada da comparação entre o custo associado à contratação e o custo pago pela SPMS em regime de prestação de serviços, bem como a diferença face ao valor médio de mercado;
- Da análise da referida informação consta a previsão de vencimentos anuais de 39.200 € e 33.600€, incluindo, de acordo com a informação, encargos com segurança social, mas que se verifica corresponderem a custos unitários mensais de 2.800€ e 2.400€, pelo que se presume, atenta a coincidência de valores, que se refere apenas à remuneração bruta paga aos trabalhadores, sem outros

¹ Anexo 1 ao Ofício n.º 3528, de 17.05.2019, enviado pela SPMS para este Gabinete.



encargos adicionais que irão onerar a empresa. Os custos/hora indicados para os mesmos contratos são de 19,99€ e 17,13€.

- No mesmo mapa, os custos anuais com a contratação em regime de prestação de serviços de profissionais com as mesmas competências e experiência indicados são de 73.995,2€ e 63.655,68€, aos quais acresce IVA, caso aplicável. Representam custos unitários mensais (considerando 14 meses) de 5.285,37 € e 4.546,8€ e custos/ hora de 32,88€ e 38,2€.
- Assim, por colaborador, estimam uma poupança anual de 34,7 a 40,4 mil euros, e, no total dos 25 elementos cuja contratação solicitam, uma poupança anual de 782.784,8 €.
- Foram igualmente solicitados os contratos de prestação de serviços referidos naquela informação, para validação daqueles dados, informação que foi remetida por correio eletrónico, tendo-se concluído da sua análise que as contratações de prestações de serviços efetuadas pela SPMS revelam uma grande volatilidade no custo/hora inerente, como se pode constatar pelos seguintes exemplos:
 - CONTRATO_20170381_Lote 1_ASS.PDF”, com a Everis Portugal, S.A. – consta um custo global de 70.780 € + IVA, para um teto máximo de 1.000 horas (ou 6 meses, prorrogável), o que se traduz num custo mínimo/ hora de 70,78€ + IVA. Considerando 40h/semana e 48 semanas/ ano, e o pagamento de 14 prestações mensais, seria equivalente a uma remuneração bruta de 9.706,97€;
 - CONTRATO_20170595_sublote 2_ass.pdf”, com a Iten Solutions – Sistemas de Informação, S.A. – consta um custo global de 72.403,5€ + IVA, para um total de 5.007 horas (ou 12 meses, prorrogável) o que se traduz num custo/ hora de 14,46€ + IVA. Considerando 40h/semana e 48 semanas/ ano, e o pagamento de 14 prestações mensais, seria equivalente a uma remuneração bruta de 1.983€.
 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, EVOLUÇÃO E SUPORTE APLICACIONAL DO RHV – “Contrato_20190077.pdf” com a Glintt – Healthcare Solutions, S.A. – consta um custo global de 341.463,40€ + IVA, para um consumo total de 12.096 horas, traduzindo-se num custo/ hora de 28,23€ + IVA. Considerando 40h/semana e 48 semanas/ ano, e o pagamento de 14 prestações mensais seria equivalente a uma remuneração bruta de 3.871,54€.
 - “CT_211_20180298_ass_Visto TdC.PDF”, relativo a Aquisição de serviços de desenvolvimento, arquitetura, e implementação do novo módulo do serviço de urgência do SClínico Hospitalar, com a Timestamp – Sistemas de Informação, S.A., tem um custo global de 259.200€ + IVA, correspondentes a um consumo total de 8.160 horas (e limitado a 9 meses). Traduz-se num custo/ hora de 31,76€ e seria equivalente a uma remuneração bruta de 4.356,3€.
- Tendo sido consultadas várias fontes de informação a respeito das remunerações atualmente pagas para os perfis identificados no mercado, conclui-se que os valores propostos se enquadram nos intervalos de remuneração de referência, pelo que serão aparentemente aptos a propiciar a



estabilidade necessária dos recursos humanos e, conseqüentemente, a permitir a redução do recurso a contratação de prestação de serviços e gastos inerentes.

- Será importante acompanhar os efeitos das contratações quer na atividade operacional da empresa, quer no que respeita aos gastos com pessoal e gastos com prestação de serviços, recomendando-se o respetivo reporte trimestral.

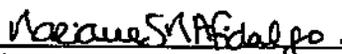
Em suma, atendendo a que as contratações objeto do pedido representam, nos termos apresentados pela SPMS, uma poupança anual estimada nos gastos da empresa de cerca de 45% e permitem alguma flexibilidade adicional, bem como à sua imprescindibilidade e à relevância de dotar a SPMS de *know how* interno permanente, propõe-se a autorização da contratação de até 25 trabalhadores sénior, com remuneração acima da base, condicionada a que a SPMS garanta e registre uma redução na contratação de prestações de serviços de, pelo menos, 125% do incremento nos custos com pessoal, incluindo encargos com remunerações.

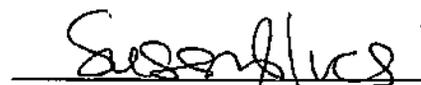
IV. Proposta

Face ao exposto, propõe-se que seja autorizado o presente pedido, com a condição de redução de gastos com prestação de serviços numa proporção de, no mínimo, 125% do incremento dos gastos com pessoal, incluindo encargos com remunerações, sujeita a reporte trimestral à Direção Geral do Tesouro e Finanças do impacto financeiro e operacional das contratações, e se dê conhecimento a Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

À consideração superior,

As Técnicas Especialistas


MARIANA ALVES FIDALGO


SUSANA ALVES



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA SAÚDE

Por determinação de S.E. o Ministro
das Finanças, ao Gabinete de S.E.O.

SET Cla. D. G. G.
11/5/18 O Chefe do Gabinete,

André Caldas

Exmo. Senhor
Mestre André Moz Caldas
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro das Finanças
Av. Infante D. Henrique, 1 - 1.º
1149-009 Lisboa

C/c SPMS, EPE

Gabinete do Ministro das Finanças

Entrada Nº 3486 de 11/05/18

Proc.º 02.13.1 Dip. / /

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA N.º: ENT.: 5761/2018 PROC.	DATA 20.04.2018
----------------	--------------------	--	--------------------

ASSUNTO: Pedido de autorização para recrutamento de 25 trabalhadores - n.º 2 do Artigo 51.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro - instrução do processo nos termos do DL n.º 25/2017, de 3 de março

Encarrega-me Sua Excelência a Secretária de Estado da Saúde de junto remeter a V. Exa., cópia do ofício n.º 1610, de 19 de abril de 2018 e documentos anexos, remetido dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, no qual foi exarado o seguinte despacho:

"Concordo.
À consideração do Sr. SET.
Face às atribuições da SPMS é necessário garantir um nível de recursos humanos em quantidade e qualidade que permita reduzir a dependência de prestadores externos.
10 Maio 2018
a) Rosa Valente de Matos
Secretária de Estado da Saúde"

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro

Entrada Nº 2356

DL 4

de 14.05.18 p.º 19.03.170/2018

(Paulo Espíga)

Rogério Fernandes Costa
O Adjunto em Substituição do Chefe do Gabinete

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro

AO



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

P/depuro.
unef

04/10/2018

Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro

Entrada Nº 2320

Dia - MAF

de 17/05/2019 por 19.06.09/19

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro

Exma. Senhora

Dr.ª Ana Filipa Brandão

M.I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado
do Tesouro

Avenida Infante D. Henrique, 1

1149 009 LISBOA

N/ Refª: **Ofícios n.º 4930, n.º 4931, n.º 4932, n.º 4933, de 19.10.2018, n.º 4934, n.º 4935, n.º 4936, n.º 4937, n.º 4938, n.º 4939, n.º 4940, n.º 4941 e n.º 4942, todos de 19.10.2018.**

V/ Refª:

V 3258 * 17.05.19

Assunto: **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AUTÓNOMA REFERIDA DO DESPACHO N.º 516/18 – SET de 29.05.2018, PARA RECRUTAMENTO DE 25 TRABALHADORES**

1. Considerando que:

- a. A proposta de Plano de Atividade e Orçamento de 2018 previa a necessidade de aumentar o número de efetivos até 396, tendo obtido o parecer favorável da UTAM, exarado pelo Senhor Diretor da UTAM, Dr. Fernando Pacheco, no sentido em que é enunciado que reúne as condições, com base nos fundamentos apresentados, para ser aprovado por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro (vide anexo 2).
- b. Por Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, de 29.06.2018 (vide anexo 2), foi aprovada a proposta de Plano de Atividade e Orçamento, anuindo ao aumento do número de trabalhadores e gastos com pessoal, mas circunscrita apenas a 50 trabalhadores para as funções relacionadas com o processo de internalização do Centro de Conferência de Faturas, o que apenas ocorreu por força da publicação do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, ou seja, em data posterior ao pedido de recrutamento para os novos trabalhadores necessários, submetido em 19.04.2018 ao Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado da Saúde (anexo 3).
- c. Estes novos 50 trabalhadores, bem como os 28 trabalhadores do PREVPAP, cujo Despacho de homologação de regularização apenas foi rececionado em 13.11.2018, não foram incluídos na projeção do OE 2018, elaborada de acordo com as normas, com base nos efetivos em junho, ou seja, nem estavam contratados os recursos para estas novas atribuições que apenas no final do ano foram absorvidas pela SPMS, E.P.E., nem os recursos que foram regularizados ao abrigo de Despacho anteriormente mencionado colmatam as

1/1
[Assinatura]

Carlos Fazendeiro

De: Mariana Fidalgo
Enviado: 24 de maio de 2019 10:25
Para: Apoio SEAFin e SET
Assunto: FW: Esclarecimentos questões de RH
Anexos: Anexo 5 - Elementos adicionais SPMS_Recrutamento_Comp.Cabimento.PDF; Anexo 1 - Elementos adicionais SPMS_Recrutamento.pdf; Anexo 2 - Elementos adicionais SPMS_Recrutamento.pdf; Anexo 3 - Elementos adicionais SPMS_Recrutamento_Evolução despesas pessoal.pdf; Anexo 4 - Elementos adicionais SPMS_Evolução RH.pdf; 20190517.of.3258_Pedido de autorização autonoma referida despacho n. 51918.pdf

Importância: Alta

Bom dia,

Para dar entrada, pf.

Obrigada,

MARIANA ALVES FIDALGO
Técnica Especialista

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro	
Entrada Nº	2431
Dra. MAF	
de	24/05/2019
pe	19.06.02/19

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro



Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 68 00 FAX + 351 21 881 72 09
www.portugal.gov.pt

P/ arquivo.
usef
04/10/2019.

De: João Martins <joao.d.martins@spms.min-saude.pt>
Enviada: 23 de maio de 2019 22:03
Para: Mariana Fidalgo <mariana.fidalgo@mf.gov.pt>
Assunto: FW: Esclarecimentos questões de RH
Importância: Alta

Boa tarde Dra. Mariana Fidalgo,

Em complemento aos dados remetidos no N/Ofício N.º 3258, de 2019.05.17_Pedido de autorização autónomo referido despacho n.º 51918, remete-se a informação adicional constituída pelos Anexos 1 a 5.

Mais se informa que o Anexo 1, contém as informações adicionais solicitadas, a saber:

- Informação quanto ao enquadramento remuneratório de mercado para cada perfil, devidamente sustentada e acompanhada de uma maior densificação dos perfis a recrutar, bem como da indicação do departamento/unidade para os quais se destinam e aplicação/plataforma/sistema de informação visado;
- Valores médios de mercado para os perfis requeridos. Esta informação encontra maior detalhe no Anexo 2, sendo inclusive referida a fonte de informação;



SPMS EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro

Entrada Nº 2446

Dia. UAF

de 24.05.19 p. 19.06.02/19

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro

*P/ arquivo
uef*

04/10/2019

Exma. Senhora
Dr.ª Ana Filipa Brandão
M.I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado
do Tesouro
Avenida Infante D. Henrique, 1
1149 009 LISBOA

V 3351 * 24.05.19

N/ Ref: Ofícios n.º 3258, de 17.05.2019

V/ Ref:

Assunto: **INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AUTÓNOMA REFERIDA DO
DESPACHO N.º 516/18 – SET de 29.06.2018, PARA RECRUTAMENTO DE 25 TRABALHADORES**

Considerando que, após o envio do ofício N.º 3258, de 2019.05.17, ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro (vide anexo 1), foram solicitadas, pela Dr.ª Mariana Fidalgo, informações adicionais em complemento aos dados remetidos, vimos pelo presente submeter para apreciação dos processos os seguintes elementos:

1. Anexo 1: Informação quanto ao enquadramento remuneratório de mercado para cada perfil, devidamente sustentada e acompanhada de uma maior densificação dos perfis a recrutar, bem como da indicação do departamento/unidade para os quais se destinam e aplicação/plataforma/sistema de informação visado;
2. Relativamente aos contratos de prestação de serviços que as contratações visam substituir, constam as referências aos contratos que os sustentam, para cada um dos perfis e os valores associados, hora e ano, por forma a evidenciar a lógica económica e sustentar a análise custo-benefício, para além da que já foi explanada no N/ ofício N.º 3258, de 2019.05.17;
3. Tendo presente a necessidade de afetar pessoas da equipa de RHV para a transição dos sistemas do novo Hospital de Braga, E.P.E., e de acordo com o pedido formalizado, foram sinalizados os perfis objeto de pedido de autorização que permitem reforçar aquela equipa, de modo a não comprometer a transição.
4. O Anexo 2 contém a tabela dos valores de mercado para os perfis requeridos, tendo sido utilizado nos cálculos constantes no anexo 1 os valores médios por região, uma vez que os perfis são para alocar em Lisboa e no porto.
5. Consta ainda no Anexo 3 a evolução dos gastos com pessoal para o período 2016 a 2018; e no Anexo 4 a evolução por carreira e por departamento para o mesmo período.

Carlos Fazendeiro

De: Mariana Fidalgo
Enviado: 3 de junho de 2019 10:09
Para: Apoio SEAFin e SET
Cc: Susana Alves
Assunto: FW: Esclarecimentos questões de RH
Anexos: Anexo 1 - Elementos adicionais SPMS_Recrutamento_V1.2.pdf; ANEXOS 1.1 - INA.zip; ANEXOS 1.2 - SIOE.zip; ANEXOS 1.3 - DESAGREGACAO AREA.zip; ANEXOS 1.4. - CONTRATOS OUTSOURCING.zip

Bom dia,

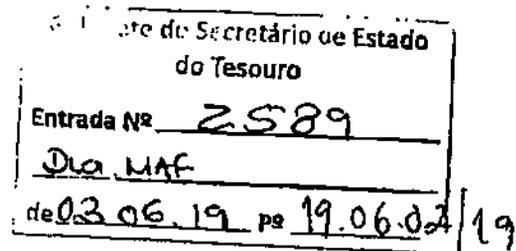
Para dar entrada, pf.

Obrigada,

MARIANA ALVES FIDALGO
Técnica Especialista



Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 68 00 FAX + 351 21 881 72 09
www.portugal.gov.pt



Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Ex. o
Secretário de Estado do Tesouro

De: João Martins <joao.d.martins@spms.min-saude.pt>
Enviada: 3 de junho de 2019 10:07
Para: Mariana Fidalgo <mariana.fidalgo@mf.gov.pt>
Assunto: RE: Esclarecimentos questões de RH

Bom dia Dra. Mariana Fidalgo,

Em resposta à sua solicitação constante do email infra, junto remeto evidências relativas aos três primeiros pontos. No que diz respeito à Evolução dos gastos com pessoal e dos valores de prestações de serviço com a mesma desagregação estamos a tentar compilar a melhor informação disponível.

Com os meus cumprimentos,

João Martins

Vogal Executivo do Conselho de Administração



SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE | SHARED SERVICES IN MINISTRY OF HEALTH, EPE
Av. 2 da República, n.º 61 - 1050-189 Lisboa | Portugal
Tel.: +351 211 545 600 | Fax: +351 211 545 600



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA SAÚDE

Gabinete do Ministro das Finanças
Entrada Nº 4577 de 26/06/2019
Procº 02.13.4 Dip. 1

Por determinação de S.E. o Ministro
das Finanças, ao Gabinete de S.E.O.

SET c/c da 66
26/6/19 O Chefe do Gabinete,

André Caldas

Exmo. Senhor
Mestre André Moz Caldas
Chefe do Gabinete do Senhor
Ministro das Finanças
Av. Infante D. Henrique, 1 - 1º
1149-009 Lisboa

C/c SPMS, EPE

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA Nº:	DATA
		ENT.: 6960/2019 PROC. 276/18 100.01.01/18	06.06.2019

ASSUNTO: Nota Informativa para o Gabinete SET - Plano de Atividades e Orçamento e Contrato-Programa

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde de remeter a V. Exa., a fim de ser submetido à consideração do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, cópia da Nota Informativa e documentos anexos, capeada por ofício nº 3653 de 06 de junho de 2019, no qual foi exarado o seguinte despacho:

"Visto.
Ao Gab. SET para
os devidos efeitos.
2019.06.24
a) Francisco Ramos
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde"

Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro
Entrada Nº 2983
Dir. MAF
de 26/06/2019 pº 19.02.29/19

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Teresa Carneiro)

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro